

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

EDILENY DE SOUZA VILLAÇA

**A JUVENTUDE ENTRA EM CENA: O PAPEL DA POLÍTICA
SOCIOCULTURAL E A EXPERIÊNCIA DO CENTRO INTEGRADO
DE ESTUDOS DO MOVIMENTO HIP HOP EM MACAÉ/RJ**

Niterói/RJ
Abr/2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**A JUVENTUDE ENTRA EM CENA: O PAPEL DA POLÍTICA
SOCIOCULTURAL E A EXPERIÊNCIA DO CENTRO INTEGRADO
DE ESTUDO DO MOVIMENTO HIP HOP EM MACAÉ/RJ**

**Dissertação apresentada ao
Programa de Estudos Pós-
Graduados em Política Social da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito para obtenção do
Grau de Mestre em Política Social.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a LUCI FARIA PINHEIRO

**Niterói
Abr/2011**

EDILENY DE SOUZA VILLAÇA

**A JUVENTUDE ENTRA EM CENA: O PAPEL DA POLÍTICA SOCIOCULTURAL
E A EXPERIÊNCIA DO CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS DO MOVIMENTO
HIP HOP EM MACAÉ/RJ**

Dissertação apresentada ao
Programa de Estudos Pós-
Graduados em Política Social da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito para obtenção do
Grau de Mestre em Política Social.

Aprovada em ___ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Luci Faria Pinheiro
Universidade Federal Fluminense – UFF- Orientadora.

Prof^ª. Dr^ª. Rosemere Santos Maia
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Santos Freitas
Universidade Federal Fluminense - UFF

Niterói/RJ
Abr/2011

**Dedico esta dissertação a Jesus
Cristo, Senhor e Salvador, meu
orientador e mestre dos mestres.**

AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos expressam meu carinho e amor por aqueles que de alguma forma estiveram presentes no decorrer deste Mestrado em Política Social. Aqueles que tornaram essa trajetória mais fácil e prazerosa, a todos minha gratidão e afeto.

Agradeço a Deus, sobretudo, razão da minha existência, meu refúgio, sustento e fortaleza. A Ele toda Honra, Glória e Louvor.

Aos meus pais, Edio Villaça e Ireny Villaça pelo respeito e amor, por ensinar-me no caminho do bem e da honestidade e, sobretudo, a sempre lutar por uma vida melhor. Pela simplicidade, honestidade e respeito em todas suas ações

Aos meus irmãos Anderson e Willen, pelo amor e carinho e por me demonstrarem que o companheirismo e amizade não diminuem apesar da distância.

Aos meus sobrinhos Lucas e Rebeca que são razão da minha vida e minha motivação e inspiração para todas as conquistas.

Ao meu amado companheiro Luciano Gomes, pelo amor incondicional, dedicação, companheirismo, cuidado e presença. Por me incentivar em todos os momentos dessa minha jornada.

À pastora Leci Moura pelo carinho, amor, acolhida e pela cobertura espiritual em orações e suplicas durante essa jornada, principalmente durante as viagens entre Macaé x Niterói. Meu muito obrigada!

À amiga Darana, grande “causadora” e motivadora do ingresso no mestrado. Obrigada pelo carinho, amizade, incentivo e ajuda em todos os momentos.

À amiga Fátima pelo acolhimento, hospedagem, amizade, amor e carinho desde o início deste curso. Por me ajudar nos momentos difíceis do mestrado, da vida pessoal, profissional, etc. A você meu muito obrigada.

Ao amigo Anderson Morales pelo apoio e incentivo mesmo quando a proposta de estudo era apenas um desejo e um sonho. Você contribuiu para que isto se tornasse realidade.

À amiga Liliane, pelo apoio, ajuda e cuidado comigo e com demais colegas durante essa jornada.

À minha amiga Sandra, companheira e amiga que mesmo distante me deu força e coragem para caminhar e prosseguir rumo ao alvo. Você contribuiu significativamente para as reflexões deste trabalho.

Agradeço também aos companheiros de turma que se tornaram amigos: Suzana, Auriceia, Verônica, Suyane, Bruno, Mauro, Paula Latgé, Gabriela, Fernanda e Ivonete. Obrigada por tornarem essa jornada mais prazerosa.

Aos amigos e companheiros de trabalho, Juliano Sebastian e Léia Martins que sempre me incentivaram e contribuíram com meus estudos compreendendo as ausências e apoiando nas tarefas.

Ao amigo e companheiro de trabalho Antônio Felipe Gonçalves, que como presidente do CMDDCA/ Macaé em muitos momentos foi compreensivo com minhas ausências ao trabalho para dedicar-me aos estudos. A você minha gratidão e afeto.

Aos professores João Bosco, Andre Brandão, Mônica Senna, Lenaura Lobato, pela acolhida no programa e pelo conhecimento transmitido nesses dois anos de mestrado.

Às professoras Rita de Cássia e Rosemere Maia por fazerem a análise desse estudo e contribuírem para a construção deste trabalho.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Luci Faria, pela acolhida no Programa, apoio, confiança, respeito e carinho durante todo o processo do mestrado e no decorrer da elaboração deste estudo com suas orientações e contribuições teóricas.

Aos coordenadores do CIEM H2 Paulo Azevedo, Dilma Negreiros e Tais Vieira. Pela disponibilidade de abrirem as portas e apresentarem seu trabalho para a pesquisa de modo que a dissertação pudesse se concretizar. Meu muito obrigada!

Aos jovens do CIEM H2 pela atenção, carinho, acolhida e contribuição para a realização deste trabalho.

À minha filha Sarah, presente de Deus, que já no ventre tem trazido tanta alegria e esperança. Filha amada e abençoada, minha motivação e razão do término deste estudo.

Toda categoria artística, inclusive a mais abstrata, nasce das necessidades mais profundas da vida humana, determina suas formas de realização positiva e negativa e é por elas determinada. É por isso que a estética tem como seu centro o reflexo artístico da realidade. (Lukács, 2009, p.34).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel da política sociocultural e sua contribuição para o fortalecimento da juventude enquanto sujeitos sociais. Para tanto se buscou identificar a construção histórica das políticas sociais para a juventude no Brasil enfatizando a importância da política sociocultural na construção de identidades juvenis. O trabalho apresenta um debate sobre a realidade da juventude em Macaé, adotando como objeto de estudo a proposta do Centro Integrado de Estudos do Movimento Hip Hop/ CIEM H2, cujo engajamento no movimento Hip Hop, considerado artístico, social e cultural, proporciona elementos de análise importantes para a sociabilidade e construção de identidades dos sujeitos envolvidos. Foram definidos quatro eixos de investigação, a saber: perfil dos jovens, participação nas atividades artísticas, importância da inserção em movimentos culturais e significado das ações para a construção de identidades. Os sujeitos selecionados para participarem do estudo foram os coordenadores do Grupo e os jovens inseridos nas atividades promovidas pela instituição. Os resultados confirmam a formação política e crítica que a instituição promove através das ações bem como o incentivo a profissionalização como forma de participação no mercado de trabalho; a valorização do Grupo Cultural enquanto ferramenta educacional, de posicionamento político e agente de produção artística para emancipação dos jovens enquanto sujeitos sociais. Desta forma, esta dissertação aponta algumas contribuições a uma política sociocultural de formação da juventude onde a cultura e a arte sejam adotadas como parte constitutiva de um projeto de emancipação social e humana.

Palavras-chave: Política sociocultural, juventude, arte, cultura e construção de identidades

ABSTRACT

This paper aims to analyze the role of sociocultural and political contribution to the strengthening of youth as social subjects. For that we sought to identify the construction history of social policies for youth in Brazil, emphasizing the importance of politics in the sociocultural construction of youth identities. Developing a debate on social policy for youth in Macaé we adopted as the research object to the proposal of the Integrated Center for studies of the Hip hop movement/ CES H2, whose engagement in the Hip Hop movement, considered artistic, social and cultural analysis provided important elements for the construction of sociability and identities of individuals. The universe of empirical research, consisting of the ICES Group H2 Cultural and artistic designs that develops, was defined by four strands of research, namely: profile of young people, participation in artistic activities, the importance of integration in cultural movements and meaning of actions to the construction of identities. The individuals selected to participate in the study were the coordinators of the Group and the young participants in activities promoted by the institution. In analyzing the importance of politics in the construction of sociocultural identity and socialization of young people interviewed noted the political and critical that the institution promotes through actions as well as encouraging professionalism as a form of participation in the labor market. Through the course coordinators for recovery of Cultural Group as an educational tool, positioning and defending political ideologies of artistic production and agent for the emancipation of young people as social subjects. This essay points out some contributions to a policy of socio-cultural formation of youth culture and art which are adopted as a constituent part of a project of social emancipation and human.

Keywords: socio-cultural policy, youth, art, culture and identity construction

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Apresentação do espetáculo Raio X	83
Figura 2	- Apresentação do espetáculo Meio-fio na calçada da Igreja da Candelária	85
Figura 3	- Apresentação do espetáculo Meio-fio na calçada da Igreja da Candelária	86
Figura 4	- Apresentação do espetáculo Meio-fio na calçada da Igreja da Candelária	87
Figura 5	- Apresentação do espetáculo Meio-fio	88
Figura 6	- Ilustração do significado do movimento Hip Hop	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Variação da população, da população economicamente ativa, da ocupação e do desemprego entre 1995 e 2005 (em %).	35
Gráfico 2	- Evolução no número de homicídios de jovens no Brasil entre 1998 e 2008	36
Gráfico 3	- Causas da mortalidade jovem e não jovem em %. Brasil, 2008	37
Gráfico 4	- Causas da morte entre os jovens	38
Gráfico 5	- situação de trabalho entre os jovens	39
Gráfico 6	- Taxa de homicídios na população de 15 e 24 anos nas capitais do Brasil, 1998/2008	45
Gráfico 7	- Distribuição dos projetos por tipo de instituição	49
Gráfico 8	- Perfil da juventude do CIEM H2 – categoria etnia	76
Gráfico 9	- Perfil da juventude do CIEM H2 – categoria escolaridade	76
Gráfico 10	- Perfil da juventude do CIEM H2 – categoria renda familiar	77
Gráfico 11	- Perfil da juventude do CIEM H2 – categoria participação dos jovens na elaboração dos projetos artísticos	78
Gráfico 12	- Perfil da juventude do CIEM H2 – categoria participação da família as atividades do CIEM H2	79

Gráfico 13 - Perfil da juventude do CIEM H2 – categoria apoio da família a participação dos jovens nas atividades do CIEM H2	79
--	----

LISTA DE MAPA

Mapa 1 - População jovem no município de Macaé e distribuição dos projetos por tipo de instituição.	48
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações não-governamentais
CMDDCA	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CIEMH2	Centro Integrado de Estudos do Movimento Hip Hop
DESA	Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNJ	Plano Nacional de Juventude
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

Introdução	16
<u>Capítulo 1- POLÍTICA SOCIAL PARA A JUVENTUDE NO BRASIL</u>	24
1.1- Juventude brasileira: quem é essa?	32
1.2- Panorama das políticas sociais para a juventude no município de Macaé	43
1.3- Políticas socioculturais em Macaé: um caminho a percorrer	53
<u>Capítulo 2- POLÍTICA SOCIAL PARA A JUVENTUDE: ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES SOCIAIS</u>	61
<u>Capítulo 3- ARTE E JUVENTUDE: A EXPERIÊNCIA DO CIEM H2</u>	74
3.1- CIEM H2: movimento Hip Hop e sua marca de protesto	93
Considerações Finais	101
Referências Bibliográficas	104
Anexo 1	108
Anexo 2	110

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir das reflexões e provocações no âmbito do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDDCA) em Macaé/RJ. Sendo um grupo colegiado buscávamos pensar como Macaé, através de suas políticas públicas, movia esforços (ou não) para promover políticas sociais efetivamente garantidoras de direitos para crianças, adolescentes e juventude.

A partir destes questionamentos, o referido Conselho começava por meio da gestão 2009/2012 a pensar a política local e refletir sobre os caminhos traçados pelo município no que tange a infância e juventude.

Apesar dos primeiros questionamentos terem nascido no seio das reflexões do referido conselho, optamos para a realização deste trabalho por um recorte metodológico com ênfase no debate sobre a juventude. Tal opção motiva-se pela possibilidade de maior contribuição com as políticas sociais para este segmento que no município ainda são incipientes e tímidas conforme observações feitas no próprio Conselho Municipal.

Além de pensar a política para a juventude como um todo e sua trajetória histórica, este trabalho objetiva destacar as políticas sociais que utilizam como instrumento de intervenção a arte e a cultura.

Desta forma, o objetivo da pesquisa é refletir sobre a importância das ações artístico-culturais enquanto política social capaz de efetivamente contribuir para uma consciência crítica dos sujeitos contemplados por ela, tornando-se assim instrumento de ação política.

Dentre os diversos trabalhos realizados pelas instituições em Macaé e pesquisados pelo conselho cerca de 60% orientam suas ações no lúdico e cultural. Desta forma, propomos neste trabalho pensar sobre os efeitos e os resultados desta política no cotidiano dos sujeitos pesquisados.

Compreender o universo da juventude requer também considerar o público do qual falamos tanto no que tange a faixa etária compreendida, quanto às questões

sociohistóricas que marcam a identidade destes sujeitos, além da construção das políticas setoriais, como veremos mais adiante.

Pensar a juventude nos instiga a novos olhares sobre a realidade, seus sonhos, desafios e perspectivas. Segundo Abramo (2003, p. 22)

[...] a condição juvenil sofreu grandes transformações nas últimas décadas; hoje é difícil dizer que se resume à preparação para uma vida adulta futura: a juventude se alargou no tempo e no espaço social e ganhou uma série de conteúdos próprios. Isto é, deixou de ser um momento breve de passagem, restrito às classes altas e médias, não só porque a educação foi largamente expandida, pois não é mais definida exclusivamente pela condição estudantil, mas por uma série de movimentos de inserção em diversos planos da vida social; inclusive no mundo do trabalho, na vida afetiva/sexual, na produção cultural, na participação social etc. (ABRAMO, 2002, p.22).

As políticas socioculturais para a juventude e as implicações destas na superação das condições de pobreza, violência e outras questões que atravessam a vida dos jovens é um tema central nessa dissertação, refletindo sobre os programas que utilizam como instrumento de intervenção a arte e a cultura.

Sabemos que entre as diversas questões cruciais que continuam a desafiar as políticas de desenvolvimento social no Brasil, uma das mais importantes é a da juventude.

O expressivo contingente de jovens existentes no conjunto geral da população, somado ao aumento da violência e da pobreza e ao declínio das oportunidades de trabalho, estão deixando a juventude brasileira sem perspectivas para o futuro, sobretudo o segmento de jovens que está sendo vítima de situações sociais precárias e aquém das necessidades mínimas para garantir uma participação ativa no processo de conquista da cidadania. (ABRAMOVAY, 2002, p. 192)

Procuramos com esta pesquisa, analisar a eficácia desta política e os desafios que vem apresentando, propondo explicitar inicialmente, conceitos e práticas que a bibliografia expõe e debate, para então pensar o contexto nacional em que se situa o Município de Macaé, no que se refere aos jovens vítimas da violência urbana e da pobreza. Propomos por meio de atividades culturais e artísticas, a exemplo da dança, grafite, teatro, música, pintura, esporte, etc. mostrar e avaliar seus efeitos diante de um contexto social, político, cultural e econômico.

Identificamos no cenário brasileiro que,

nos últimos anos, um fator atuante no enfrentamento da vulnerabilidade juvenil tem sido o aumento de ações (...) que se apresentam como alternativa ao ingresso no “mundo do crime” e outros “riscos sociais” atuando no âmbito das atividades culturais – música, dança, artes plásticas etc - para denunciar a exclusão, reivindicar o direito à cidadania, criar novas redes de sociabilidade. (MALSAVI. P.A.2008, p.75)

Tais ações apostam no reconhecimento cultural das manifestações dos jovens das classes populares como estratégia para enfrentar os estigmas e preconceitos que sofrem tornado os mesmos protagonistas de sua história. Portanto, é preciso avaliar as implicações da referida política na superação das condições de pobreza, violência, criminalidade, entre outras, procurando através da pesquisa verificar se a cultura e a arte conseguem desfocar os interesses dos jovens para algo que lhe traga prazer sem lhe trazer danos físicos e psicológicos.

Há uma tendência desde a década de 1950 no Brasil a se caracterizar a juventude como problema social associada à transgressão e delinqüência considerando estas como situações inerentes à fase da vida. Um reforço ao indicador do estigma na sociedade é o fato de os jovens residirem em bairros da periferia urbana, associados à miséria, violência e criminalidade.

Como aponta Abramovay (2002),

Os jovens sentem-se discriminados por várias razões: por serem jovens, pelo fato de morarem em bairros da periferia ou favelas, pela sua aparência física, pela maneira como se vestem, pelas dificuldades de encontrar trabalho, pela condição racial e até pela impossibilidade de se inscreverem nas escolas de outros bairros. (ABRAMOVAY. 2002, p. 57)

Ao refletirmos sobre as experiências das políticas socioculturais podemos considerar seu papel na vida e no cotidiano de muitos jovens em situação de pobreza e desigualdade social. Podemos apontar o importante papel desta política no enfrentamento de múltiplas expressões da questão social.

Castro, (2001) apresenta no livro “Cultivando Vidas Desarmando Violências” a centralidade que um tema transversal como a cultura ganhou entre as organizações que

trabalham com jovens em situação de vulnerabilidade. Este livro é resultado de pesquisa em âmbito nacional organizada pela UNESCO e realizada com 30 das principais instituições (governamentais e não-governamentais) no Brasil que trabalham com jovens em situação de pobreza e com dificuldades de acesso a oportunidades sociais e culturais. Estes problemas deixam segmentos da juventude efetivamente mais expostos aos riscos da violência urbana, estimulada, sobretudo, pela desigualdade social do Brasil.

A desigualdade social entendida aqui como expressão da questão social expõe nossa juventude a inúmeros riscos ao exercício da cidadania passando a exigir novas formas de intervenção por parte da sociedade e do Estado. O que se dará de acordo com as forças que estão em disputa na sociedade num dado tempo histórico.

Essa complexidade em que está inserida a juventude é resultado da questão social entendida como,

[...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto a apropriação privada da própria atividade humana- o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do 'trabalhador livre', que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (IAMAMOTO, 2001. pp.16- 17).

A partir da exigência de novas formas de intervenção na questão social, podemos citar a cultura como campo estratégico e instrumento de resposta as novas demandas societárias.

Como um exemplo desta tendência a UNESCO afirma que:

A vulnerabilidade social das populações que residem em áreas periféricas é também destacada no mapeamento da cidade de São Paulo, promovido pela Organização Mundial de Saúde, cujo interesse seria avaliar a vulnerabilidade dos jovens às drogas. Neste estudo, defende-se recorrer a atividades de lazer, cultura e esportes como forma de inibir o uso de energia e tempo em violências e no uso de drogas. (MALVASI, 2008, p.167).

Muitos jovens em todo o Brasil estão inseridos em algum projeto que envolve arte, cultura, esporte, etc... Constrói-se, em consequência, um discurso que relaciona a mudança na vida dos jovens à participação em atividades culturais. Outro aspecto é a ideia de que a cultura mostra-se como alternativa e elemento estratégico para se trabalhar com jovens. Tal instrumento por envolver aspectos lúdicos e de entretenimento tende a oferecer aos mesmos, oportunidades de explicitar seus interesses enquanto cidadãos por via de uma aproximação da realidade em que vivem.

Neste cenário ganham destaque às expressões culturais identificadas com os setores populares e, em particular, envolvendo aspectos de identidade étnica negra, como o rap, a capoeira, a percussão, o samba, entre outros.

Algumas organizações tiveram um papel central na construção da visibilidade da cultura na ação com jovens em situação de pobreza e vulneráveis à violência urbana, voltados, sobretudo para a questão da identidade étnico-racial. O Olodum e o Afro Reggae, entre outros, surgem em um movimento de valorização da cultura negra no Brasil e no mundo. Conquistaram legitimidade social, difundiram suas ações em grandes veículos de comunicação e projetaram o tema da cultura entre ONGs que trabalham com jovens em todo o Brasil. Esse tipo de ação faz parte do processo de valorização de expressões culturais (como a dança, a música, o grafite, o teatro, entre outros) consideradas importantes para uma consciência da identidade étnica, origens e herança cultural. Ou seja, na valorização da autoestima e diretamente nas condições materiais de vida e de trabalho dos jovens através da arte.

O trabalho aborda ainda a questão da violência simbólica, desvendando um mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como 'naturais' as representações ou os conceitos sociais dominantes. Estas representações estão relacionadas à forma como historicamente os pobres, e em especial os trabalhadores negros foram tratados na sociedade brasileira. É preciso destacar que o desenvolvimento do Estado moderno no Brasil não prioriza as políticas sociais para a juventude nem tampouco a educação e a cultura. Reside, portanto aqui a importância do tema proposto.

Quanto ao conceito de violência simbólica consideramos que por vezes ela transcende os fatos considerados como delitos e crimes. A violência também pode transitar por nosso cotidiano, mentes e fundamentar conceitos a partir de nossas relações e lugar que ocupamos na sociedade. *“A violência é ressignificada segundo tempos,*

lugares, relações e percepções e não se dá somente em atos e práticas materiais” (ABRAMOVAY, 2006, p.15).

Sobre este tema Iamamoto (1992) sinaliza que desvendar a dimensão cultural presente no processo de constituição sociopolítica das classes sociais é fundamental para ultrapassar uma análise estritamente estrutural, mas também entender as particularidades através das quais conformam as suas experiências em formas culturais.

Para melhor entendimento do conceito de vulnerabilidade social, a caracterizamos neste trabalho como,

Resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos¹ dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores. (ABRAMOVAY. Apud VIGNOLI, 2001; FILGUEIRA, 2001, p.9).

Para refletir sobre as políticas socioculturais de atendimento às demandas da juventude no município de Macaé propomos estudar o papel da Organização Centro Integrado de Estudos do Movimento Hip Hop (CIEM H2) neste processo.

Como parte da sociedade civil organizada, o CIEM H2 destaca-se pelo seu trabalho marcante e tem como pano de fundo o papel da cultura e da arte como instrumento estratégico na execução de políticas sociais voltadas aos interesses da juventude.

A referida organização faz parte das instituições que possuem cadastro no CMDDCA de Macaé, destacando-se pelo talento e legitimidade social que conquistou com o trabalho artístico, resgatando a cultura em Macaé, razão pela qual foi escolhida como objeto do presente estudo.

Ressaltamos que a escolha do Grupo Cultural CIEM H2 não foi motivada necessariamente pelo escopo jurídico, pela natureza não-governamental, mas sim pelo trabalho desempenhado no município. A representação por parte da Organização do segmento não-governamental não interfere diretamente em nossas observações.

¹Filgueira (2001, p. 8) apresenta como alguns exemplos desses recursos o capital financeiro, o capital humano, a experiência de trabalho, o nível educacional, a composição e os recursos familiares, o capital social, a participação em redes e o capital físico.

Não obstante, pretendemos apontar algumas questões inerentes ao papel do Estado na construção desta política em Macaé e sua atuação tímida demonstrada pela falta de incentivo a projetos culturais e artísticos abrindo assim espaço para atuação expressiva de organizações da sociedade civil.

A partir da qualidade e dimensão social das ações, o CIEM H2 apresenta em seu conjunto uma base inicial importante para o aprofundamento da realidade no estudo aqui proposto, sendo esta instituição o ponto de referência.

Orientado por esta base conceitual, o presente trabalho foi delineado por um caminho metodológico, estruturado na seguinte forma. No primeiro capítulo busca-se por meio de pesquisa bibliográfica realizar uma análise dos conceitos e das políticas sociais até então formuladas e implementadas no país para a juventude. Nesse sentido serão feitas algumas considerações de modo a traçar um perfil a respeito da juventude no cenário brasileiro apresentando, além disso, um panorama das políticas públicas no município de Macaé.

O segundo capítulo mostra uma pesquisa bibliográfica a respeito da importância da arte e da cultura como eixo estratégico das políticas sociais de combate a violência e pobreza, dos jovens, visando analisar a dimensão político-cultural desta ação no país. O tema cultura é assim abordado também como parte de um processo de alternativas de profissionalização que a arte dinamiza.

No terceiro capítulo é apresentada a realidade através dos dados da pesquisa realizada na instituição CIEM H2 e alguns subsídios a avaliação de sua política de atuação no enfrentamento de situações de violência e pobreza dos jovens inseridos nos projetos realizados pela mesma.

Buscamos refletir se a política social, a partir do referencial cultura e arte, é capaz de oferecer aos jovens possibilidades de transcender a sua realidade e construir condições dignas de existência, seja através do trabalho ou apenas do entretenimento, tornando uma possibilidade de renda, sociabilidade, interação social, consciência política, etc...

Para a realização deste estudo de caso buscamos informações sobre o cotidiano da instituição pesquisada através do acompanhamento direto das atividades, dos ensaios e apresentações de dança com o objetivo de apreender a totalidade e descrever a complexidade de um caso concreto. Nesses encontros pudemos compreender de forma

empírica como os jovens realizam sua arte, além da observação do grau de comprometimento e interesse nas atividades propostas pela instituição.

Para a realização do trabalho de campo foi apresentado aos coordenadores a proposta do estudo solicitando através de ofício o acesso e participação no cotidiano da instituição. Neste processo deparamos com algumas dificuldades, pois o grande número de apresentações artísticas do Grupo fora do município e do Estado sobrecarrega a agenda dos jovens tornando inviável, nos prazos requeridos para a defesa dessa dissertação, maiores contatos que pudessem diversificar nossas análises.

Para sistematização do trabalho foi realizada uma pesquisa de campo, nos meses de fevereiro e março de 2011, com os Coordenadores e os jovens participantes do Grupo Cultural. Foram entrevistados 02 (dois) Coordenadores, e 12 jovens² inseridos nas diversas ações do CIEM H2, ou seja, jovens do projeto “Fankeando por aí”, do Grupo Verbo Funky, da Banda Art 1º e da Membros Cia de Dança. Foi utilizado também como instrumento de pesquisa o livro produzido pela instituição que exhibe a história do Grupo Cultural, principalmente da Companhia de dança já mencionada, onde são relatadas as histórias de vida e experiências marcantes dos participantes do CIEM H2.

O projeto de pesquisa realizou um levantamento de dados empíricos, utilizando uma abordagem qualitativa, de modo a captar reflexões e percepções dos entrevistados sobre a realidade abordada. Nesse sentido, foi elaborado um roteiro de entrevista (Anexo 1), com perguntas abertas e fechadas, organizado em cinco blocos, ou seja, identificação dos jovens, relação com a instituição, relação com a família e aspectos subjetivos onde neste os entrevistados poderiam discorrer livremente sobre a importância da inserção no universo artístico e cultural.

Em seguida, procedeu-se a análise dos resultados, a qual foi subdividida em quatro itens: o primeiro a identificação dos jovens nas categorias idade, grau de escolaridade, sexo e renda familiar; o segundo buscava compreender a relação com a instituição através da categoria: contribuição no processo de organização do trabalho; o terceiro analisou a relação do jovem com a família e o nível de participação e apoio desta nas ações desenvolvidas pelo mesmo; o quarto analisou os aspectos subjetivos considerando como o jovem percebe sua realidade e sua inserção no universo artístico revelando a

² Os jovens foram escolhidos de forma aleatória dentre os participantes. Foram entrevistados apenas os do sexo masculino pelo número inexpressivo do sexo feminino.

forma como a cultura e a arte contribuem para a construção da identidade desses sujeitos sociais.

CAPÍTULO 1 – Política social para a juventude no Brasil

O grupo social caracterizado por juventude vem recebendo ao longo da história inúmeras definições demandando dos formuladores de políticas para este segmento um esforço para a construção de estratégias que efetivamente atendam aos anseios dessa população.

A juventude (podemos considerá-la) é uma categoria social com imprecisão conceitual. O Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a Organização Ibero-Americana caracterizam a juventude como população entre 15 a 24 anos. A Política Nacional de juventude considera esta população como público entre 15 e 29 anos.

Para além da dimensão etária, a juventude também pode ser analisada considerando sua condição social, psicológica e histórica. A forma como cada sociedade considera este grupo difere de um território a outro. Como aponta Dayrell (2001),

Tem-se um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrentam mudanças psicológicas, porém a forma como cada sociedade e, no seu interior, cada grupo social vai lidar e representar esse momento é muito variada. (DAYRELL, 2001, p.08).

Pensar os jovens no Brasil implica levar em conta as enormes disparidades socioculturais existentes e os diferentes contextos nos quais vêm se construindo como sujeitos. Desta forma, propomos aqui analisar o jovem que atualmente enfrenta as constantes situações de violência, discriminação, falta de emprego e precário acesso à educação de qualidade, apesar da ampliação das políticas sociais dirigidas a juventude. Falamos do jovem que tem negada sua condição juvenil enquanto momento de conquistas importantes para seu futuro na sociedade, de sociabilidade, de lazer, de diversão. Ou seja, limitado a viver de forma digna o que é próprio do seu tempo, tendo que enfrentar diariamente o fenômeno da escassez material e das diversas formas de violência em suas comunidades forjando assim suas perspectivas de futuro, se é que as têm.

No que tange à construção histórica das políticas para o público do qual falamos, o Brasil assiste a partir do final dos anos 90 uma ampliação significativa das políticas sociais para a juventude nos níveis federal, estadual e municipal, mesmo que ainda tenha uma abrangência limitada em relação às demandas apresentadas pela população juvenil. Paralelo a isto, vimos também o aumento significativo de organizações não-governamentais, em parceria com o poder público ou com investimentos próprios, ampliando sua atuação nas periferias dos grandes centros ou em pequenas comunidades.

Segundo Dayrell,

Tais ações, resguardando as suas especificidades, se propõem geralmente a desenvolverem ações educativas para jovens, voltadas ora para a formação da cidadania, ora para profissionalização, como também para uma formação geral muitas vezes através de conteúdos artísticos e culturais, apostando em uma metodologia que enfatiza o protagonismo juvenil (DAYRELL, 2001, p.01)

Considerando o processo histórico que marca esta categoria, vimos ao final da década de 1960 que a juventude brasileira “mostra sua cara” (grifo nosso) através de expressivos questionamentos de modelos socioculturais e socioeconômicos do capitalismo autoritário e vertical. Com a peculiaridade do entusiasmo, garra e espírito de luta, ganhou destaque pelas suas experiências com o movimento pela revolução sexual, o envolvimento com as drogas como expressão da liberdade reprimida e os protestos e

lutas contra o sistema econômico vigente. Surge nesse momento, por exemplo, o movimento hippie de caráter revolucionário contra principalmente a Guerra Fria e a Guerra do Vietnã. Evidencia-se também o movimento de contracultura onde a sociedade protesta contra o consumismo exacerbado naquele momento. Com foco nas transformações de valores e comportamentos buscava novos canais de expressão. Diante desse contexto a juventude naquele momento tornava-se motivo de preocupação ficando em evidência no cenário não só nacional como mundial.

No Brasil, o tema da juventude, introduzido na Assembléia Nacional Constituinte de 1988, culminou imediatamente na criação do Fórum Permanente de Entidades Não-governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando em 1990 a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA muito contribuiu para a garantia dos direitos dos jovens, pois atribui à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade pela garantia dos direitos fundamentais deste segmento.

Este marco legal expressava também as novas exigências da sociedade brasileira da época por políticas para a juventude no momento histórico dos anos 1980.

Para Abad,

(...) a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina e Brasil foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto. (ABAD, 2002, p.121).

Não obstante os avanços destaca-se que historicamente as políticas públicas para a juventude fundamentam-se em certos paradigmas, como observa León, (2008),

Começando pelo modelo de jovens, na sua incorporação à modernização da década de 1950, passando pelo modelo de controle social dos anos 60 e 70, o modelo do “jovem problema” dos anos 80, em seguida pelo modelo dos jovens como capital humano dos anos 1990, e alguns lampejos do modelo de jovens como sujeitos de direitos e atores estratégicos do desenvolvimento, centrado na promoção da cidadania juvenil e entendido como um paradigma discursivo e a ser construído. (LEÓN, 2008, p. 82)

As políticas públicas para a juventude elaboradas principalmente até a década de 1980 apresentavam características predominantemente funcionalistas. Ou seja, elas

buscavam adequar o comportamento a um estado de normalidade frente à sociedade, enfocando principalmente a necessidade de escolarização das crianças e adolescentes, colocando-os sob a guarda da família, do Estado, ou em instituições para jovens infratores. A partir desta perspectiva muitas políticas específicas surgem tendo como público alvo a população sujeita à liberdade assistida.

Segundo Sposito,

Esse cenário passa a se alterar no final dos anos de 1990 e no início da década atual. Iniciativas públicas são observadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil, e as várias instâncias do Poder Executivo – Federal, Estadual e Municipal - são mobilizadas. (SPOSITO, 2003, p. 87).

Como já observado, a partir da década de 1990 haverá uma ampliação do debate e vários esforços para colocar a questão da infância e adolescência nas agendas de governo. Isso levou, por exemplo, a criação de vários organismos na América Latina, em geral voltados exclusivamente para firmar uma política para o setor.

Segundo Bango,

A partir da atuação da Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ), que alcançou status de organismo de direito internacional, a discussão da questão juvenil passou a ser incluída na pauta de reuniões de chefes de Estado da América Ibérica, e houve um movimento no sentido de construir novos e consolidar os existentes organismos nacionais de juventude, através da qualificação de recursos humanos, da criação de marcos conceituais e de mecanismos para implementar estas políticas e – com menor êxito – da busca de financiamentos diretos para as políticas de juventude. (BANGO, 2003, p.45).

No Brasil a Constituição de 1988 vem trazer como prioridade absoluta a infância e adolescência (ART.227), abrangendo desta forma a juventude.

Como já citado, a partir de 1990 o ECA inaugura um novo tempo onde a questão é mais amplamente discutida e colocada na agenda governamental, gerando assim a possibilidade efetiva de políticas públicas garantidoras de direitos.

Como considera Silva, *“toda política pública é uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Trata-se de um processo que articula diferentes sujeitos, que apresentam interesses e expectativas diversas”*. (SILVA, 2002, p.90).

Em nível mundial, a juventude ampliou sua visibilidade na década de 1980 quando a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o ano de 1985 como o “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”. Para Castro e Aquino (2005),

O estabelecimento do Ano Internacional da Juventude, em 1985, pela ONU, juntamente com o empenho de agências intergovernamentais como a OIJ, representaram um grande impulso para que as questões de juventude entrassem na pauta de políticas públicas dos países da América Latina, ao longo da década de 1990. (CASTRO E AQUINO, 2005, p. 144).

As políticas públicas e os debates acerca de sua institucionalização começaram a ganhar cada vez mais visibilidade e abrangência no Brasil. Grande parte deste esforço deve-se ao processo de redemocratização do país e da conquista de marcos regulatórios importantes como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 como já mencionado.

Apesar de sua abrangência aplicar-se apenas aos jovens até a faixa etária de 18 anos incompletos, o ECA foi uma conquista e resultado de intensas lutas da sociedade e de movimentos sociais vinculados à problemática de meninos e meninas em situação de rua na década de 1980, e abrindo com isso novas perspectivas no campo da garantia e proteção de direitos de crianças e adolescentes no país.

Entretanto, apenas recentemente o debate sobre a necessidade de definição e elaboração de propostas especiais de políticas públicas para a juventude se intensificou. Algumas iniciativas federais, estaduais e municipais direcionadas para a juventude se ampliam e ganham ainda mais visibilidade social. Não obstante, essas ações eram ainda experimentais e reducionistas não representando uma efetiva promoção da juventude.

De acordo com Sposito,

Grande parte destes programas tinha como foco jovens excluídos ou em risco social e eram executados a partir de transferência de recursos da União aos demais entes federativos, ONGs e fundações empresariais. (SPOSITO, 2005, p.76).

A ONU apresentou também ao longo da mesma década (1990), expressivo papel na agenda pública no que diz respeito a políticas para a juventude. Em 1998 realizou-se a

Primeira Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos jovens tendo como resultado a Declaração de Lisboa sobre a Juventude. Realizou também no mesmo ano o Fórum Mundial de Juventude do Programa das Nações Unidas dando origem ao Plano de Ação de Braga³.

Atento também as demandas, o Programa das Nações Unidas para a Juventude, do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA), apresentou no ano de 2005 o Relatório Mundial sobre Juventude intitulado: “Os jovens de hoje e em 2015”. Com o objetivo de alertar sobre a necessidade de intensificar os investimentos na juventude, o relatório objetiva implementar o Programa de Ação Mundial para a Juventude propondo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O Relatório Mundial sobre a Juventude⁴ apresentou o perfil dos jovens (entre 15 e 24 anos) no mundo em suas principais demandas. Dentre as questões apontadas o documento enfocava a) os jovens na economia global; b) os jovens na sociedade civil; c) os jovens em risco.

Mesmo com os avanços em torno da busca de garantia de direitos para os jovens, Castro e Aquino (2008) ressaltam que a avaliação feita pela ONU através deste relatório considerava que as políticas públicas para a juventude ainda baseavam-se em imagens e valores negativos sobre este público. Tinham como referência a delinqüência, o uso abusivo de drogas e a violência numa dimensão discriminatória e permeada de estereótipos.

No Brasil, a partir de 2004, vivenciamos um amplo processo de diálogo entre governo e movimentos sociais sobre a necessidade de se criar uma política nacional específica. O desafio seria propor políticas públicas capazes de garantir direitos e superar condições de vulnerabilidade e risco social. Além disso, foram propostas políticas capazes de oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas, que favoreçam a participação dos jovens nas várias esferas sociais (SPOSITO, 2005).

³ O Plano de Braga é considerado uma dos mais importantes referências no que se refere a grandes mobilizações e articulações dos grandes movimentos de juventude. Este Plano reconhece que os jovens são uma força positiva com grande potencial de contribuição para o desenvolvimento, progresso social e para promoção dos direitos humanos.

⁴ Segundo o RMJ de um total de 1,2 bilhões de jovens no mundo, mais de 200 milhões sobreviviam com menos de 1 dólar por dia; 515 milhões viviam com menos de dois dólares por dia; 88 milhões não tinham emprego; 130 milhões eram analfabetos e 10 milhões portavam HIV/AIDS. Disponível em www.un.org. Consulta em 02/03/11.

Várias ações são então implementadas pelo Governo Federal no intuito de conceder projeção à referida temática no Brasil. Castro e Aquino apontam para as principais estratégias criadas em 2004, tais como:

i) realização da Conferência Nacional de Juventude pela Comissão Especial de Juventude da Câmara Federal, que organizou debates (conferências regionais) em todo o país sobre as principais preocupações dos jovens brasileiros e possíveis soluções para seus problemas; *ii)* criação do Grupo Interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República, que realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil; *iii)* realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que também propôs como metodologia debates regionais e temáticos e organizou uma pesquisa nacional para traçar o perfil da juventude; *iv)* encaminhamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC n° 394/2005), que inclui a expressão “jovem” na denominação do capítulo VII e dá nova redação ao artigo 227 da Constituição⁵; *v)* encaminhamento de PL propondo a criação do Estatuto de Direitos da Juventude (PL no 27/2007); e *vi)* encaminhamento de PL versando sobre o Plano Nacional de Juventude (PL no 4.530/2004), o qual estabelece os objetivos e metas a serem alcançadas pelos governos para a melhoria das condições de vida dos jovens brasileiros. (CASTRO E AQUINO, 2005, p. 145).

Atualmente no Brasil o tema tem tomado novos contornos e dimensões ampliando o debate e colocando novas questões considerando cada vez mais a participação dos jovens nas políticas.

Segundo Castro e Aquino (2008),

O próprio aparecimento de organizações e grupos juvenis com representação em campos diversos (não apenas da vida estudantil e político-partidária, mas também da cultura, da vida comunitária, de estratégias inovadoras de geração de renda, entre outras) impulsionou o reconhecimento das questões específicas que os afetam. (CASTRO E AQUINO, 2008, p.33).

Estas propostas buscam muito mais que facilitar a participação dos jovens, torná-los conscientes de seu papel como sujeito social na construção do processo democrático, de construção de cidadania e realização social, onde os valores conquistados no

⁵ A PEC n° 394 de 2005 foi aprovada alterando através da Emenda Constitucional n° 65 de 13 de julho de 2010 a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal de 1988 e modificou o artigo 227, para cuidar dos interesses da juventude.

cotidiano das lutas por direitos sociais sejam sedimentados universalmente. De acordo com Heller (apud Netto, p.23) estes enriqueceriam o ser *genérico do homem*, enquanto *“um conjunto de atributos que constituiriam a essência humana (...) e estes atributos seriam objetivação, a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade.*

Para Netto (1996),

Estes atributos compoariam a essência humana, concebida não como uma estrutura intemporal e/ou a – histórica dada e imutável, mas como a processualidade dinâmica constitutiva do ser social, resultado sempre aberto e inconcluso da infinita humanização do homem. (1996, p. 23).

A construção histórica da política para a juventude no Brasil deve caminhar para a conquista desta humanização e realização dos sujeitos através da luta por efetivação de direitos. O caminho para esta conquista deve apontar para a realização dos indivíduos. Netto (1996, p.23) considera que *“a autêntica realização dos indivíduos efetiva-se quando eles se elevam da sua singularidade à genericidade”*.

Esta abordagem pareceu-nos importante aos nos depararmos com as experiências empíricas dos projetos realizados, cujos conteúdos apreendidos no cotidiano do trabalho artístico vão além dos critérios de análise sociológica, avançando para uma dimensão humana e filosófica, como também estética, da criação como processo de formação e apropriação do trabalho criativo.

A construção das políticas para a juventude deve, portanto primar pela emancipação dos sujeitos sociais buscando a elevação social e humana, possibilitando sempre a crítica social. Algumas observações sobre a construção história das mesmas no Brasil apontam para a necessidade de mecanismos legítimos de participação dos jovens, como exemplo, nos conselhos de direitos, fundamental à sociabilidade e à mobilização.

Percorrendo os caminhos trilhados por efetivação de direitos, identificamos também nos últimos anos algumas conquistas reais no âmbito do governo Federal como a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude em 2005, visando a uma Política Nacional de Juventude.

Com vistas à proposição de metas para as requeridas políticas públicas, foram um grande avanço também em 2005, o Plano Nacional da Juventude – PNJ, processo que contou com ampla participação dos jovens através de parcerias com organizações da

sociedade civil e dos poderes Legislativo e Judiciário. O PNJ foi um grande avanço ao processo de construção de uma política para a juventude que efetivamente contribua para a conquista de direitos e exercício da cidadania. Segundo a Política Nacional de Juventude,

A condição juvenil, sendo de interesse público, deve ser tratada sem estereótipos e a consagração de direitos dos/das jovens precisa partir da própria diversidade que caracteriza a juventude. Em termos políticos sociais, os jovens são sujeitos de direitos. Sua autonomia deve ser respeitada, suas identidades, formas de agir, viver e se expressar valorizadas. (PNJ, 2006, p.5).

É a partir da trajetória de constituição das referidas políticas e do caráter peculiar das demandas apresentadas por este grupo social que este trabalho propõe-se a estudar as estratégias de enfrentamento dos problemas e questões sociais da juventude. Considera-se aqui a questão social que lamamoto (1983) caracteriza como “*expressão das contradições entre as classes sociais*”.

Para uma maior conhecimento desse processo analisaremos a contribuição atual das políticas socioculturais para a juventude em Macaé como instrumento de avanço e consolidação de direitos sociais constituídos legalmente.

1.1 – Juventude brasileira: Quem é essa?

O termo juventude vem passando por um processo de ressignificação na atualidade, tendo como um imperativo uma melhor compreensão da “multiplicidade das juventudes e de suas interpretações” (FRAGA e LUIANELLI, 2003, p. 11).

Neste sentido, estamos considerando as juventudes, reconhecendo a pluralidade de experiências vivenciadas por estes sujeitos, “cada uma das quais caracterizadas por formas de relacionamento, linguagens e regras específicas” (CARRANO 2000, p. 16).

A literatura sobre o tema aponta para a existência de múltiplas experiências e interpretações deixando evidente a inexistência de um grupo homogêneo, portanto a dificuldade de conceituá-lo. Souza afirma que,

São muitas e diversas as formas sociais de conflito e solidariedade envolvendo os jovens que vivem um momento biológico e social transitório, e, portanto

provisório, para o estabelecimento de relações estáveis. (SOUZA, 1999, p. 23).

Tem-se diante dessa complexidade uma importante influência da cultura no estabelecimento de critérios que venham a conceituar, determinada muitas vezes pelas próprias escolhas e vivências dos sujeitos sociais envolvidos. Ou seja, através da cultura, o jovem constrói sua identidade a partir do lugar que ocupa na sociedade. Sobre isso Dayrell afirma que,

O mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Longe dos olhares dos pais, educadores ou patrões, mas sempre tendo-os como referência, os jovens constituem culturas juvenis que lhes dão uma identidade como jovens. (DAYRELL, 2001, p.1110)

A partir deste referencial podemos identificar que o significado da condição juvenil se relaciona diretamente com o mundo cultural no meio familiar, na escola, no trabalho ou nas relações que constrói durante o tempo livre.

Fazendo uma análise da juventude brasileira podemos inseri-la em diversos contextos. O jovem das camadas mais abastadas da população com acesso a educação, saúde, moradia, além dos jovens das periferias, com direitos violados, com baixa escolaridade, sem emprego, em situação de violência, etc...

Para Dayrell,

Pensar os jovens no Brasil implica levar em conta as enormes disparidades socioculturais existentes e os diferentes contextos nos quais vêm se construindo como sujeitos. Essa diversidade se acentua no contexto de uma crise⁶ pela qual passa a sociedade brasileira, com reflexos nas instituições tradicionalmente responsáveis pela socialização, como o trabalho e a escola. Uma das expressões dessa crise são as transformações profundas por que vem passando o mundo do trabalho. (DAYRELL, 2001, p. 10).

⁶ A noção de crise é utilizada não no sentido de uma ruptura, de caos, mas de mutações e recomposições profundas nas relações sociais, onde se esgotam modelos anteriores e ainda não estão delineadas as novas, como sugere MELUCCI (1997).

Segundo Bourdieu, os conceitos de adolescência e juventude referem-se, portanto a uma condição social, histórica, cultural e relacional, que perpassaram diferentes processos sociais e históricos adquirindo denotações e delimitações diferentes. Para ele *“la juventud y la vejez no están dadas, sino que se construyen socialmente em la lucha entre jóvenes y viejos”* (Bourdieu, 2000, p.164).

Para conhecermos a juventude brasileira é preciso também situá-la demograficamente, apresentando alguns dados que orientam o conhecimento a cerca da mesma. Segundo dados do senso populacional realizado em 2000 pelo IBGE, a população era composta de 31,1 milhões de jovens entre 15 e 24 anos de idade, o que representava 19,8% da população do país. Os dados desse CENSO revelavam que o número de jovens no meio urbano era de 78% e que nove milhões estavam abaixo da linha de pobreza. Cerca de 26% da juventude brasileira dispunham de uma renda per capita inferior a R\$ 61,00. (IBGE). Esse dado dá uma clara dimensão de uma das múltiplas desigualdades referentes aos índices de escolarização, renda, desemprego, mortalidade, gênero que marcam especialmente as condições de vida dos jovens brasileiros.

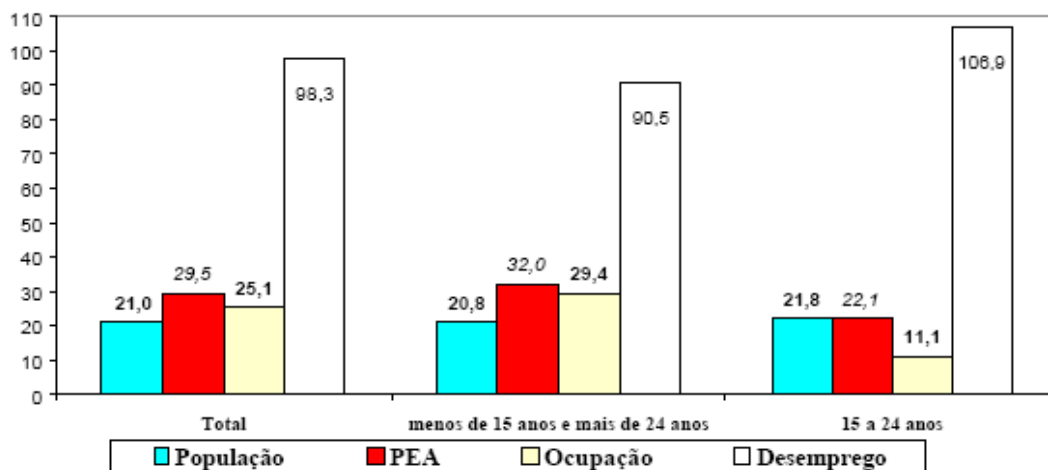
No que se refere à concretização de direitos humanos, o Brasil apresenta hoje um quadro preocupante. Segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2007), a população brasileira de jovens entre 15 a 29 anos alcançava cerca de 49,8 milhões de pessoas, correspondendo a 26,54% da população total. Destes jovens, 29,8% viviam em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (SM) sendo assim considerados pobres.

No grupo de 15 a 17 anos, apenas 47,9% cursavam o ensino médio (nível referente a esta faixa etária). Tratando-se da área rural, este índice não ultrapassava 30,6%. Ainda em 2007, havia 4,8 milhões de jovens desempregados, representando um número de 60,74% do total de desempregados no país, correspondendo a uma taxa de desemprego três vezes maior que a dos adultos. (PNAD 2007).

Entre os que não trabalhavam nem estudavam o percentual de 19,8% já era considerado alarmante neste período. Destaca-se além da questão do desemprego, a violência quando se trata de identificar as vulnerabilidades sociais da juventude brasileira.

O gráfico a seguir elaborado a partir de estudo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) ilustra a situação de ocupação e desemprego dos jovens no período de 1995 a 2005. Os dados revelam que o desemprego entre os jovens cresceu mais nos últimos anos nessa faixa etária do que nas demais.

Gráfico 1 - Variação da População, da População Economicamente Ativa, da Ocupação e do Desemprego entre 1995 e 2005 (em %)

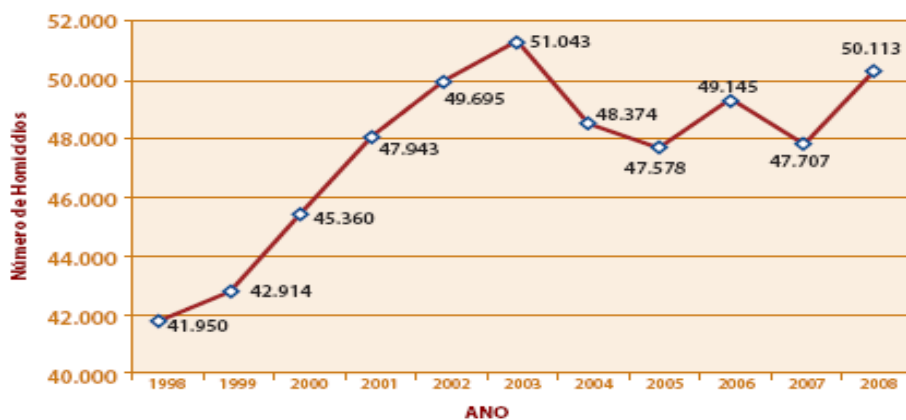


Fonte: Ipea

Segundo o estudo do IPEA, o percentual de jovens desempregados era, em 2005, quase 107% superior a de 1995, enquanto o desemprego para a população restante e economicamente ativa do país foi 90,5% superior nos últimos 10 anos. Consoante a essas observações notamos a rápida expansão na taxa nacional de desemprego dos jovens, com variação de 70,2% (de 11,4% para 19,4%), enquanto a taxa nacional de desemprego da parte restante da PEA aumentou 44,2% entre 1995 e 2005 (de 4,3% para 6,2%). Já a taxa nacional de desemprego para o conjunto da PEA brasileira cresceu 52,4% no mesmo período de tempo, passando de 6,1% para 9,3%. O estudo também conclui que a situação de desemprego entre os jovens é mais crítica entre as mulheres. No período de 1995 a 2005, a taxa nacional de desemprego feminino passou de 14,1% para 25% (aumento de 77,4%), enquanto a taxa nacional de desemprego masculino alterou-se de 9,7% para 15,3% (aumento de 57,8%)

Outro fator preocupante que evidencia a situação nos últimos anos é o registro de taxas elevadas de vitimização fatal, principalmente em decorrência de *causas externas*⁷. O óbito por causa violenta vem aumentando seu peso na estrutura geral da mortalidade no Brasil desde os anos 1980, afetando, principalmente, jovens do sexo masculino, pobres e negros, com poucos anos de escolaridade, que vivem nas áreas mais carentes das grandes cidades do país. Na faixa etária entre 15 a 24 anos, as mortes violentas representaram, em 2007, o percentual alarmante de 67,7% (IBGE, 2008).

Gráfico 2: Evolução no número de homicídios de jovens no Brasil entre 1998 e 2008.



Fonte: SIM/SVS/MS

Segundo dados do IBGE, a taxa global de mortalidade da população brasileira caiu de 633 em 100 mil habitantes, em 1980, para 568, em 2004, situação que evidencia o aumento da expectativa de vida da população brasileira, um dos índices cuja progressiva melhora possibilitou significativos avanços no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH dos últimos anos.

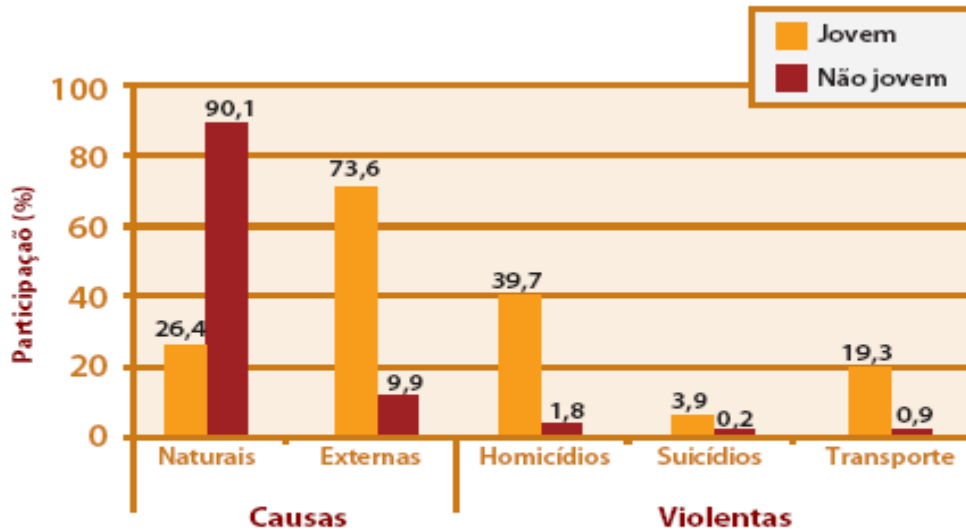
Não obstante os ganhos explicitados por esses índices, a taxa de mortalidade juvenil manteve-se praticamente inalterada ao longo do período e só teve leve aumento, passando de 128, em 1980, para 133 a cada 100 mil jovens, em 2008 segundo estudo do mapa da violência no Brasil⁸. Dados levantados pelos estudos do mapa da violência

⁷Fatores que englobam diversas formas de acidentes e violências, entre os quais os assassinatos por armas de fogo e os acidentes de trânsito.

⁸ Estudo elaborado pelo Instituto Sangari, em parceria com o Ministério da Justiça, que produz um diagnóstico da violência no Brasil, pesquisando as causas de mortes, principalmente dos jovens, nos grandes centros urbanos e no interior. Coordenado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, o mapa serve de

evidenciam que as epidemias e doenças infecciosas – as principais causas de morte entre os jovens há cinco ou seis décadas – foram progressivamente substituídas pelas denominadas “causas externas” de mortalidade, principalmente acidentes de trânsito e homicídios como podemos ilustrar no gráfico abaixo.

Gráfico 3. Causas de Mortalidade Jovem e Não Jovem (em %). Brasil, 2008.



Fonte: SIM/SVS/MS

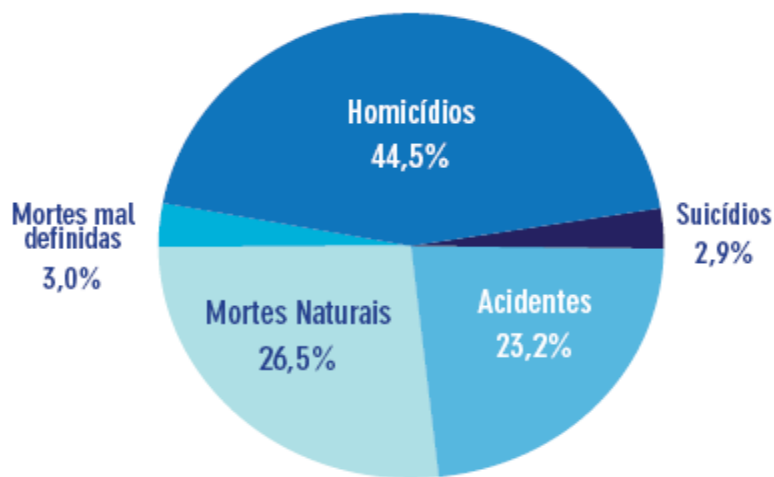
O levantamento realizado pelo Mapa da Violência aponta que,

Na população não-jovem, só 9,9% do total de óbitos são atribuíveis a causas externas. Já entre os jovens, as causas externas são responsáveis por 73,6% das mortes. Se, na população não-jovem só 1,8% dos óbitos é causado por homicídios, entre os jovens, os homicídios são responsáveis por 39,7% das mortes. Mas essas são as médias nacionais. Em alguns estados, mais da metade das mortes de jovens foi provocada por homicídio. Além dessas mortes, acidentes de transporte são responsáveis por mais 19,3% dos óbitos juvenis, e suicídios adicionam ainda 3,9%. Em conjunto, essas três causas são responsáveis por quase 2/3 (62,8%) das mortes dos jovens brasileiros. (Waiselfisz, 2001, p.07).

subsídio a políticas públicas de enfrentamento à violência e baseia-se em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

O estudo do índice de homicídios na adolescência realizado pelo Laboratório de Análise da Violência, UERJ, também vem confirmar os índices apresentados pelo Mapa da Violência. Como ilustra o gráfico a seguir os homicídios tem sido a principal causa morte de jovens em nosso país.

Gráfico 4 – Causas da mortalidade entre os jovens no Brasil.



Fonte: Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ – Sobre Dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM/DATASUS – Ministério da Saúde

No que tange aos aspectos da educação e tendo como referência o censo de 1990, o censo de 2000 indica uma ampliação considerável na taxa de escolarização entre a população juvenil. Principalmente na faixa de 15 a 17 anos houve uma ampliação de 55% para 78,8%. Contudo a maioria desses jovens ainda frequenta o ensino fundamental.

Os índices de escolaridade são mais frágeis quanto aos jovens entre 18 e 19 anos, já que apenas 50,3% dessa população frequenta a escola. Os índices caem ainda mais entre os jovens de 20 a 24 anos, pois apenas 26,5% podem ter acesso à escolarização já que a maioria que se enquadra nessa faixa etária precisa trabalhar. Se por um lado a necessidade de inserção no mundo do trabalho é um dos fatores de abandono ou desistência da permanência na escola, por outro o desemprego representa um dos mais

graves dilemas vividos por esses jovens principalmente por conta das dificuldades econômicas das famílias e a necessidade de inserção precocemente no mundo do trabalho. Ou seja, os jovens pobres no Brasil têm se deparado com limites, em alto grau, em relação as suas possibilidades de acesso ao primeiro emprego e de continuidade dos estudos, criando barreiras para construção de novas possibilidades, além de um sentimento de frustração, desânimo e poucas perspectivas para o futuro.

Como aponta Dayrell, os jovens pobres são aqueles que,

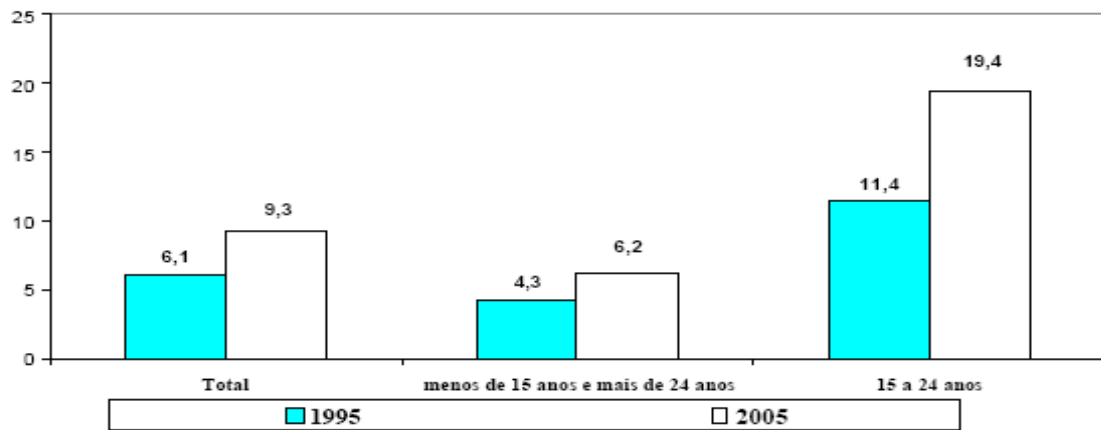
Vivenciam formas frágeis e insuficientes de inclusão num contexto de uma nova desigualdade social: a nova desigualdade que implica o esgotamento das possibilidades de mobilidade social para a maioria da população, principalmente para o segmento juvenil. (DAYRELL, 2005).

Tais vulnerabilidades têm requerido novas formas de inserção no mundo do trabalho. Segundo POCHMANN, (1998),

O desemprego juvenil, sem paralelo na história nacional, emerge como um dos problemas mais graves da inserção do jovem no mundo do trabalho. Além disso, as ocupações que restam aos jovens são, na maioria das vezes, as mais precárias, com postos não assalariados ou sem registro formal, pois se encontram praticamente bloqueadas as portas de ingresso aos melhores empregos. O quadro de escassez de empregos, em meio ao elevado excedente de mão-de-obra, torna os jovens um dos principais segmentos da população ativa mais fragilizada. (POCHMANN, 2008, p.48).

O gráfico abaixo ilustra esta realidade no que tange a situação de trabalho entre os jovens.

GRÁFICO 5- Situação de trabalho entre os jovens no Brasil entre 1995 e 2005.



Fonte: IBGE

Os dados mostram que de cada 100 jovens que ingressaram no mercado de trabalho entre 1995 e 2005, somente 45 encontraram algum tipo de ocupação, enquanto 55 ficaram desempregados. Quanto à relação de gênero observamos que a situação é ainda mais desafiadora, pois de cada 100 jovens do sexo feminino que entraram no mercado de trabalho, somente 40 conseguiram uma ocupação e 60 ficaram desempregadas, enquanto a cada 100 jovens do sexo masculino que também ingressaram no mercado de trabalho, 50 tornaram-se desempregados e 50 encontraram algum tipo de ocupação, segundo dados do IBGE.

Apesar da realidade demonstrada em números, os jovens encaram a vida com a perseverança e a criatividade que lhes são peculiares. Pois como pode ser constatada, historicamente, a juventude tem se constituído em sujeito social de mudança apresentando-se desde os anos 1960 questionamentos à sociedade, de seus valores e costumes, desigualdades e injustiças sociais. A juventude revela, sobretudo, o caráter estruturante de utopias sociais e políticas, como os movimentos por democracia da década de 70, revelando engajamento e potencial político para reivindicar mudanças sociais. Nos anos 80, tendo conquistado maior liberdade política, assumiu liderança nos movimentos sociais e culturais em prol da ampliação da cidadania. Nesta discussão Gohn caracteriza os movimentos sociais como,

(...) ações construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. (GOHN, 2008, p. 251).

Cabe destacar a importância da participação do movimento estudantil constituído historicamente no Brasil. Como força institucionalizada de oposição política, o movimento estudantil marcou a sociedade brasileira em diferentes períodos, como analisaremos a seguir. E diante do quadro atual, é fundamental que a juventude reconstrua formas de resistência e luta.

Os movimentos estudantis no Brasil têm uma longa trajetória de luta que atravessa a história desde a libertação dos escravos passando também pela proclamação da República. Mas foi a partir da criação da UNE – União Nacional dos Estudantes - no dia 13 de agosto de 1937, que os estudantes universitários se organizaram para lutar pela construção da democracia e justiça social no Brasil. Tem-se então um importante movimento de luta em defesa de direitos. No início dos anos 1960 eles tanto se engajam num movimento das esquerdas por reformas de base quanto formam um movimento de resistência clandestino contra o regime ditatorial (1962-1986). Mostram ainda um importante papel na reconstrução e consequente afirmação da democracia, onde ganhou destaque em 1992, o movimento pelo impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello. Nessa luta contra a corrupção e pela ética na política, eles foram chamados “os caras pintadas”, que em vermelho e preto participavam das passeatas contra os apelos do então presidente do Brasil para que a nação se manifestasse em verde e amarelo em sinal de apoio ao seu governo.

Como aponta Gohn,

Ainda nos primeiros anos da década de 1980, no plano da realidade brasileira, novos tipos de movimentos foram criados, fruto da conjuntura político-econômica da época. Foram movimentos que se diferenciavam tanto dos movimentos sociais clássicos – dos quais o movimento operário é sempre tido como exemplar- como também dos “novos” movimentos sociais surgidos nos anos 70, populares e não-populares. Foram os movimentos dos desempregados e das “Diretas Já” que se definiam no campo da ausência do trabalho e na luta pela mudança do regime político brasileiro. (GOHN, 2008, p.285).

Destaca-se no processo de avanço das lutas pela juventude no Brasil a importância dos movimentos pela infância representados principalmente pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua (MNMRR). Os debates e pressões promovidos por este grupo foram fundamentais à luta pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Resgatamos desse modo a historicidade das conquistas obtidas no que se refere a políticas para a juventude por meio de movimentos oriundos das lutas sociais e protagonizados por diversos atores no cenário político brasileiro. Dentre esses atores podemos destacar o protagonismo da juventude e seu engajamento nas lutas por ampliação de políticas públicas e garantia de direitos sociais.

Apesar da importante luta dos movimentos da juventude aqui citados e do papel social que exerce em cada época, o jovem hoje vive um contexto diverso. Segundo Dayrell, (2001, p.27)

Se, na década de 60, falar em juventude era referir-se aos jovens estudantes de classe média e à participação política, nos anos 80 falar em juventude implica incorporar os jovens das camadas populares e a diversidade de estilos existentes. Aliado à pulverização das ações coletivas, faz com que a visibilidade social dos jovens se dê por intermédio dos grupos culturais existentes. (DAYRELL, 2001, p.27).

Muitas foram as conquistas de cada juventude em seu momento, no entanto é preciso haver um fortalecimento desta através da construção e ampliação de instrumentos capazes de fomentar e ampliar sempre o protagonismo juvenil. É nessa direção que o presente trabalho traz à discussão a possibilidade de ações artísticas e culturais serem grandes veículos condutores e facilitadores da ampliação da cidadania dos jovens excluídos, pobres, sem trabalho, com baixa escolaridade, contribuindo assim para o fortalecimento das políticas sociais destinadas a este público e criando nossas formas de sociabilidade.

Costa afirma que:

Mais do que exorcizar as situações de risco, o protagonismo juvenil procura preparar os jovens para a tomada de decisões baseadas em valores não apenas lidos e escutados, mas vividos e incorporados em seu ser. Os jovens assim estarão, certamente, mais bem preparados para enfrentar os dilemas da ação coletiva que caracterizam a sociedade (...). (COSTA, 2000, p.142).

O jovem, vivenciando as inúmeras precariedades postas pelo mundo atual, com crises e diversas formas de violência, desemprego, precisa construir caminhos novos de atuação de modo a enfrentar com potencialidade e reverência que lhe é peculiar, as mudanças sofridas pela sociedade e seu grupo ao longo do tempo. Como aponta Dayrell, (2001,p.9) *“se, para as gerações anteriores, estava posta, mesmo que remota, a*

perspectiva de mobilidade por meio da escola e/ou do trabalho, para os jovens de hoje essa alternativa não mais se apresenta”.

Diante do contexto em que vive a juventude brasileira, alijada das oportunidades de trabalho, vivenciando experiências extremas de violência e outras formas de opressão, investimos esforços no sentido de analisar a possibilidade da cultura e da arte constituir elementos de enfrentamento das contradições sociais. A construção de novas alternativas principalmente de inserção no mundo do trabalho, por via do mercado cultural foi uma das variáveis desenvolvidas como veremos através da experiência do CIEM H2.

1.2 – O panorama das políticas sociais para a juventude no Município de Macaé

O município de Macaé vem emergindo no cenário regional norte-fluminense de forma proeminente, devido principalmente às condições possibilitadas pelo advento da extração de Petróleo, na Bacia de Campos⁹, fato que o destaca como a capital nacional do Petróleo. Mas se por um lado este diferencial lhe favorece economicamente, socialmente as pressões decorrentes do crescimento acelerado em um município de porte médio podem trazer problemas futuros para a qualidade de vida da população.

O município de Macaé, localizado na Mesorregião Norte Fluminense, possuía 132.461 habitantes no ano 2000, segundo o Censo Demográfico do IBGE e eram distribuídos em 1.226,6 km² de área territorial predominantemente rural (1.139,1 km²).

Segundo dados do Programa Macaé Cidadão¹⁰, através da Pesquisa Domiciliar (2007) identificamos que do total dos habitantes, 126.007 estavam no espaço urbano,

⁹ A Bacia de Campos compreende os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e São Pedro da Aldeia. Estes municípios participam direta ou indiretamente da produção do petróleo compondo uma rede de município beneficiados pela extração

¹⁰O Programa Macaé cidadão vinculado a Secretaria Municipal de Governo constitui-se órgão de pesquisa do município. Os pesquisadores do Programa fazem levantamento do perfil das famílias, identificam os anseios dos moradores, as características de cada domicílio, situação dos moradores em relação à educação, saúde, meio ambiente, saneamento, esporte, lazer, promoção social, atividades ocupacionais e outras avaliações.

compondo uma taxa de urbanização de 95,1%, e desta forma é superior a 91,4%, taxa existente no início da década de 90. Este dado demonstra o resultado do maior adensamento populacional na área urbana litorânea de um município que cresceu em termos anuais três vezes mais que o Estado do Rio de Janeiro (3,9% contra 1,3%) no período intercensitário.

O acréscimo populacional entre 1991 e 2000 gerou um aumento da densidade demográfica do município, de 77,2 hab/km² para 108,0 hab/km².

Na área urbana havia em 1991 981,6 hab/km² e em 2000 439,6 hab/km². Houve um acréscimo de 46,7%, superior ao da cidade como um todo (39,9%), e a área rural apresentou redução na densidade (de 7,1 hab/km² em 1991 para 5,7 hab/km² em 2000), o que indica que o maior adensamento urbano deveu-se a deslocamentos dentro do município devido a pressões migratórias, gerando ao longo do tempo maiores demandas por habitação e vagas no mercado de trabalho.

Atualmente, segundo dados do censo 2010, Macaé possui 206.728 mil habitantes o que revela o contínuo crescimento populacional.

Sendo Macaé uma nova fronteira de possibilidade para a população circunvizinha ao município, devido às condições proporcionadas pelo advento da descoberta do Petróleo na Bacia de Campos na década de 70, parte do maior adensamento urbano observado é derivado da chegada de residentes de outros municípios para trabalhar e fixar moradia.

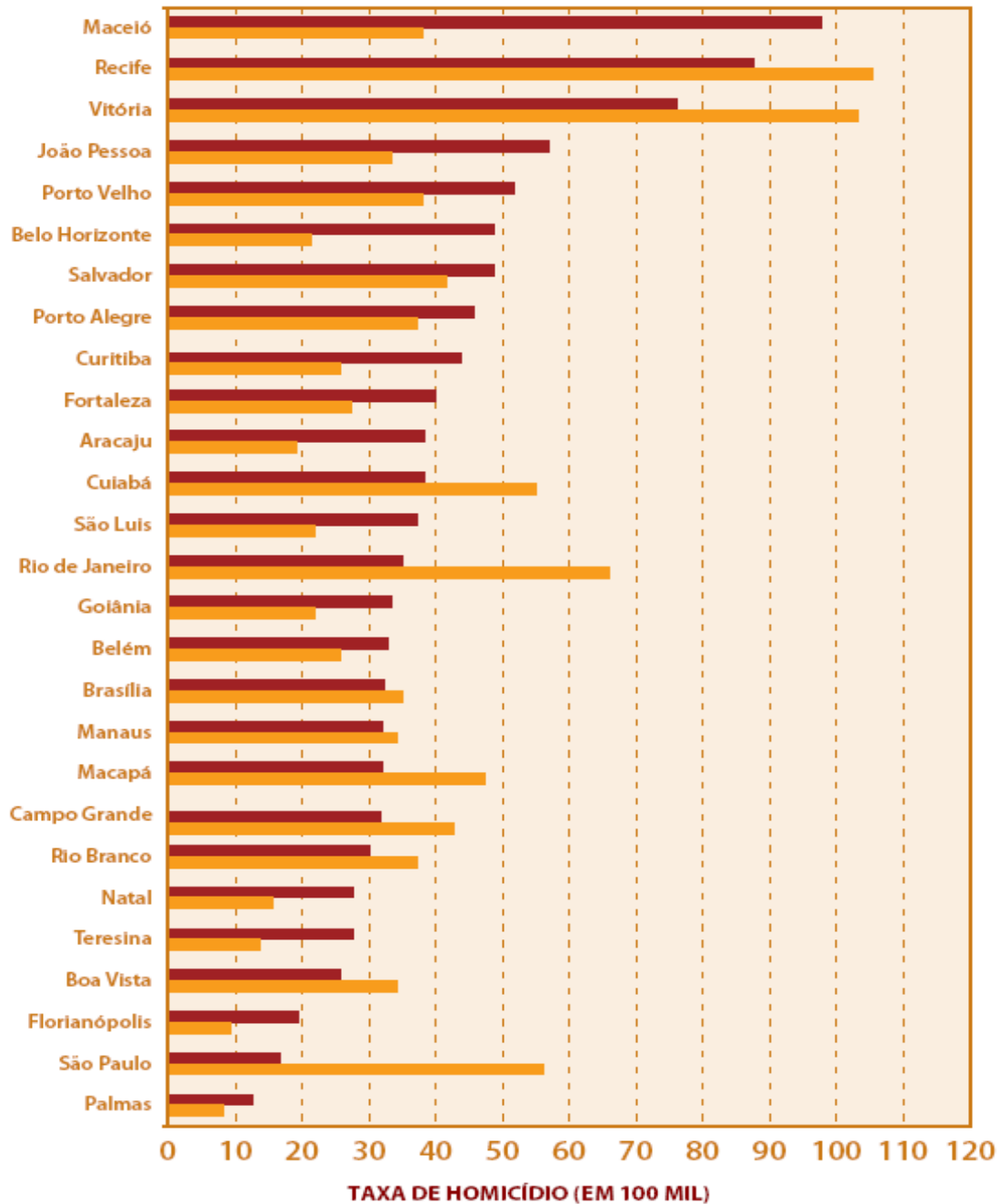
O crescimento populacional que Macaé assiste proporcionou uma ocupação de seu território de forma desenfreada, ocasionando uma série de conseqüências e precipitando uma emergência de demandas nas áreas de transporte, saúde, educação, saneamento, moradia, entre outras, além do desemprego, favelização e aumento exponencial da criminalidade.

Diante deste dado quadro geral, o espaço em que se insere a juventude é de forte insegurança. A situação social em que vivem os jovens deixa-os a margem do desenvolvimento econômico, carecendo de oportunidades que os possibilitem a construção de um projeto de vida, posicionar-se frente aos problemas cotidianos a que são submetidos e contribuir efetivamente para o desenvolvimento deste município.

Dados do Mapa da Violência no Brasil levantados pela Agência Brasil no ano de 2010 aponta que as capitais do país obtiveram crescimento no índice de homicídio entre jovens de 15 a 24 anos conforme tabela a seguir:

Gráfico 6 -. Taxa de Homicídios na População de 15 a 24 anos nas capitais do Brasil, 1998/2008.





Fonte: SIM/SVS/MS

Diante desta realidade, Macaé também merece destaque sendo considerado um dos municípios mais violentos do interior. De acordo com uma pesquisa realizada em 2008 pela Unesco, em parceria com o laboratório de análise da violência da Uerj, o município ocupa a 33ª posição no Brasil no índice de Homicídio na Adolescência (IHA). O

estudo ainda revela que para cada mil adolescentes, em Macaé, três ou quatro são assassinados, principalmente em decorrência do tráfico de drogas. A estimativa é que até 2012, 69 menores podem ser assassinados se os índices de violência não diminuïrem. O grupo que sofre mais diretamente é o de adolescentes negros registrando índices de morte três vezes maiores. Na região, Macaé só fica atrás de Cabo Frio, onde cinco jovens são assassinados em cada grupo de mil indivíduos.

Este estudo destaca que a população em risco é afro-descendente e reside em bairros urbanos onde não são oferecidas as mesmas condições de vida que usufruem os jovens dos bairros nobres. Estes dados são preocupantes e merecem um lugar na agenda das Políticas Públicas. Segundo a pesquisa Homicídios na Adolescência no Brasil (2007),

A incidência de homicídios contra adolescentes parece ser especialmente intensa em municípios populosos e em expansão demográfica, com baixa renda para os setores mais pobres e com escolas de baixa qualidade. (IHA, 2007)

A população macaense na faixa etária de 15 a 24 anos representa 19% dos habitantes do município. A pesquisa domiciliar do Programa Macaé Cidadão, de 2001-2003 confirma este índice: entre a população residente que equivalia em 130.335 habitantes, encontrava-se na faixa etária de 15 a 24 anos um total de 25.643 pessoas, correspondendo a 19,5% da população. Desse total de jovens, 50,3% eram de sexo feminino e 49,7% do sexo masculino. Segundo critério étnico-racial, 49,69% dos jovens recenseados são de cor branca, 49,81% afro-brasileiros e 0,5% se definia como pertencente a outras etnias.

A pesquisa acima referida também dá ênfase ao acesso e permanência destes jovens na escola mostrando que no município de Macaé 71% do total de jovens entre 15 e 19 anos (2001-2003) freqüentavam a escola. Este número relaciona-se com os índices elevados de evasão escolar. Já entre os jovens de 20 a 24 anos, a continuidade dos estudos foi uma realidade para apenas 25,5%. (Programa Macaé Cidadão).

Diante do quadro geral em Macaé, consideramos que as concepções acerca das políticas sociais propostas pelo município no sentido de combater as situações de vulnerabilidade social da juventude devem ser analisadas. A avaliação de política deve

contribuir para a verificação dos rumos que a sociedade está tomando e o nível das políticas em curso.

Procuremos identificar os rumos que o município tem tomado no que tange a atenção a este segmento, a partir da construção e execução de políticas públicas que, efetivamente, enfrentam as novas expressões da questão social.

Para a compreensão destas expressões partimos do referencial de questão social, que segundo Carvalho e Yamamoto,

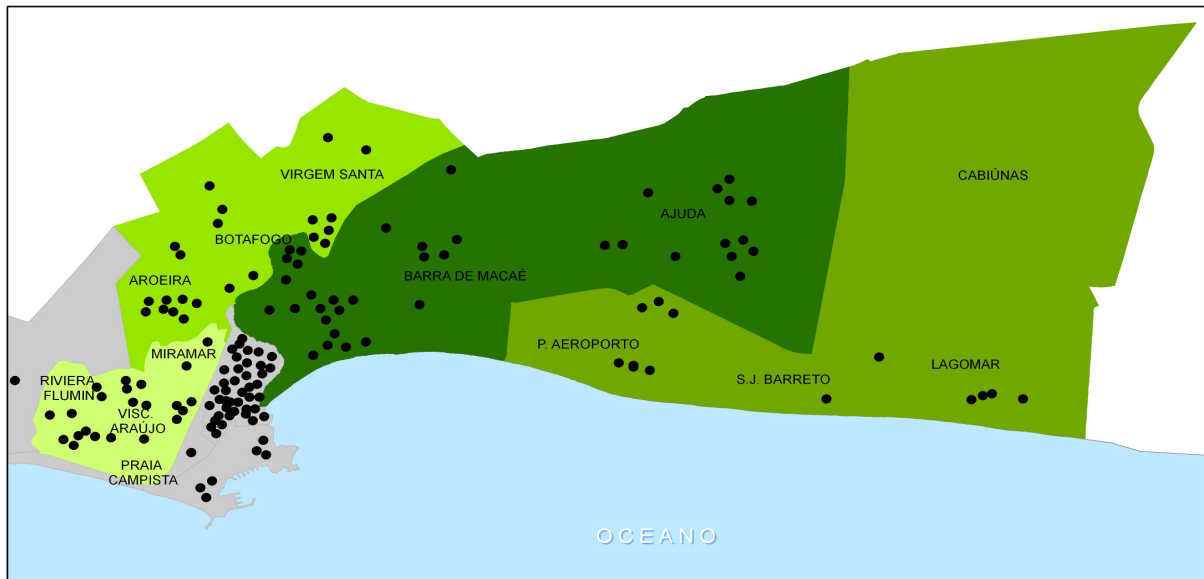
[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO E YAMAMOTO, 1983, p.77).

Analisando os rumos da política para a juventude no município e principalmente as que têm como perspectiva de ação a cultura, a arte, o esporte e o lazer, verificamos uma tendência a serem desenvolvidas por entidades não-governamentais, como demonstra pesquisa realizada pelo Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente. Esta pesquisa aponta para algumas peculiaridades no município como o fomento a atividades artísticas e culturais que segundo a pesquisa envolve 60% das ações das organizações. Apesar disso apresenta pouca participação do poder público.

Conforme se observa abaixo,

Os projetos desenvolvidos através de atividades artísticas apresentam a Dança como a categoria mais citada (34), seguida da Música (33), do Artesanato (31) e do Teatro (18). Do lado das atividades esportivas, os esportes coletivos são citados 29 vezes e os individuais 26. Nos individuais há predominância da Capoeira, seguida da Natação e das lutas Jui-Jitsu e do Karatê. Ainda há as atividades de Atletismo e Equitação. Como não poderia deixar de ser, nos esportes coletivos o Futebol é o mais citado seguido do Handebol, Vôlei, Basquete, Xadrez e Ginástica (RCP Consultoria. 2009, p.39).

Mapa 1– População jovem no município de Macaé e a oferta de projetos sociais.



Legenda

- Projetos
- Nº Crianças e Adolescentes (0-19 anos)
por Setor Administrativo
- Setor 5 - Vinho (13.447) - Total Pop (33.946)
- Setor 6 - Marrom (12.790) - Total Pop (36.312)
- Setor 3 - verde (9.111) - Total Pop (25.031)
- Setor 2 - Amaraelo (8.562) - Total Pop (28.822)
- Sem informação

$$\frac{\text{Nº crianças e adolescentes}}{\text{Nº de Projetos}}$$



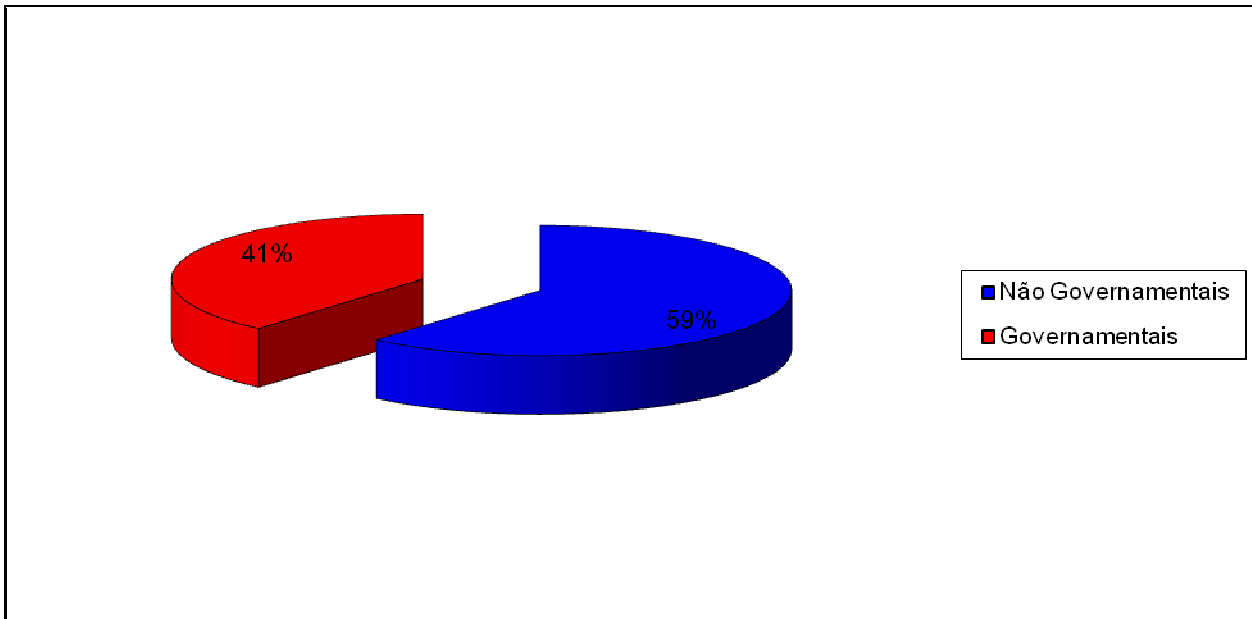
1:60.000

Fonte: Programa Macaé Cidadão
(Pesquisa Domiciliar 2006-2007)
RCP Consultoria

A pesquisa realizada pela RCP consultoria subsidiada pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente identificou para esse órgão algumas peculiaridades da política local apontando uma forte intervenção do Terceiro Setor na execução da mesma.

Além desta observação, constatamos no mapa acima a maior presença de projetos sociais, contraditoriamente, em territórios onde a população jovem é menor e uma menor incidência de ações sociais em áreas de maior densidade da população jovem. Este dado revela uma falta de ordenamento das políticas previstas, o que pode ser atribuído a falta de planejamento das ações não-governamentais que são maioria na execução desses projetos além do escasso interesse do poder público nesta direção.

Outro ponto importante a ser destacado refere-se ao caráter político social das instituições executoras de ações. A pesquisa mencionada revelou que 59% das Instituições são não-governamentais, o que acaba dando uma direção preocupante quanto à universalidade de acesso dos usuários e a garantia da política pública preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente, embora este reconheça a legalidade da parceria entre família, Estado e sociedade.

Gráfico 7 – Distribuição dos projetos por tipo de instituição

Fonte: RCP (2009)

Ressaltamos este aspecto considerando que a abordagem metodológica utilizada na execução das ações é de extrema importância, pois aponta para a escolha de um caminho que melhor atenda aos anseios da juventude. Contudo o caráter político destas ações também precisa ser considerado uma vez que as escolhas da agenda pública vão implicar sobremaneira na garantia da qualidade dos serviços. Cabe ressaltar que a universalidade do acesso e qualquer outro indicador que possa interferir na qualidade da política e em consequência nos direitos conquistados em lei precisam ser considerados.

Tomando ainda como referência a pesquisa realizada pelo CMDDCA Macaé, identificamos que dentre as instituições elencadas o Grupo Cultural CIEM H2 evidencia-se pela amplitude das ações e se destaca em meio às políticas locais. Tal destaque nos levou a adotar como objeto de estudo tal Grupo, de modo a avaliar sua contribuição para a política social para a juventude em Macaé. O Grupo Cultural CIEM H2 mostra-se como uma experiência real que trará referência e aprendizado no conhecimento do universo da juventude inserida em projetos culturais e artísticos.

Em meio ao universo relativamente grande, anteriormente demonstrado, de instituições que trabalham com a juventude no município de Macaé, o CIEM H2 apresenta

como instrumento de ação a cultura e a arte, procurando proporcionar mecanismos de superação das condições de vida, marcadas pelo registro de drogas, pobreza, violência e inúmeras vulnerabilidades sociais.

O CIEM H2 é um Programa sociocultural de utilidade pública, sem fins lucrativos, fundado em 2005. A Instituição tem como objetivos:

- Evidenciar o protagonismo juvenil com a formação de artistas individuais e grupos profissionais através das oficinas de produção;
- Qualificação para o mercado de trabalho,
- Fomento à gestão cultural através do fortalecimento de ações do movimento Hip Hop na região sendo suporte à criação de projetos;
- Intercâmbio com artistas e grupos nacionais e internacionais,
- Investigação em dança através da cultura Hip Hop e temas afins.

Dentre os destaques da Instituição estão os projetos:

- **“Tecnologia e mídias alternativas”** que recebeu o prêmio UNESCO/Criança Esperança pelo projeto “Cinema Hip Hop: da invisibilidade à participação”.
- **“Membros Cia de dança”** sendo escola de formação além de companhia de dança com atuação já estendida a 16 países,
- **“Banda Art.1”** grupo formado por jovens inseridos no projeto e que já representou o Brasil na cerimônia do WCPRC, na Suécia em 2007;
- **Di Cia de dança** que traz como meta e proposta a dança inclusiva com a participação de pessoas com deficiência;
- **“Centro de Informações e Pesquisa”** - tem como objetivo estimular e democratizar o acesso à informação sobre o campo de pesquisa do Hip Hop. Contém registros, livros, estudos acadêmicos, periódicos, vídeos, fotos, músicas, etc...

O Grupo Cultural CIEM H2 conduz suas ações tendo como princípio que a arte é instrumento capaz de “mudar histórias de vida” como bem explicita os organizadores através de seu plano de trabalho, cujo argumento é de que Grupo *“aposta na formação do*

jovem consciente a partir do contato e fomento à arte política". O Grupo caracteriza seu trabalho como "dança política"

Tratar o tema arte e juventude requer pensar as múltiplas relações estabelecidas entre os jovens e as políticas oferecidas a este segmento enquanto estratégia de inclusão social, sociabilidades, novas alternativas à existência, inserção cultural, etc... Pensar uma ação voltada a um segmento com características tão peculiares é sem dúvida, desafiador.

O Grupo cultural a que nos referimos tem aceitado os desafios e buscado através da cultura e da arte proporcionar formas de inclusão social dos jovens mostrando a importância da cultura na formação de uma cidadania plena encaminhando uma perspectiva de futuro onde a sensibilidade à arte seja valorizada a partir de uma práxis de produção e criação que eleva o homem a um plano superior e qualitativo de realização social.

Os resultados do desenvolvimento das ações têm levado o Grupo Cultural a refletir sobre as potencialidades aprofundadas ao longo de dez anos de trabalho:

Como explicar que um Grupo – vindo de uma cidade do interior; sem tradição de dança, partindo do marginalizado lugar do hip hop, com adolescentes menores de 18 anos, sem nunca terem feito dança antes (e sem apoio da família), todos eles adolescentes de escolas públicas, sem contar com quaisquer recursos passa essa formação (nem Petrobras, nem prefeitura, nem qualquer empresa multinacional que vêm aqui garimpar a riqueza local e produzir pobreza) – pudesse ganhar o mundo sem apadrinhamento? (Paulo Azevedo¹¹).

Através de seu diretor, o Grupo Cultural faz aqui uma provocação destacando o fato de os jovens "ganharem" o mundo com sua arte sem, no entanto, serem efetivamente valorizados dentro do próprio território e cidade onde residem. Se esta é uma conquista coletiva ou uma experiência apresentada como marketing das possibilidades das ONGs assumirem a vanguarda de uma política social de âmbito nacional, é uma questão de subjaz nosso estudo e avaliação.

O Grupo mantém-se atualmente com o trabalho que desenvolve através da execução de projetos conquistados em editais públicos como o edital 001 de 2008 da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro com vistas à implementação da ação

¹¹Diretor artístico da "Membros Cia de Dança"

Ponto de Cultura do “Programa Mais Cultura” no Ministério da Cultura. Com este edital o Grupo tornou-se “Ponto de Cultura” ¹² no Município de Macaé.

O Grupo também venceu outros editais, enumerados abaixo:

1. Edital 003/2010 com vistas à seleção de Projetos nas áreas de artes cênicas e música, denominado “Circuito Estadual das Artes”.
2. Edital CAIXA Cultural (2009) com vistas à seleção de Projetos culturais para ocupação dos espaços da CAIXA Cultural localizados em Brasília, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, para formação da pauta no período de janeiro a dezembro de 2010.
3. Edital 005/10 da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, para seleção pública de Projetos na área de artes cênicas - Montagem de Espetáculo de teatro adulto, teatro infantil, teatro de rua, dança e circo.

Na avaliação dos coordenadores do Grupo estes editais abriram também outras possibilidades de convites para apresentações a partir da divulgação do trabalho, pois divulgaram e ainda divulgam o trabalho da instituição no Brasil e no mundo a partir de convites de países e outros Grupos que reconheceram e admiraram o trabalho realizado.

O CIEM H2 através do projeto “Membros Cia de Dança” já levou seu trabalho para festivais em todo Brasil. Levou também sua arte para diversos países do mundo como Alemanha, Espanha, Portugal, Suíça, Suécia, Bélgica, Finlândia, Inglaterra, Noruega, Holanda, Áustria, Hungria, França, Argentina, Guadalupe, Gabon, Benin e Nova Caledônia.

Além de proporcionar intercâmbio com diversas culturas e o mundo, o Grupo tornou-se fonte de trabalho e renda inserindo os jovens no mercado cultural, divulgando talentos e ultrapassando os muros da pobreza e as possíveis barreiras culturais de seus participantes.

¹² Pontos de Cultura são entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministro da Cultura que desenvolvem ações de impacto sócio-cultural em suas comunidades. Somam, em abril de 2010, 2,5 mil em 1122 cidades brasileiras, atuando em redes sociais, estéticas e políticas. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. (fonte: Ministério da Cultura).

Vivenciando a arte como movimento político, reconhecido pelo Grupo como “Corpo político que dança” os jovens expressam opiniões, denunciam a violência, a pobreza e diversas formas de opressão social. A arte torna-se arma de luta e combate sendo fonte de inspiração para protestos coletivos.

Nesse contexto, as interferências das ações e os resultados da pesquisa no que tange a representação da arte e da cultura e seu significado para os jovens, veremos no capítulo 3.

A partir destas observações, consideramos essencial debater e apresentar nessa dissertação alguns elementos importantes de análise sobre o mercado cultural em evidência e pouco valorizado no Brasil, mas que possibilita uma fonte de renda e que o país ainda não reconheceu como trabalho. Uma sociedade marcada pela valorização de “grandes” profissões tende a desqualificar e não perceber o grande potencial de mercado¹³ que a arte possui.

Segundo Paulo Azevedo (2009),

Reconhecer nesse caso, seria dar voz a esses jovens diante das escolas do município e nas escolas de onde eles emergiram, para que outros possam tê-los como referências, ver na arte uma das muitas possibilidades de trabalho. Imaginam um mundo só com médicos, advogados, engenheiros? Como esse pessoal todo iria se distrair, descansar, viver sonhos se não houvesse música, teatro, dança, cinema, telas pintadas? Temos que reconhecer que cada profissão é essencial à cadeia humana... (AZEVEDO, 2009, p.203).

1.3 – Políticas socioculturais em Macaé: um caminho a percorrer.

Considerando que a juventude sofre diretamente os impactos das mudanças na economia das últimas décadas onde o município de Macaé faz parte e tem suas peculiaridades, procuremos analisar as políticas socioculturais como instrumento de promoção e garantia de direitos sociais nessa localidade, portanto como possibilidade de redistribuição de renda.

Na realidade de Macaé evidencia-se um cenário socioeconômico que coloca o município como destaque no que tange a possibilidade de inserção de milhões de

¹³ Como potencial de mercado consideramos aqui a indústria da música, do teatro, da dança e das artes plásticas que dinamiza uma cadeia produtiva porém contraditoriamente nem sempre reconhece nos seus produtores trabalhadores como qualquer outro do sistema de produção e de mercado em nossa sociedade.

trabalhadores no mercado de trabalho. Impulsionada pelos recursos oriundos da extração do petróleo, Macaé atrai investimentos não somente da Empresa Petrobrás¹⁴, como também de inúmeras multinacionais que se instalam no município. Esta “locomotiva” gerada pelas empresas offshore¹⁵ atrai milhares de pessoas de todo país em busca de emprego e melhores oportunidades de vida.

Todos os investimentos gerados a partir da exploração do petróleo na Bacia de Campos requerem dos trabalhadores capacitação e qualificação profissional para manterem-se dentro deste mercado. Muitos não conseguem espaço diante das exigências por qualificação cada vez maior no país, afetando principalmente os jovens em busca do primeiro emprego.

Segundo POCHMANN (1998),

O modelo econômico implementado principalmente a partir dos anos 90, baseado numa inserção externa competitiva, tem gerado um movimento de *desestruturação do mercado de trabalho*, que se manifesta na expansão das taxas de desemprego aberto, no desassalariamento e na geração de postos de trabalho precários, atingindo principalmente os jovens. (POCHMANN 2008, p.20).

Para o autor esta realidade é vivenciada de forma diferenciada pelos jovens que se encontram em maior desvantagem no que se refere à escolarização, profissionalização e experiência exigidas pelas empresas que procuram profissionais cada vez mais qualificados para seu quadro de funcionários. Para Pochmann (2008),

As taxas de desemprego juvenil passaram de 5%, em 1989, para próximo de 14% da população economicamente ativa juvenil (PEA) em 1997, além de alcançarem uma superioridade em relação à taxa de desemprego total. Nesse período, a taxa de desemprego juvenil, no Brasil, aumentou 188,9% (POCHMANN, 1998, p.20).

¹⁴ A Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A é uma empresa de capital aberto (sociedade anônima), cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil (União). É, portanto, uma empresa estatal de economia mista. Fundada em 3 de outubro de 1953 e sediada no Rio de Janeiro, opera hoje em 28 países, no segmento de energia, prioritariamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados, no Brasil e no exterior. Seu lema atual é "Uma empresa integrada de energia que atua com responsabilidade social e ambiental". A empresa está em segundo lugar no ranking das maiores petrolíferas de capital aberto do mundo.

¹⁵ Empresa "offshore" é uma entidade situada no exterior, sujeita a um regime legal diferente, "extraterritorial" em relação ao país de domicílio de seus associados. Mas a expressão é aplicada mais especificamente a sociedades constituídas em "paraísos fiscais", onde gozam de privilégios tributários (impostos reduzidos ou até mesmo isenção de impostos). E isso só se tornou possível quando alguns países adotaram a política da isenção fiscal, para atrair investimentos e capitais estrangeiros.

A realidade aqui colocada afeta, no município de Macaé, não apenas os jovens como também muitos trabalhadores que há tempos vem buscando construir seus caminhos participando ativamente do mercado de trabalho. Contudo a situação é mais agravante entre os jovens em virtude do encolhimento do Estado¹⁶ na esfera pública que não oferece soluções por meio de políticas públicas que contemplem a juventude, principalmente investindo em primeiro emprego.

Sem espaço no mercado de trabalho, muitos jovens macaenses têm buscado novas alternativas de vida sejam elas no envolvimento com situações ilícitas (como o tráfico de drogas) ou outras formas de inserção social como envolvimento com projetos culturais e artísticos que possibilitem oportunidades de trabalho e sociabilidades.

É nesse paradoxo que nos encontramos ao refletir sobre os caminhos e possibilidades de sociabilidade, trabalho, reconhecimento social que os jovens macaenses têm buscado como alternativa ou opção de vida e trabalho na realidade social em foco. Como já observamos anteriormente partimos do reconhecimento de que a Cultura e a Arte nesse município podem ser capazes de, através de iniciativas de resgate de expressões culturais, como a dança, a música, o grafite e o teatro, contribuir para o pleno desenvolvimento, envolvendo a promoção da autoestima das novas gerações, a partir de uma inserção social onde suas potencialidades sejam reconhecidas.

Sobre este tema Castro considera que,

A arte, o esporte, a educação e a cultura aparecem como um contraponto, elemento estratégico para enfrentar e combater a violência, para a construção de canais de expressão, espaço a ser explorado, um incentivo aos jovens para afastar-se de situações de perigo, sem lhes negar meios de expressão e de descarga dos sentimentos de indignação, protesto e afirmação positiva de suas identidades. (CASTRO, 2004, p. 19).

Os elementos de análise trazidos também pelo CMDDDCA mostram o pouco investimento público em políticas socioculturais e revela também que esta política em Macaé tem também sido realizada em maior parte pelas ONGs, a exemplo da que

¹⁶ Por encolhimento do Estado entendemos as reformulações políticas e econômicas contemporâneas que têm provocado alterações profundas nas funções precípua do Estado, com progressiva perda de autonomia. Em sua natureza, o Estado, na ordem social burguesa, é um “espaço de síntese das relações sociais, sob a hegemonia do capital, o que implica numa diretiva de classe, mas incorporando demandas dos trabalhadores expressadas no processo de luta de classes” (BEHRING, 2003, p. 22).

pesquisamos neste trabalho. Consideramos que esta opção política expõe cada vez mais os jovens a escassos serviços que não garantem a continuidade do trabalho, tendo em vista, principalmente, a escassez de recursos e os limites financeiros que essas ONGs vivenciam mesmo com os exemplos de boas práticas apresentados pelas mesmas.

Tendo em vista o grau de importância atribuído pelo CIEM H2 ao resgate da auto-estima da juventude, procuramos identificar nas argumentações no seio da instituição os elementos que constituem esta preocupação e o impacto das mesmas na vida dos jovens. Desde 2005 o Grupo Cultural CIEMH2 busca, através da cultura e da arte, incentivar o protagonismo juvenil ressaltando a produção do conhecimento em arte, política e sociedade. A partir da divulgação principalmente do Hip Hop o CIEM H2 vem proporcionando aos jovens ações socioculturais capazes de ultrapassar os muros da pobreza e da violência.

Considerando a prática da instituição pesquisada, avaliamos que é preciso avançar na constituição e garantia de políticas sejam elas socioculturais, de emprego, de educação, etc. de modo que o acesso seja universal e igualitário e não apenas políticas isoladas e casuais.

Apesar dos avanços e conquistas da sociedade brasileira no que tange à constituição e garantia de direitos para a juventude, ainda temos muito a avançar. É necessário que o município aqui citado busque a ampliação de um sistema de garantia de direitos capaz efetivamente de proporcionar aos jovens políticas públicas que promovam a cidadania.

Considerando as críticas de Sposito (2008),

Ainda não foi garantido aos jovens brasileiros um patamar satisfatório de acesso ao sistema educativo, o que situa o Brasil em franca desvantagem diante de alguns países latino-americanos que ampliaram e praticamente universalizaram o acesso ao ensino médio (...). Por outro lado, apesar da redução, o trabalho infanto-juvenil ainda exprime outra feição de nossos arcaísmos, ao lado de um conjunto não desprezível de adolescentes pobres, analfabetos e com atraso escolar. (SPOSITO, apud, FREITAS, 2008, p. 58)

No sentido de avançarmos no debate das questões aqui colocadas há que se pensar no exame da construção das políticas públicas, no modo como os formuladores destas políticas concebem a juventude e os sujeitos destinatários das mesmas. É preciso

considerar as representações feitas para este público tanto no âmbito dos adultos, quanto dos próprios protagonistas (jovens) tendo em vista que, ao longo da história, estas representações orientam o encaminhamento, formulação e execução das políticas públicas para a juventude. Ou seja, entendendo melhor o público ao qual atendemos, podemos apontar caminhos que efetivamente ampliem a garantia de direitos. A partir do conhecimento deste público, podemos contribuir para a promoção de uma cultura que o considere a partir de suas especificidades, buscando traçar um perfil dos mesmos e dos problemas e questões de ordem societária, como pobreza, consumos de drogas, violência, etc...

Para além do conhecimento a acerca do público com o qual trabalhamos, é preciso pensar que tipo de política está sendo oferecida ao mesmo e os rumos estabelecidos pelos formuladores de tais políticas. Portanto realizamos também neste trabalho alguns apontamentos na constituição da política local tendo como referência a relação entre o setor governamental e não-governamental, mesmo não sendo este nosso foco de estudo.

Tomando como referência as análises de Sposito, podemos considerar que,

A análise histórica das políticas públicas para a juventude nos leva, por sua vez atentar para os modos a partir dos quais se dá a interação entre o Estado e a sociedade civil na constituição e implantação desta política em nossa sociedade. Este é um campo de conflitos de interesses e de concepções relacionadas ao nível de participação social nestas políticas. (SPOSITO, apud, FREITAS, 2008, p.59)

De acordo com Sposito (2008, p.60) “*o reconhecimento deste campo de conflitos, e da diversidade de interesses, torna-se fator relevante da constituição de políticas públicas democráticas*”. Desta forma, consideramos a possibilidade da parceria entre Estado e Sociedade Civil e temos historicamente importantes exemplos e resultados positivos desta interação.

Contudo, vimos na experiência deste trabalho que apesar da importante atuação do CIEM H2 na política sociocultural do município, o poder público local precisa posicionar-se de modo a ampliar sua atuação nessa relação público x privado.

As conquistas legais já apontadas acima resultaram desta interação entre Estado e sociedade civil na luta pela ampliação de direitos no Brasil. Apesar disso, conforme foi mencionado anteriormente, os avanços na construção e garantia efetiva de direitos tiveram continuidade com a luta protagonizada por um conjunto de atores sociais nas

décadas de 1980 e 1990, ou seja, dependeram em grande parte da sociedade civil organizada. Estas lutas precisam de continuidade nas décadas vindouras, através principalmente, da construção de parcerias sólidas entre governo e sociedade.

Nesse contexto, o que cenário que apresenta hoje em Macaé, onde as políticas públicas para a juventude têm sido negligenciadas, nos aponta para a retomada dos atores sociais no processo de conquista de direitos.

Para efetivação desta parceria evidenciamos que a sociedade civil tem seus segmentos mais organizados em cada tempo histórico, entre os quais se destaca o Terceiro Setor. Este se configurou no decorrer dos últimos vinte anos, num contexto histórico marcado por transformações sociais, econômica e políticas, incluindo as mudanças no mundo do trabalho marcado pela complexidade, incerteza, instabilidade e mudanças aceleradas. Numa dimensão globalizada e de grande desenvolvimento tecnológico e científico a sociedade civil vê-se hoje provocada a apresentar respostas frente às contradições sociais dos processos de mudanças em curso.

Desta forma, o significado do Terceiro Setor deve ser compreendido dentro de uma conjuntura econômica, social e política que tem determinado sua configuração no contexto atual.

Reconhecemos que Terceiro Setor¹⁷ é o nome empregado para o “conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos que não geram lucros e respondem a necessidades coletivas” (FERNANDES, 1994, p.21). Ou, nas palavras de Gonçalves (1999, p.2), trata-se de uma “esfera de atuação pública, não estatal, formada a partir de iniciativas voluntárias, sem fins lucrativos no sentido comum”.

Segundo Fernandes,

O Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade a práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES, 1997 p.27).

¹⁷O termo Terceiro Setor é utilizado para distinguir-se do segmento estatal, considerado primeiro setor, e das empresas privadas consideradas segundo setor como se refere Fernandes, 1997.

Tratar o tema Terceiro Setor requer atenção de modo a evidenciar os diversos aspectos que o envolvem. Desta forma, Costa (2005) apresenta algumas razões para o surgimento do Terceiro Setor. Como:

1. Substituição gradativa e intencional das funções do Estado de Bem Estar Social pelo chamado Estado Mínimo, resultante da implantação também gradativa da política neoliberal, levando ao sucateamento das políticas sociais públicas;
2. Legislação social trazida pela Constituição Federal de 1988 e decorrentes Leis Orgânicas que, garantidoras dos direitos sociais e de cidadania, com ênfase na participação popular, implicou na necessidade do reordenamento técnico e administrativo das instituições estatais e da rede privada. Além disso, houve o surgimento cada vez mais atuante e participativo de grupos sociais organizados, buscando fazer valer os direitos e conquistas trazidas por essa legislação.
3. Acirramento da questão social: profundas desigualdades sociais, pobreza acentuada, fome, aumento da violência, etc. (COSTA, 2005, p.03)

Tais explicações sobre o terceiro setor foram necessárias no sentido de situarmos o espaço de atuação da instituição pesquisada, sem considerar que a mesma ocupe o papel do Estado na execução e formulação de políticas sociais, mas afirmando a importância e a dimensão de suas ações no enfrentamento de diferentes expressões da questão social.

A sociedade civil tem se apresentado em diferentes contextos históricos, por meio de organizações e movimentos sociais, a esfera de mobilização social. Desta forma é preciso considerar o relevante papel das redes associativas como as ONGs, na mobilização social para o controle social, participação e conquista de direitos sociais.

Não pretendemos neste momento traçar um debate em torno da importância e/ou prevalência de cada ator social (Estado ou sociedade) na constituição das políticas sociais. Não obstante, registramos o importante papel que a instituição aqui pesquisada representa no município de Macaé na formação da cidadania e da consciência política por meio da arte. O conhecimento do chamado Terceiro Setor, apresenta aqui uma possibilidade de compreender as formas como os atores sociais estão se configurando e os caminhos em construção no enfrentamento das contradições sociais que envolvem a juventude.

Apesar do tema “terceiro setor” não ser o eixo central de nossas discussões, o Grupo Cultural CIEM H2 torna-se a base empírica que nos orienta na medida em que nos traz características próprias e contribui para o debate sobre o papel da sociedade civil na construção das políticas para a juventude em Macaé destacando-se no sistema de

garantia de direitos. Como tal deve ocupar um lugar na reflexão de nível acadêmico sobre o papel das políticas locais nos rumos de uma política sociocultural para o país.

CAPÍTULO II – Política social para a juventude: o papel da arte e da cultura como estratégias de enfrentamento das questões sociais

A grande evolução do **rap** está em fazer
com que o **playboy reflita** e a **periferia se valorize.**"

(DJ Hum)



O presente capítulo é resultado de análise documental acerca do papel da política sociocultural como estratégia de enfrentamento das questões sociais, analisando a relação entre a arte e a cultura na política social para a juventude no país.

As expressões culturais vivenciadas hoje na sociedade brasileira tornam-se reflexo de conquistas de grupos que consideram que a cultura é também forma de luta em defesa de direitos além de promotora da construção de uma cultura da paz, tão almejada quando se trata de criação de novas possibilidades de existência para a juventude.

Tomando como referência o conceito de capital cultural defendido por Bourdieu (1983, p.95), nos remetemos ao reconhecimento do “espaço social” como um “*espaço de lutas, por isso a importância das estruturas simbólicas (como a cultura) como exercício da legitimação de um grupo sobre os outros*”.

Quando pensamos nos grupos juvenis, cada vez mais consideramos importante a utilização desta estrutura simbólica (a cultura) para pensarmos formas de participação social como estratégia de articulação política, bem como possibilidade de acesso a

espaços de promoção de direitos e de alternativas de enfrentamento da vulnerabilidade social dos jovens.

Como aponta Herschmann (2008, p. 150), *“a articulação de ações políticas com a esfera da cultura vem se constituindo numa alternativa bastante efetiva” (...)*.

Para este autor,

Em geral só se consegue mobilizar grupos jovens –supersintonizados com a linguagem do mundo espetacularizado e globalizado contemporâneo- na medida em que as iniciativas conseguem articular campos cada vez mais fundamentais como o da política, da cultura e o mediático. (HERSCHMANN. 2008, p.150-151).

Este autor também considera que,

Políticas públicas inteligentes devem necessariamente contemplar experiências culturais que emergem com grande força nos grandes centros e em diversas expressões artísticas como música, teatro, vídeo (...) (HERSCHMANN, apud, FREITAS, 2008, p.149).

O tema da arte e da cultura tem atravessado as discussões em torno da aplicação e implementação de políticas para a juventude sendo entendida como estratégia capaz de caminhar na contramão da violência e inúmeras vulnerabilidades sociais que permeiam o universo dos jovens.

Segundo Castro (2001),

Participação, protagonismo juvenil, reconhecimento de limites frente aos direitos dos outros, ênfase na responsabilidade por multiplicação das habilidades artístico-culturais apreendidas, assim como a transmissão de conhecimento sobre cidadania, para outros jovens e outras gerações – estas seriam contribuições da cultura partilhada nas experiências, auxiliando o jovem a lidar com a violência, com o menosprezo, com o não ser, respeitado, e a construir autoestima apesar da intimidação dos outros (CASTRO, 2001, p.519).

Falar da arte e da cultura como possibilidade de constituírem instrumentos de intervenção social é considerá-las como mecanismo de emancipação dos sujeitos. Desta forma a arte deve estar a serviço da sociedade na proposição de uma leitura crítica da realidade. Deve estar a serviço da mobilização social e consciência política dos cidadãos, considerando a importância do lúdico, do artístico, pois estes possuem a função de

“capturar” os jovens em seus interesses além de promover sociabilidade e integração. Como aponta Castro (1998),

(...) as artes têm, à semelhança do esporte, potencial integrador particular. Junto a isso, as expressões artísticas são capazes de estimular, talvez como nenhuma outra atividade, a tolerância, ao convívio com a diversidade. (CASTRO, 1998, p. 575).

E é pensando nesta possibilidade que o Grupo Cultural analisado neste trabalho considera sua arte e sua estética como “corpo político que dança”. Num movimento dialético de conceber a arte, o grupo a vivencia como uma representação da totalidade reproduzindo o ambiente histórico-social dos atores envolvidos e denunciando assim as questões sociais vivenciadas pela juventude no atual momento histórico.

Em face desta realidade, Lukács (1997, p. 196), considera que, *“a realidade refletida e plasmada pela arte, tomada em seu conjunto, implica já, desde o primeiro momento, numa tomada de posição em face das lutas históricas do presente no qual vive o artista”*.

A arte, portanto, tem a peculiaridade de captar a essência dos fenômenos e dialeticamente apreender num só movimento o universal e o particular. Para Lukács (2009),

A verdadeira arte visa ao maior aprofundamento e à máxima abrangência na captação da vida em sua totalidade onidirecional. A verdadeira arte, portanto, sempre se aprofunda na busca daqueles momentos mais essenciais que se acham ocultos sob a superfície dos fenômenos (...) (LUKÁCS, apud, COUTINHO, 2009, p.105).

Pensar na arte como possibilidade de emancipação humana nos remete a considerá-la como instrumento estratégico na atenção aos anseios da juventude. Parte de um sistema cultural que a dinamiza, a arte apresenta papel social de refletir as demandas sociais e facilitar a percepção coletiva das mesmas.

Como aponta Lukács, *“toda categoria artística, inclusive a mais abstrata, nasce das necessidades mais profundas da vida humana, determina suas formas de realização positiva e negativa e é por elas determinada”*. (LUKÁCS, apud, COUTINHO, 2009, p. 34).

Desta forma, a arte está a serviço das necessidades humanas, sendo lócus de denúncia, protesto, reivindicação, contemplação, etc... Diversos organismos internacionais como a UNESCO e vários estudiosos e pesquisadores tem defendido que o desenvolvimento cultural está diretamente ligado a fatores essenciais ao desenvolvimento integral do ser humano.

Sobre este tema, Vecchiatti (2004) alega que,

Pensar a cultura como fator de desenvolvimento significa valorizar identidades individuais e coletivas, promover a coesão em comunidades e levar em consideração que as características da cultura podem ser um fator de crescimento em determinados territórios (...). A área produtiva, as redes de infraestrutura e de serviços não funcionam de maneira adequada se não houver investimento no ser humano, em sua formação, saúde, cultura, lazer e informação. (VECCHIATTI, 2004, p. 93).

Quando pensamos na defesa de culturas populares e na arte de rua, como o caso do Hip Hop, evidenciamos a perspectiva do desenvolvimento integral desses jovens a partir da valorização da sua identidade e sua capacidade de criação promovendo com isso um repensar sobre o mundo e sua história.

O Hip Hop, eixo central do Grupo aqui pesquisado, utiliza-se da combinação do rap, do break e do grafite traduzindo a linguagem cultural dos grupos juvenis através do protesto e da denúncia. Essa arte tem em potencial a resignificação do espaço da rua como lugar de diversão e sociabilidade e não mais um lugar exclusivo dos riscos e da violência.

Segundo Dayrell e Gomes,

Para esses jovens, destituídos por experiências sociais que lhes impõem uma identidade subalterna, o grupo cultural é um dos poucos espaços de construção de uma autoestima, possibilitando-lhes identidades positivas. (DAYRELL E GOMES, 2007, p.1110).

Os valores artísticos, estéticos e culturais ao alcançarem os grupos juvenis contribuem para a transformação de suas visões de mundo e de suas percepções sobre a vida e seu universo. Desta forma, os jovens resignificam seus próprios espaços e

territórios através de expressões artísticas que no caso do grafite, é tão permeada de valores sociais conservadores, diretamente relacionados ao vandalismo.

Diversas expressões artísticas contribuem para o surgimento de novos valores, como no caso da capoeira, por exemplo, que “*contribui para a desconstrução de códigos no sistema de gênero, divisões sexuais de papéis, e na raça, o que é próprio de branco e o que é próprio de negro*” (CASTRO, 2001, p.502).

Observamos que a cultura tem tido ao longo do tempo pouco reconhecimento enquanto direito, desta forma não colocada na agenda de prioridade das políticas públicas gerando assim uma escassez e precariedade no atendimento. Tal observação é corroborada por uma pesquisa¹⁸ realizada pela Fundação Perseu Abramo, que revela 87% dos jovens nunca foram a concertos de música clássica, 54% nunca foram a um museu de arte, 42% nunca foram a uma biblioteca e 46% nunca foram ao teatro. E quando se pergunta a respeito das "coisas que nunca fez, mas gostaria de fazer", 53% das respostas se referem a atividades de cultura e de lazer (muito mais do que, por exemplo, "adquirir bens", com 7% das respostas).

É importante enfatizar a perspectiva da cultura como um direito dos jovens, para além da valorização da mesma enquanto espaço de lazer e sociabilidade. Sua função não se limita a tirar o jovem da ociosidade, mas, sobretudo é forma de enriquecimento enquanto ator social, de alargamento de informações, é meio de expressão, de invenção, de intervenção de participação e também de trabalho. Sobre essa última possibilidade, evidencia-se que o tema cultura também tem, cada vez mais, se tornado potencial de investimentos. O mercado cultural, em expansão nos últimos, anos tem atraído inúmeros recursos e ampliado sua visibilidade social e agregado valores ao universo artístico.

Apesar do avanço do mercado cultural, as políticas socioculturais, mesmo com o grau de relevância a ela inerente, não têm recebido ao longo dos anos os investimentos

¹⁸ Esta pesquisa foi realizada por especialistas de diversas áreas e teve como foco analisar o perfil da juventude brasileira. Como resultado da mesma, temos a coletânea publicada “Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional” onde os autores avaliam o estudo e abordam como os jovens brasileiros encaram vários aspectos de suas vidas, que vão desde trabalho e sexualidade até drogas e escola. O livro traz também uma síntese da pesquisa, proporcionando ao leitor um quadro detalhado de quem é e como pensa a juventude brasileira hoje.

necessários ao seu fortalecimento. Observamos recursos escassos para as áreas da cultura, o que expressa a pouca valorização por parte do poder público.

Botelho observa que,

Os recursos orçamentários dos órgãos públicos, em todas as esferas administrativas, são tão pouco significativos que suas próprias instituições concorrem com os produtores culturais por financiamento privado. (BOTELHO, 2001, p. 77).

Em face de poucos recursos públicos disponíveis para as políticas culturais, o que vemos é um crescente investimento privado eximindo-se o Estado de seu papel de garantidor de políticas públicas.

Para Botelho, essa realidade reflete um cenário mundial onde,

Afora nossa dolorosa particularidade histórica esta busca pelo patrocínio privado reflete o movimento mundial iniciado nos anos 80 e motivado pela crise econômica e pelas soluções procuradas dentro do chamado quadro neoliberal, no qual os governos começaram a cortar seus financiamentos para as áreas sociais e, mais particularmente, para a cultura. (BOTELHO, 2001, p.77).

Como conseqüência desta nova realidade, vem crescendo o número de organizações privadas que buscam promover tanto diretamente projetos artísticos e culturais quanto manutenção de espaços como museus, teatros, cinemas, etc..

Apesar de não travarmos neste trabalho um debate acerca de investimento público e privado, observamos a importância de buscarmos a garantia de políticas socioculturais, considerando a relevância de sua atuação enquanto política pública de modo a preservarmos a universalidade do acesso aos bens culturais e artísticos como patrimônio de toda a população brasileira e não apenas daqueles que podem pagar por esses bens e serviços.

Fazendo um recorte do tema no município de Macaé, a realidade não é muito diferente do restante do país. Com pouca valorização das políticas socioculturais, o município apresenta grande potencial artístico, porém poucos investimentos na área. Dentre os grupos culturais do qual a juventude faz parte, podemos citar como experiência apenas o Projeto Art e Luz da secretaria municipal de cultura. Tal projeto tem como foco oferecer acesso ao movimento Hip Hop e temas afins. Participam do Projeto, jovens de comunidades pobres do município e oriundos de escolas públicas tendo como perspectiva

apenas a sociabilidade dos participantes, sem pretensões de formação profissional e trabalho, ou de fomento a análise crítica da realidade como pudemos observar.

Através do levantamento de informações constatamos que não há também, nas escolas públicas municipais, ações que promovam diretamente o acesso a atividades culturais, sejam elas dança, música, grafite, etc.... Não há projetos sistemáticos que valorizam estes instrumentos como fortalecedores da educação no espaço escolar.

No que tange a projetos e ações não-governamentais podemos citar algumas experiências que valorizam expressões artísticas como forma de promover a sociabilidade dos jovens, criarem espaços de entretenimento e também das mais diversas formas de expressão de sua identidade juvenil.

Contribuindo para a valorização das culturas juvenis temos como exemplo de maior expressividade no município o Grupo cultural aqui pesquisado, o CIEM H2. Disseminando a cultura Hip Hop, o Grupo procura contribuir, com sua arte, para que seus membros encontrem novas formas de valorização de sua condição juvenil.

Dentre as diversas armas que estes jovens poderiam ter escolhido, optaram pela a cultura. O movimento hip hop constitui-se uma propriedade particular da juventude que a produziu e a produz cotidianamente no interior da realidade social de cada Grupo que a divulga. E esta cultura não é propriedade da academia, do governo, da burguesia, mas dos grupos que a criam e recriam.

Isso porque, segundo Rocha e Domenich,

O hip hop não foi inventado pela mídia. Nasceu naturalmente, nas ruas, forjado em sangue, suor e lágrimas. Qualquer garoto ou garota que se proponha a trilhar seus caminhos conhece muito bem sua história e a de seus personagens-referência. Dos bairros periféricos norteamericanos às favelas brasileiras, foi ganhando forma e conteúdo, com o ritmo e as sonoridades que emanam das pick-ups dos DJs e das letras contundentes dos MCs, a quebradiça e envolvente dança de b.boys e b.girls e os loquazes traços multicoloridos dos grafiteiros. (ROCHA E DOMENICH, 2001, p.14).

Defendemos neste trabalho a valorização das diversas expressões culturais como parte constituinte das políticas para a juventude, que partam de sua realidade, de seus desejos e formas de vivenciarem sua existência. Neste sentido, o hip hop torna-se grande aliado e instrumento das políticas sociais destinadas aos jovens.

Evidenciamos aqui o despertar para a construção de políticas que possam “seduzir” os jovens incorporando-se à realidade dos mesmos. Políticas que expressam o universo da juventude em seus interesses e desejos. E a cultura hip hop tem importante papel neste processo em virtude de cada vez mais estar se tornando de grande interesse para muitos jovens das periferias.

Para a educadora Elaine de Andrade em seu artigo “Hip Hop: movimento negro juvenil”, no livro Rap e educação, rap é educação,

O baile é um espaço fundamental de afirmação de sua identidade, além de ser um espaço de sociabilidade juvenil. No baile, o jovem negro está acompanhado dos seus iguais de etnia, não apenas os iguais de idade, que vivenciam as mesmas dificuldades. (ANDRADE, 1999, p.48)

Valorizar a cultura como política social é considerá-la parte integrante de um processo que vem ganhando espaço e reconhecimento na sociedade brasileira com vista a torná-la acessível a todos os jovens.

Sobre este tema a 1ª Conferência Nacional de Juventude realizada em 2008 estabeleceu algumas prioridades através de suas resoluções. No que se refere a políticas socioculturais, a Conferência orienta a:

Criação, em todos os municípios, de espaços culturais públicos descentralizados, com gestão compartilhada e financiamento direto do Estado, que atendam as especificidades dos jovens e que tenham programação permanente e de qualidade. Os espaços sejam eles construções novas, desapropriações de imóveis desocupados ou organizações da sociedade civil, já estabelecidas, Devem ter condições de abrigar as mais diversas manifestações artísticas e culturais, possibilitando o aprendizado, a fruição a apresentação da produção cultural da juventude” (1ª Conferencia Nacional de Juventude. 2008)

Entre outras prioridades estabelecidas para a juventude estão:

O estabelecimento de políticas culturais permanentes direcionadas à juventude, tendo a ética, a estética e a economia como pilares, em gestão compartilhada com a sociedade civil, a exemplo dos pontos de cultura, que possibilitem o acesso a recursos de maneira desburocratizada, levando em consideração a diversidade cultural de cada região e o diálogo intergeracional. Criação de um mecanismo específico de apoio e incentivo financeiro ao jovem (bolsas) para formação e capacitação como artistas, animadores e agentes culturais multiplicadores. (1ª Conferencia Nacional de Juventude. 2008).

No que tange a política de assistência social no Brasil, podemos citar também a contribuição desta no fomento a atividades culturais. Tal política tem reconhecido a importância da inserção de jovens em atividades artísticas e culturais como forma de propiciar aos mesmos o direito a convivência familiar e comunitária “*por meio da arte-cultura e esporte-lazer*” como orienta a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Segundo a Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social de novembro de 2009, os serviços de Proteção Básica, especificamente os Serviços de Convivência e fortalecimentos dos vínculos, devem

Organizar-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. (Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, do CNAS).

Para descrição dos serviços, a Resolução tem como foco a constituição de espaços de convivência onde as “*intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como forma de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social*”. (Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, do CNAS).

Observamos com isso que cada vez mais o Brasil (seja através das políticas de Estado ou das ações não-governamentais) tem realizado esforços no sentido de valorização da arte e da cultura como forma de combater as diversas formas de expressões da questão social nas quais os jovens se deparam constantemente e são desafiados a superar.

Neste sentido o jovem é visto como sujeitos de direitos (de acesso a cultura) e não apenas como “problema” onde as políticas voltadas a este público são ações de contenção e repressão. Na perspectiva do direito os jovens são valorizados em suas potencialidades podendo contribuir para a construção de políticas sociais emancipatórias.

O direito a cultura é aqui considerado como fomento a ações que valorizam as potencialidades do jovem. Sobre este conceito, Brenner considera que, “*falar em direito cultural implica criar condições de produção cultural, esta compreendida como acesso a*

produtos, meios de produção, difusão e valorização da memória cultural coletiva”. (BRENNER, 2008, p.177).

A construção de política sociocultural requer que estratégias sejam criadas no sentido da cultura ser compreendida como parte integrante de um conjunto articulado de políticas públicas. A autora acima citada ainda ressalta a importância das práticas de lazer e cultura para as pessoas, principalmente para os jovens, enfatizando que através da cultura “*os jovens consolidam os relacionamentos, consomem e (re) significam os produtos culturais, geram fruição, sentidos estéticos e processos de identificação cultural*”. (BRENNER, 2008, p.177).

Apesar dos avanços na constituição e valorização de políticas socioculturais, o mundo da cultura precisa ser mais valorizado como possibilidade de expressão, de produção e de sociabilidade para os jovens que dele participam. Segundo Gomes (2001),

Fazer parte de um grupo cultural lhes possibilita uma postura mais positiva diante da vida e de si mesmos. Ser negro/a, por exemplo, e fazer parte de um grupo cultural juvenil também é uma vivência que pode fortalecer esse amadurecimento. (GOMES, 2001, p. 07).

Essa valorização precisa também estar conectada com a ideia de universalizar também seu acesso principalmente às camadas populares. Sobre a distribuição dos equipamentos culturais no Brasil, a pesquisa “Retratos da Juventude Brasileira” realizada com base também nos dados do Instituto Brasileira de Geografia e Estatística, revela o quanto a população mais pobre tem estado privada das políticas culturais. Em análise desta pesquisa, Brenner (2008) destaca que,

Nas médias e grandes cidades brasileiras, as periferias, os bairros populares e os morros e as favelas são verdadeiros desertos de equipamentos culturais; ainda que a média de equipamentos seja elevada, estes se encontram concentrados em centros culturais de difícil acesso físico e simbólico aos setores populares. (BRENNER, 2008, p.179).

A construção de novas perspectivas de vida e de profissionalização no mundo da cultura tem se configurado como uma das possibilidades de mudança frente as mais variadas situações adversas que os jovens vivenciam. Desta forma, sua inserção em grupos culturais e projetos sociais, como o aqui pesquisado, ocupa lugar privilegiado na busca por novos horizontes, além de possibilitar-lhes acesso a cultura.

É neste sentido que defendemos o fortalecimento das políticas socioculturais no país como forma de possibilitar aos jovens oportunidades de construção de sociabilidades, de novas formas de trabalho, de vivência do lúdico, do artístico e acima de tudo, de exercício da cidadania.

As políticas socioculturais devem alcançar principalmente as escolas, que pouco tem apostado no referencial da cultura como meio de educador e formar os jovens cidadãos e prepará-los para a vida, o que afirma Gomes (2001, p.15) ao dizer que cada vez mais, *a escola precisa dialogar com os outros espaços educativos em que os jovens produzem cultura e se constroem enquanto sujeitos sociais.*

A escola tem então papel fundamental neste processo devendo expandir o diálogo com as políticas socioculturais de modo a ampliar os canais de participação e interação do jovem no ambiente escolar contribuindo assim para o dinamismo do processo de educação. Neste sentido, Juarez Dayrell (2001), pesquisador que caracteriza os jovens como sujeitos sociais, afirma que “hoje, tenho a consciência de que a cultura é a grande linguagem que articula a juventude [...]

É necessário contextualizar novamente e enfatizar que estamos refletindo sobre os jovens considerando uma parcela da juventude brasileira que, em grande maioria, frequenta escolas públicas, vive em periferias e está inserida num contexto de desigualdade social. Apesar disso, não significa que jovens de outros grupos sociais também não vivenciem suas questões e desafios.

Para compreender o universo cultural dessa juventude da qual estamos falando temos que considerar que ela vem se construindo em um contexto de profundas transformações socioculturais ocorridas no mundo ocidental nas últimas décadas. Para Dayrell (2007, p.1108) *isso é fruto da resignificação do tempo e espaço e da reflexividade, dentre outras dimensões, o que vem gerando uma nova arquitetura do social*

A partir destas considerações a política sociocultural do país deve caminhar no sentido de ir ao encontro deste público em seus anseios, desejos e expectativas, o que requer um conhecimento deste público. A escola além de espaço de construção e execução das políticas socioculturais torna-se também lócus para construção do conhecimento acerca deste segmento.

Não somente a escola, mas toda a sociedade precisa estar engajada na construção de políticas culturais entendendo esta como uma ação estrutural e não apenas incentivo a pequenos e pontuais projetos. Neste sentido Botelho (2001, p.74) aponta para defesa de uma *política cultural considerada como um objeto de responsabilidade compartilhada dentro do aparato governamental em seu conjunto*. E nesse momento enfatizamos o papel estratégico e privilegiado da escola.

Refletir sobre o instrumento da cultura enquanto política social nos leva a considerá-la uma mediação na construção de uma geração que possa usufruir do livre exercício da cidadania, da liberdade, do acesso a informação, a arte e ao trabalho. Contribui também para um despertar dos jovens a um posicionamento frente a sua realidade e a sociedade. Para Dayrell, (2007, p.1110) *“o mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil”*.

Demarcando sua identidade, constroem juntos suas formas de existência, de vida e de trabalho. Muitos jovens têm buscado na cultura sua formação profissional e renda explorando este universo pouco valorizado em nosso país. No Brasil temos visto o crescente número de jovens que, como mostrou Dayrell, (2007) *“tem se colocado como produtores culturais e não apenas fruidores, grupando-se para produzir músicas, vídeos, danças, ou mesmo programas em rádios comunitárias”*.

Temos visto então que a cultura, a arte e o que ela agrega tem se tornado alternativa de trabalho para muitos jovens alijados no processo de produção, especialmente aqueles que sem qualificação para ocupar os lugares “reservados” para os “preparados” tem buscado na arte suas formas de renda e inserção no mercado de trabalho.

Vimos no Brasil nas últimas décadas a consolidação de uma sociedade do consumo ampliando com isso o mercado de bens materiais e simbólicos. Como reflexo dessa realidade temos o que Ortiz (1998) aponta como *“crescimento da indústria cultural no País, que passou a ter uma dimensão internacional, chegando a ser o sétimo mercado mundial de televisão e publicidade”*.

Para Dayrell,

O que vem ocorrendo no país é um reflexo das mutações sociais mais amplas da sociedade ocidental que passa a ter, na informação, no campo simbólico, o novo

campo de poder. (...) A esfera do consumo cultural se torna um momento importante para as trocas sociais, propiciando o acesso aos diferentes estilos, por exemplo. No caso dos jovens, como consumidores culturais de músicas, CDs, shows de rap e funk que eles puderam se transformar em produtores e, nessa experiência, ressignificam a sua trajetória, criando formas próprias de ser jovem. (DAYRELL, 2001, p.10).

Essa realidade pode ser refletida na instituição aqui pesquisada que promove suas ações considerando que está criando possibilidades de formação profissional aos jovens atendidos e com isso garantindo aos mesmos um “lugar ao sol” no competitivo mercado de trabalho conforme veremos no capítulo seguinte através dos dados coletados.

Paradoxalmente, dada a realidade econômica de nosso país, embora vimos o aumento de possibilidades ao mercado cultural, o acesso é restrito. Podemos afirmar em acordo com Dayrell (2001) que no Brasil, *a modernização cultural não veio acompanhada de uma modernização social*, sendo essa a face perversa da nova desigualdade. Segundo o autor,

Os jovens pobres se vêem, assim, privados da escola, privados do emprego, que vêm acompanhados pela limitação de meios para a participação efetiva no mercado de consumo, da limitação das formas de lazer, da limitação dos direitos de vivenciar a própria juventude, e, o que é mais sério, vêm-se privados da esperança. (DAYRELL, 2001, p.10).

Abordaremos melhor este tema no capítulo seguinte revelando como a instituição CIEM H2 tem contribuído para as políticas socioculturais do município de Macaé através do trabalho desenvolvido. Apresentaremos como essa política tem se constituído em alternativa de profissionalização e trabalho para os jovens participantes e o que isso traz de contribuição a formação dos jovens enquanto sujeitos sociais e as possibilidades de acesso a bens materiais e simbólicos.

CAPITULO III - Arte e Juventude: A experiência do CIEM H2

Em cima dos telhados as antenas de TV tocam música urbana; Nas ruas os mendigos com esparadrapos podres cantam música urbana; motocicletas querendo atenção às três da manhã – é só música urbana; Os PMs armados e as tropas de choque vomitam música urbana. E nas escolas as crianças aprendem a repetir a música urbana. Nos bares os viciados sempre tentam conseguir a música urbana. O vento forte seco e sujo em cantos de concreto parece música urbana. E matilha de crianças sujas no meio da rua – música urbana. E nos pontos de ônibus estão todos ali: música urbana (...)

Renato Russo, Legião Urbana



A experiência do homem com a estética e com a arte faz parte da sua construção humana. Desde os primeiros movimentos da humanidade nossa espécie já produzia arte, como podemos observar através dos escritos deixados nas cavernas e dos desenhos e pinturas nesses espaços. Tudo isso já sinalizava e revelava a capacidade criativa do homem.

É com base também nessa experiência que podemos afirmar a importância da Arte e da Cultura na formação de crianças, jovens e adultos, no seu processo de educação (formal e não-formal), na vida em sociedade e nas diversas formas de sociabilidade. Essa

realidade evidencia a “*função indispensável que a arte ocupa na vida das pessoas e na sociedade desde os primórdios da civilização, o que a torna um dos fatores essenciais de humanização*” (Ferraz & Fusari, 1992, p.16).

A importância da arte e da cultura não se releva apenas no exercício da expressão artística através do desenvolvimento da criatividade que ela promove. A Arte, muito mais que expressar uma habilidade artística, se apresenta como objeto de conhecimento que amplia a compreensão do homem a respeito de si mesmo e de sua interação com o mundo no qual vive.

A arte é aqui considerada como elemento de luta e resistência sendo possibilidade de construção de cidadãos críticos e conscientes. Segundo Castro (1998),

Por meio do desenvolvimento da autoestima, que proporcionaria o crescimento desses jovens, a arte contribui para a formação de resistências político-ideológicas. É nesse sentido que se pode falar da construção de massa crítica desconstruindo ideologias intolerantes. Ao mexerem com manifestações artísticas, esses projetos apostam tanto no convívio com a diversidade cultural, quanto na cidadania. (CASTRO, 1998, pp.575-576).

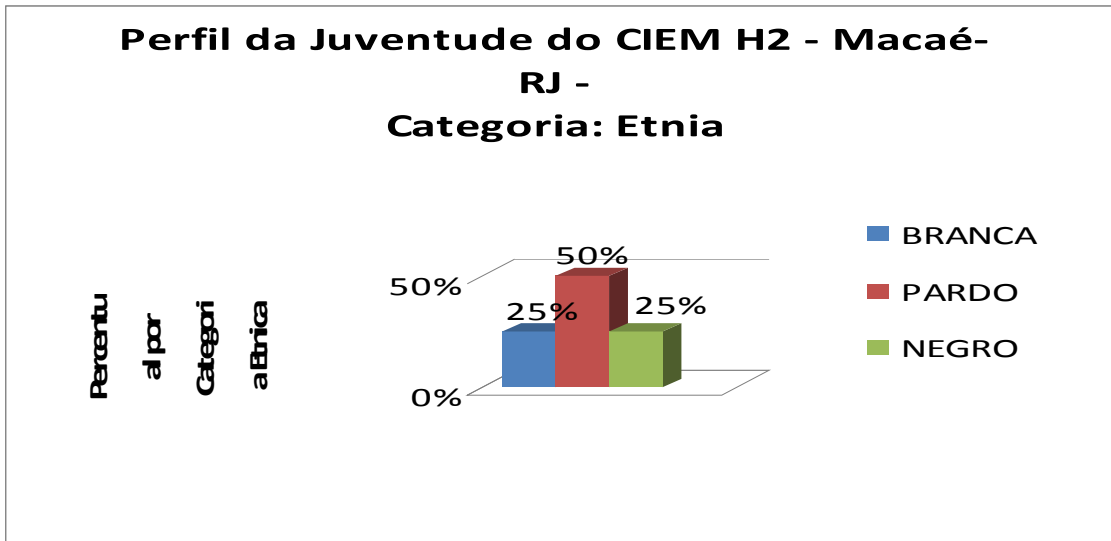
É nessa perspectiva que o Grupo Cultural CIEM H2 constituiu-se objeto de pesquisa, sendo delineada por quatro eixos de análise, a saber: perfil dos jovens, participação nas atividades artísticas, importância da inserção em movimentos culturais e significado das ações para a construção de identidades.

Durante o processo de investigação observamos que o Grupo busca, através de sua arte, promover condições dos jovens expressarem-se de forma livre, consciente do mundo onde está inserido e principalmente possibilitando a formação crítica.

O Grupo encaminha seus trabalhos considerando o que chamam de “corpo político que dança” enfatizando a possibilidade da arte torna-se forma também de protesto contra as mazelas sociais e diversas formas de violência e opressão que os jovens vivenciam no cotidiano de suas comunidades.

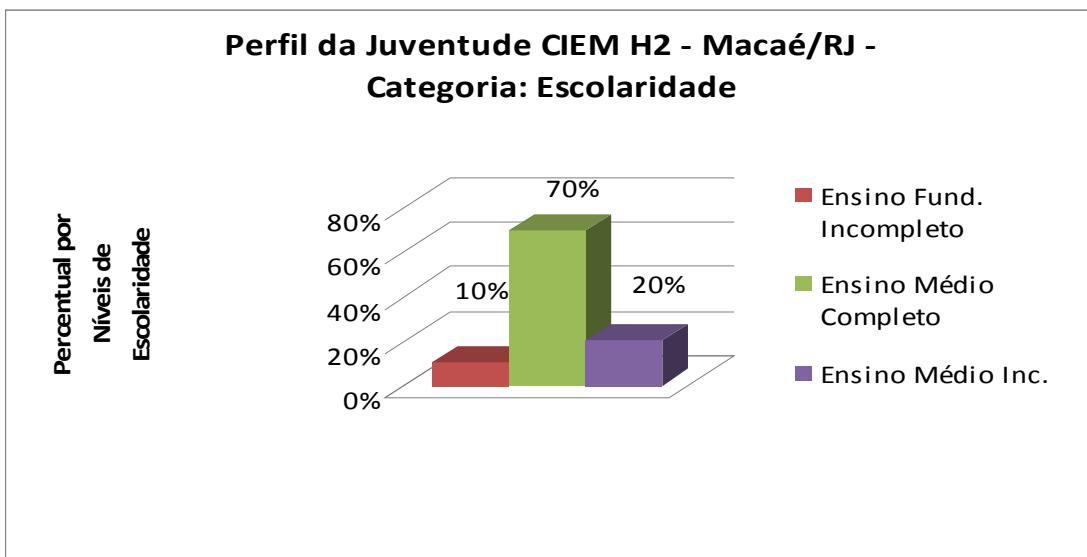
Para conhecermos melhor o universo pesquisado apresentamos, a partir dos eixos elencados, o perfil dos atendidos pelo CIEMH2. Observa-se que se trata de jovens do sexo masculino, com idades entre 16 e 33 anos e que segundo a categoria “etnia” são de maioria parda.

GRÁFICO 8 – Perfil da juventude do CIEMH2- categoria “etnia”



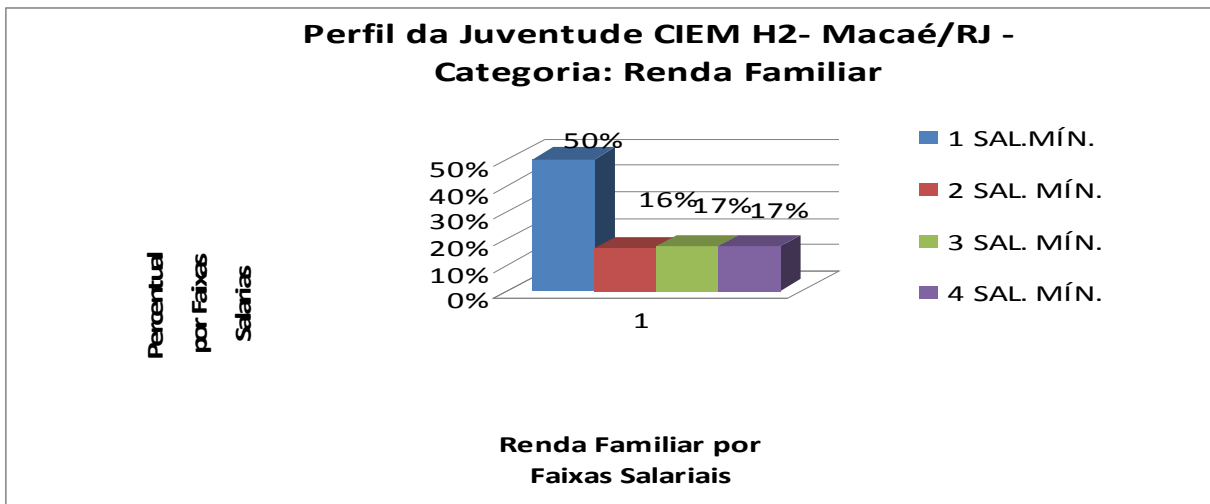
No que tange a categoria “escolaridade” observa-se que 70% possuem ensino médio completo. A partir de observações participantes identificamos que este dado evidencia a contribuição da instituição no que tange ao incentivo ao estudo formal. Segundo o CIEMH2, o ensino regular precisa ser estimulado, pois este é também um caminho para a formação artística e profissional de nível acadêmico.

GRÁFICO 9 – Perfil da juventude do CIEMH2- categoria “escolaridade”



Quanto à situação econômica dos atendidos, estes pertencem a famílias cuja renda mensal em 50% é de um salário mínimo, conforme mostra o gráfico abaixo. Segundo observações do CIEMH2 em entrevista, este dado torna-se um limitador para os jovens em seu processo de formação profissional e desta forma à participação assídua nos projetos.

GRÁFICO 10 – Perfil da juventude do CIEMH2- categoria “renda familiar”:



A coordenação considera lamentável que muitos jovens comprometam sua formação no Grupo em virtude da necessidade de trabalharem, ainda que informalmente, em atividades que não são de seus interesses. Em entrevista, relata que, “*é triste ver um jovem talentoso, músico ou dançarino, ter que trabalhar num lava a jato para se sustentar não podendo assim se dedicar aos ensaios e apresentações*”.

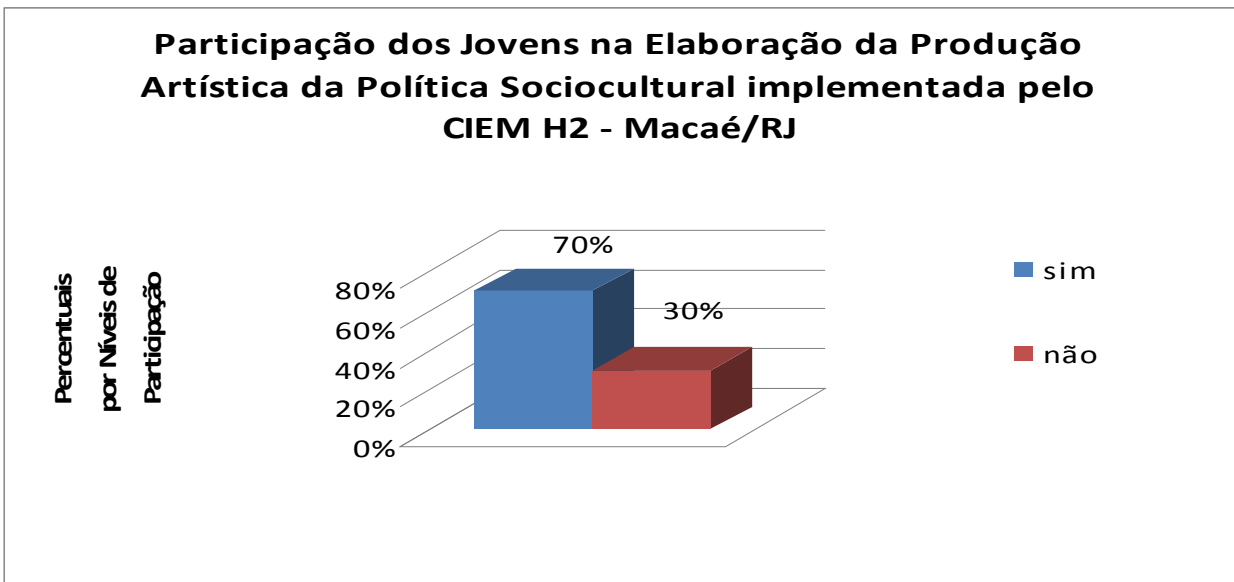
Frente a esta realidade o CIEMH2 vê como grande desafio o mover de esforços para dar condições, através de bolsas de estudos, dos jovens se qualificarem e não precisarem buscar trabalhos paralelos.

Ressalta-se, como já citado anteriormente, que o fomento da arte através da promoção de bolsas de estudos é uma deliberação da 1ª Conferência Nacional de Juventude realizada em 2008, que trouxe como reivindicação este tipo de incentivo e apoio aos jovens talentos. Podemos observar na realidade de Macaé que esta deliberação ainda não se tornou realidade demandando no momento esforços a esta conquista.

O segundo eixo de análise observa a “participação dos jovens e das famílias” nas

ações desenvolvidas, onde pudemos fazer as seguintes observações: No que tange a participação dos jovens na elaboração dos projetos, o gráfico abaixo revela um protagonismo evidente dos mesmos dentro da instituição.

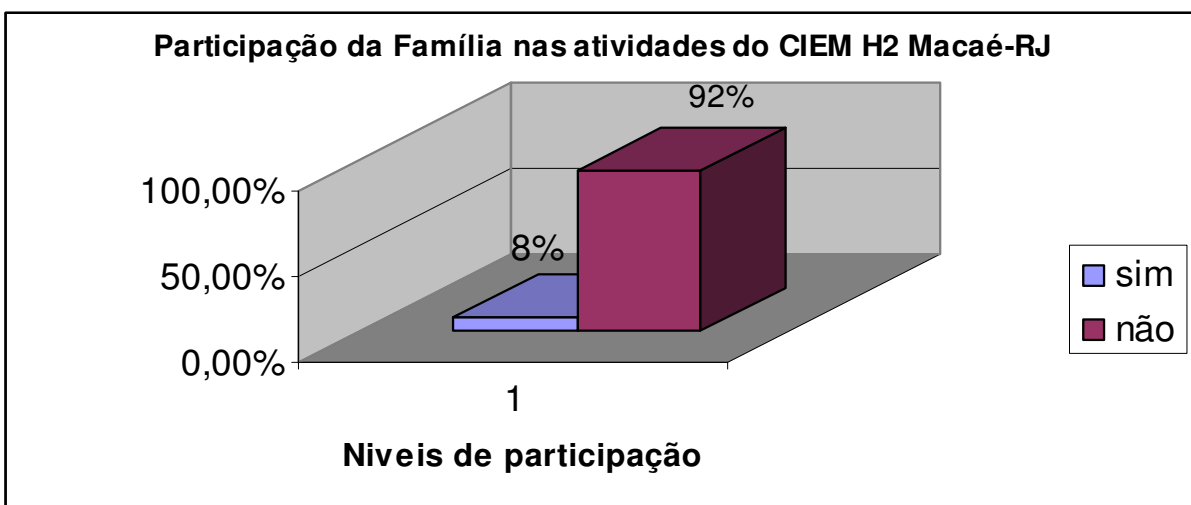
GRÁFICO 11 – Relação do jovem com o CIEMH2- categoria “participação do jovem na elaboração da produção artística”:



Observa-se que o Grupo incentiva a participação dos jovens buscando nos mesmos as ideias e produções para os projetos.

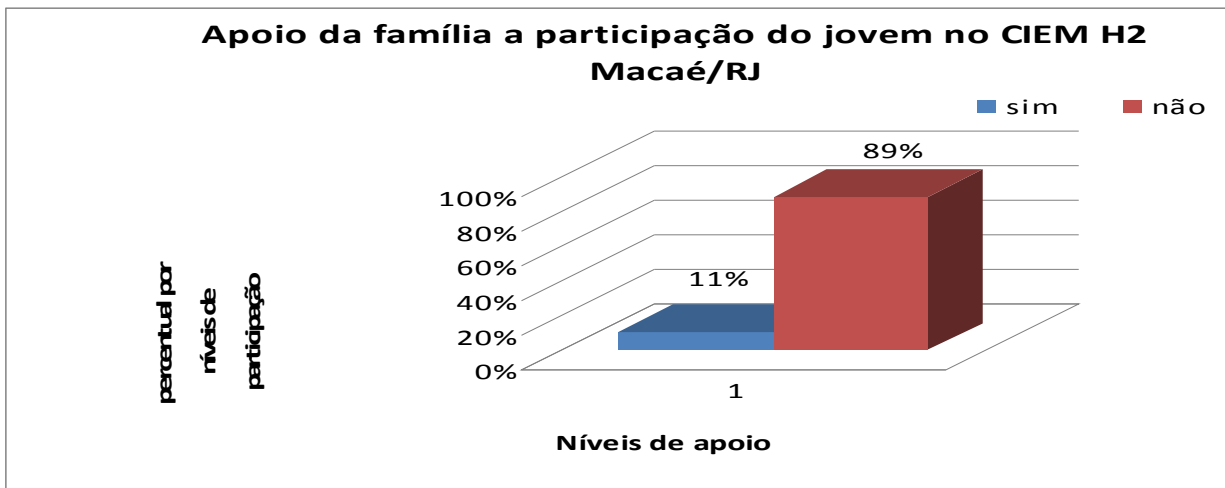
Contrário a esta realidade observamos pouca participação das famílias nos projetos oferecidos conforme gráfico a seguir.

GRÁFICO 12 – Relação do jovem com a família no CIEMH2- categoria “participação da família nas atividades do CIEMH2”:



Além da baixa participação das famílias observada no gráfico anterior, foi possível perceber também a falta de apoio das mesmas. Segundo os jovens entrevistados, seus familiares vêm com preconceito a participação no Grupo, não considerando oportunidade de trabalho e nem espaços onde projetos de vida possam ser construídos. Embora nosso foco seja a percepção dos jovens frente a tais políticas, ressaltamos que as famílias não foram ouvidas devido à exigência de maior tempo para localizá-las em suas residências uma vez que elas não têm acesso sistemático à instituição.

GRÁFICO 13– Relação do jovem com a família no CIEMH2- categoria “apoio da família a participação do jovem no CIEMH2”:



A partir do eixo de análise que avalia os aspectos subjetivos da inserção do jovem no CIEM H2 pudemos elencar alguns dados importantes. Além da consideração da participação como possibilidade de trabalho, percebemos também a motivação dos jovens em lutar por aquilo que acreditam, pelos seus sonhos e objetivos atribuindo ao Grupo o despertar de consciência bem como arma de protesto e luta por dias melhores.

O relato abaixo um dos integrantes da “Membros Cia de dança” mostra a força que impulsiona as ações do Grupo.

Cada vez que entramos no palco, vestimos nossa armadura. Nossas armas são nossos corpos, olhares penetrantes, gestos suaves e intensos e quedas que golpeiam e ferem nossos inimigos. Vestir a armadura é lutar por aquilo em que se acredita, por aquilo que vale a pena se arriscar. Por isso lutamos. Porque acreditamos na mudança.

Difundindo a cultura a Hip Hop, o Grupo pesquisado estimula os jovens a refletirem sobre sua realidade e a produzirem a partir dessa reflexão possibilidades de superação da mesma. Através da produção artística os jovens objetivam denunciar a realidade social da juventude no país, principalmente no que tange à violência, discriminação, pobreza, desemprego, etc.. A dança e a música vêm expressar através de seus movimentos, letras e sons a revolta e o grito de socorro às vítimas das diversas formas de opressão.

Em entrevista com um dos fundadores da instituição observa-se a forma como a arte é vivenciada e estimulada no Grupo. A coordenadora da “Membros Cia de dança”, relata as expectativas que, para ela, o jovem tem dos trabalhos que lhe são oferecidos. Segundo ela,

Em primeiro momento acredito no acesso a informação/formação artística que ali se desenvolve. Além do espetáculo, buscamos formar este jovem para o mercado em diferentes perspectivas, que pode ser a do artista ao produtor cultural. Bem, sou um dentre muitos deste resultado. Estudei a partir do projeto e trabalho desde os 17 anos a partir dele como profissional.

Além da perspectiva da participação no mercado de trabalho através da profissionalização artística, o Grupo busca promover a sociabilidade dos jovens favorecendo a interação e a troca de experiências onde eles constroem sua identidade no coletivo, com seus pares. Sobre este tema, o depoimento da entrevistada acima afirma,

Acredito que o Ciem.h² é um projeto social, porém não explora a miséria como carro chefe. Social é o espaço em que as pessoas se socializam, portanto como tal, estamos em excelência. Não acredito em projetos socialistas, quem tem mais doa a quem tem menos. Acredito que quando alguém tem alguma coisa troca a experiência com outra e este retribui com as suas. No caso do Ciem.h²/Membros a importância está em mudar a causa de projeto para resultado social, ou seja, artistas atuando no mercado e propondo que outros possam fazer o mesmo.

Os relatos dos participantes revelam o caráter político que o Grupo possui. Revela a marca do protesto e da denúncia visando à defesa da cidadania e da liberdade como valor fundamental. Na fala seguinte um jovem evidencia, além do discurso político, a confiança que deposita no Grupo através principalmente dos coordenadores.

Quando algo se impõe porque resulta da combinação da necessidade com a oportunidade, tende a durar. O Trabalho da “Membros Cia de Dança” nos ensina isso e muito mais. Pois nos faz ver também que profissionais são capazes de mudar

o seu mundo. No Brasil de hoje a dança de rua pode carregar a marca do resgate da cidadania (...) entendem bem como se faz isso acontecer. Não à toa inscrevem Macaé no mapa da dança brasileira.

Como já evidenciado no tocante a arte como forma de trabalho, podemos enfocar mais alguns aspectos evidenciados pelos jovens. A perspectiva de um deles, de 29 anos, é *“continuar informando e conscientizando pessoas com a dança. Seguir trabalhando firme para ajudar a concluir tudo isso. É meu único trabalho. Necessito dele pra viver”*.

Outro jovem, de 25 anos, relata que: *“a dança deixou de ser hobby já faz anos, e hoje é trabalho e compromisso comigo e com quem está assistindo”*

Com apontam os dados por nós obtidos os jovens consideram que sua inserção nas atividades propostas pelo CIEM H2 é possibilidade de trabalho, formação profissional e conseqüentemente de renda. São unânimes em afirmar que almejam a profissionalização e o reconhecimento de seu trabalho enquanto forma inserção no mercado.

Através da cultura Hip Hop outro jovem entrevistado mostra que *pretende “ter formação para começar a dar aula e me formar. Pretendo crescer junto com o Grupo até sermos profissionais e sermos remunerados por isso, apresentando espetáculos no Brasil e no exterior”*. Para o entrevistado sua perspectiva é de *“um dia profissionalizar e daqui a cinco anos já estar formado e trabalhando”*

Vale neste momento, citar um emocionante relato de uma jovem depois que perdeu seu pai, e como forma de matar a saudade desabafa a angústia de estar longe de casa, dos familiares, dos amigos e do lugar de origem. A carta, além da saudade, revela a perspectiva que a jovem tem de sua arte, considerada por ela como trabalho e realização pessoal.

Vejam alguns trechos de uma carta dentre os relatos contidos no livro “Membros” de autoria de Paulo Azevedo:

Pai! Hoje sou feliz, tenho um emprego, cumpro minhas responsabilidades, estou construindo minha independência. Tá, não me tornei secretária e nem trabalho na Petrobrás, mas estudei e pretendo estudar ainda mais. Hoje eu danço. Faço parte de uma companhia de dança, faço dança política. Ainda não sei se o senhor gostaria de ver os espetáculos que faço parte, sei dos ciúmes que o senhor tinha de mim. Mas tenho certeza que quando assistisse estaria sentado bem na frente e no final estaria de pé me aplaudindo e dizendo que aquela negrinha ali era sua filha. (AZEVEDO, 2009, p.248).

No relato acima podemos considerar o significado da dança para a jovem e a apropriação da arte enquanto trabalho evidenciando o papel desta na construção da identidade da mesma.

Para um jovem de 26 anos, entrevistado nesta pesquisa, *“O Hip Hop atua como agente de produção artística para a inserção no mercado de trabalho além de forma de divertimento e lazer”*.

Não obstante as considerações feitas pelo jovem, o mesmo aponta que ainda é preciso avançar,

Precisamos criar condições para que todas as pessoas que trabalham com arte de maneira formal, profissional, tenham a devida segurança e estabilidade para desenvolverem seu trabalho (...). Uma maneira que se mostra neste momento capaz de mudar essa realidade é a criação e aplicação correta de políticas públicas que visem melhoras neste sentido.

Estas observações apontam uma realidade presente em nosso país onde as políticas socioculturais ainda são tímidas apesar dos avanços no campo da legislação vigente. A utilização da cultura como forma de trabalho e acesso aos bens culturais ainda são incipientes.

Estes relatos revelam de forma importante, como a arte tem sido reconhecida por estes jovens enquanto possibilidade de trabalho e renda despertando assim um olhar para o mercado cultural fomentado por estas atividades.

Desta forma, o CIEM H2 idealiza suas ações considerando que os espaços de sociabilidade podem ser espaços de construções coletivas, de vivência de identidades, e no caso dos jovens, espaço de exercício da cidadania através do despertar dos talentos, da produção artística e em consequência, da conquista de formas de trabalho e participação no mercado cultural.

Para melhor compreensão dos relatos acima, podemos apresentar as ações do CIEMH2 e evidenciar a forma pela qual este Grupo Cultural colabora para um despertar desta consciência enquanto sujeitos sociais.

Para o desenvolvimento de seu trabalho, o CIEM H2 delinea suas ações a partir de eixos temáticos em consonância com as orientações do movimento Hip Hop. A instituição apresenta um tripé de atuação, sendo a dança, a música e o grafite.

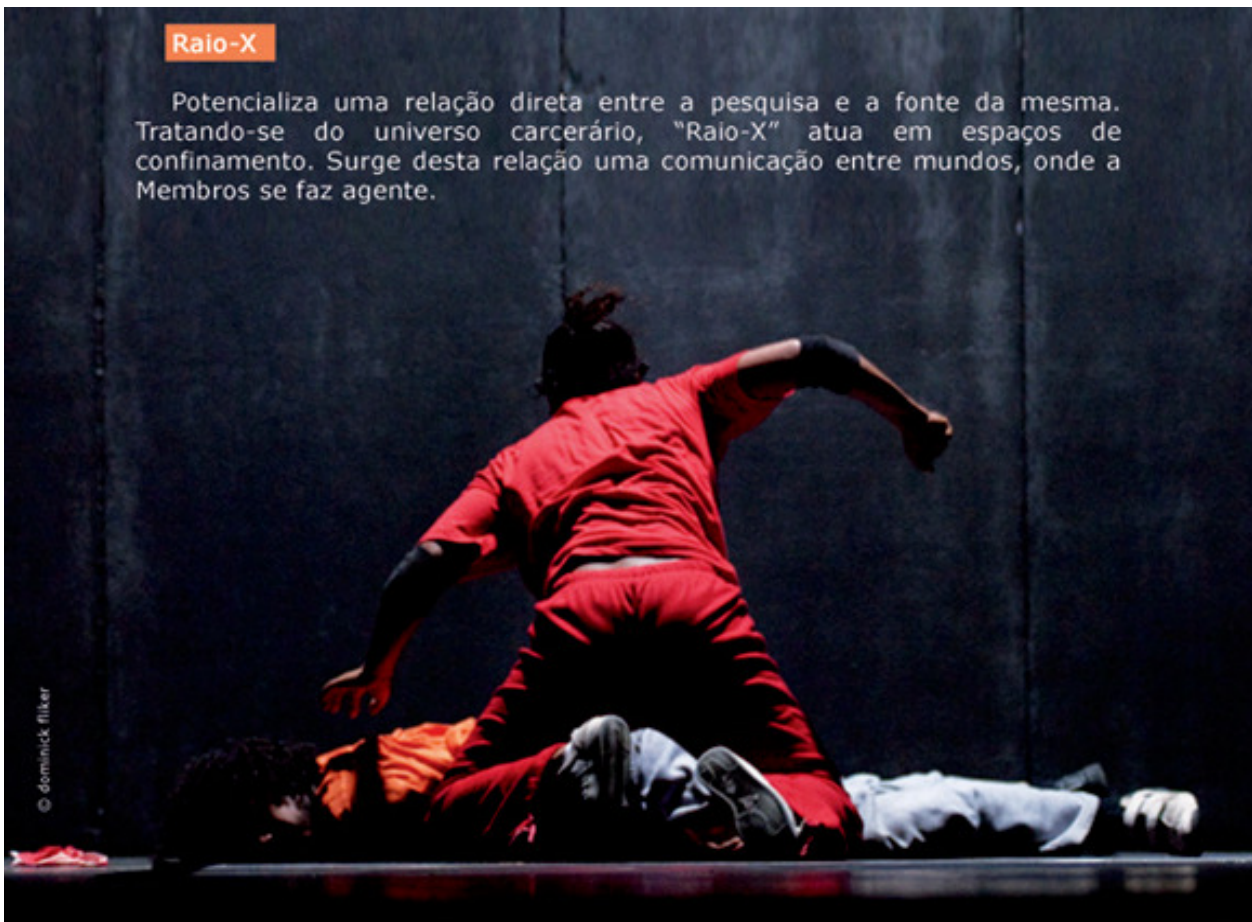
A dança e sua produção artística é desenvolvida pela “Membros Cia de Dança” que constitui-se, como já citado, em Companhia que busca através da dança a profissionalização dos jovens e a preparação para o mercado de trabalho.

A “Membros” atualmente têm trabalhado com base da trilogia produzida pelo Grupo, ou seja, os espetáculos “Raio X”, “Meio-Fio” e “Febre”.

“Raio X” nasceu de estudos literários da realidade carcerária brasileira. Livros como Estação Carandiru de Dráuzio Varela, O Diário de um detento de Jocenir Prado, entre outros, foram inspiração para a construção da coreografia do espetáculo.

Buscando representar a situação degradante de milhões de encarcerados no país, o espetáculo nasce na reflexão sobre a busca de estratégias junto à sociedade para o enfrentamento da questão prisional no país denunciando a forma como nossos governantes têm tratado tal tema.

FIGURA 1



Seguindo a trilogia, o espetáculo “Meio-Fio” surge após “Raio X” sendo uma adaptação deste para as ruas, onde é apresentado. Para os autores, “‘Meio-Fio’ *“devolve ao artista seu papel político perante a estética que o elege como mártir”* (Membros Cia de Dança). Com uma expressiva marca de protesto, “Meio-Fio” proporciona ao espectador um despertar de consciência sobre a realidade social na qual estão inseridos. Sendo objeto de pesquisa meninos e meninas em situação de rua, sobretudo do Rio de Janeiro, o espetáculo provoca a sociedade para a defesa dessas crianças e jovens que, alijados dos direito à convivência familiar e comunitária sobrevivem nas ruas das grandes e pequenas cidades. Uma das marcas do “Meio-Fio” é a apresentação realizada no cenário de massacre da chacina da Candelária¹⁹ que tirou a vida de dezenas de jovens e crianças em situação de rua. Em protesto e em memória às vítimas desta chacina a Membros se apresenta anualmente no dia 11 de outubro com o espetáculo “Meio-Fio” desenvolvendo o tema: “Amanhã não haverá dia das crianças”. A apresentação relembra a história de vida dos meninos de rua e retrata a forma cruel como foram assassinados.

Segundo o Grupo, “Meio-Fio”

Explora esse lugar onde meninos e meninas, ali sentados, ou na corda bamba da fronteira entre tocar o asfalto e seguir à margem, convivem suas experiências. Ali sentado, ouvem e assistem a cidade com a propriedade de um urbanista, de um sociólogo, de um professor. Devoram-na, depois criam uma espécie de regurgitar, e vomitam em nossos sapatos o espelho da indiferença, da naturalização da barbárie, alguns deles nos furtam as carteiras, outros gostam de somente furtar nossos sonhos. É sobre este universo que a obra persegue compreender o caos que se instaura, Ali sentados, experimentam drogas leves e pesadas, compartilham emoções, aprendem cedo a desfrutar da sexualidade, ali comem os restos da nossa miopia social. (AZEVEDO, 2009, p.91).

As imagens a seguir foram extraídas da apresentação do espetáculo “meio-fio” realizado no dia 11 de outubro de 2010 nas proximidades da Igreja da Candelária no Rio

¹⁹ A chacina da Candelária, como ficou registrada pela mídia, ocorreu na madrugada do dia 23 de julho de 1993, próximo às dependências da Igreja da Candelária, localizada na Avenida Presidente Vargas, no centro do Rio de Janeiro. Nesta chacina seis adolescentes e dois adultos em situação de rua foram assassinados por policiais militares enquanto dormiam. Muito se especulou sobre os motivos da chacina, mas até hoje não se sabe ao certo. Uma hipótese é a de vingança dos policiais onde, no dia anterior, a viatura teria sido alvo de pedradas por um grupo de adolescentes. Outra hipótese diz que o motivo da vingança seria o fato de uma das crianças ter assaltado a mãe de um policial. Porém a hipótese mais aceita é de que os policiais faziam parte de um grupo de extermínio e foram contratados para eliminar o grupo em defesa de uma planejada “limpeza” do centro histórico e comercial do Rio de Janeiro.

de Janeiro. Os atores representam as cenas de horror as quais vivenciaram os jovens assassinados.

FIGURA 2

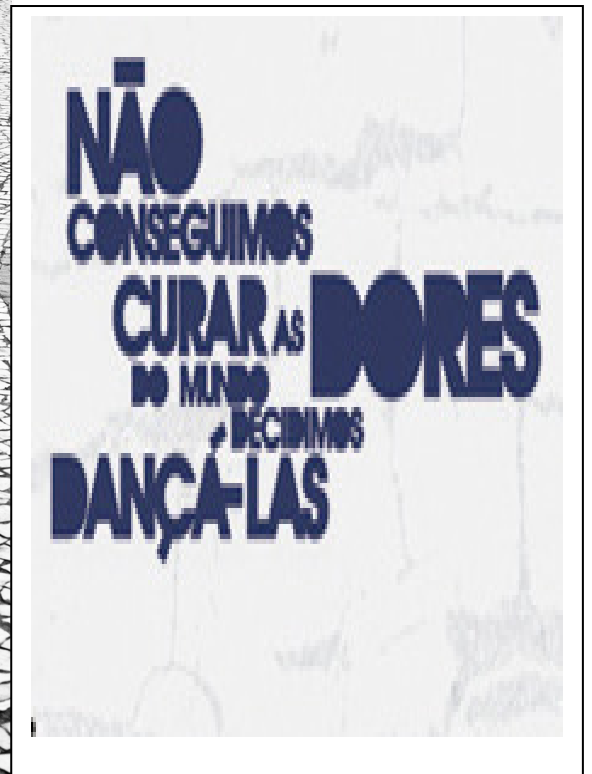


Representando a dor de um jovem baleado, os atores fazem os espectadores relembrem o horror vivido por aqueles meninos que sem direito de defesa perderam suas vidas

FIGURA 3



FIGURA 4



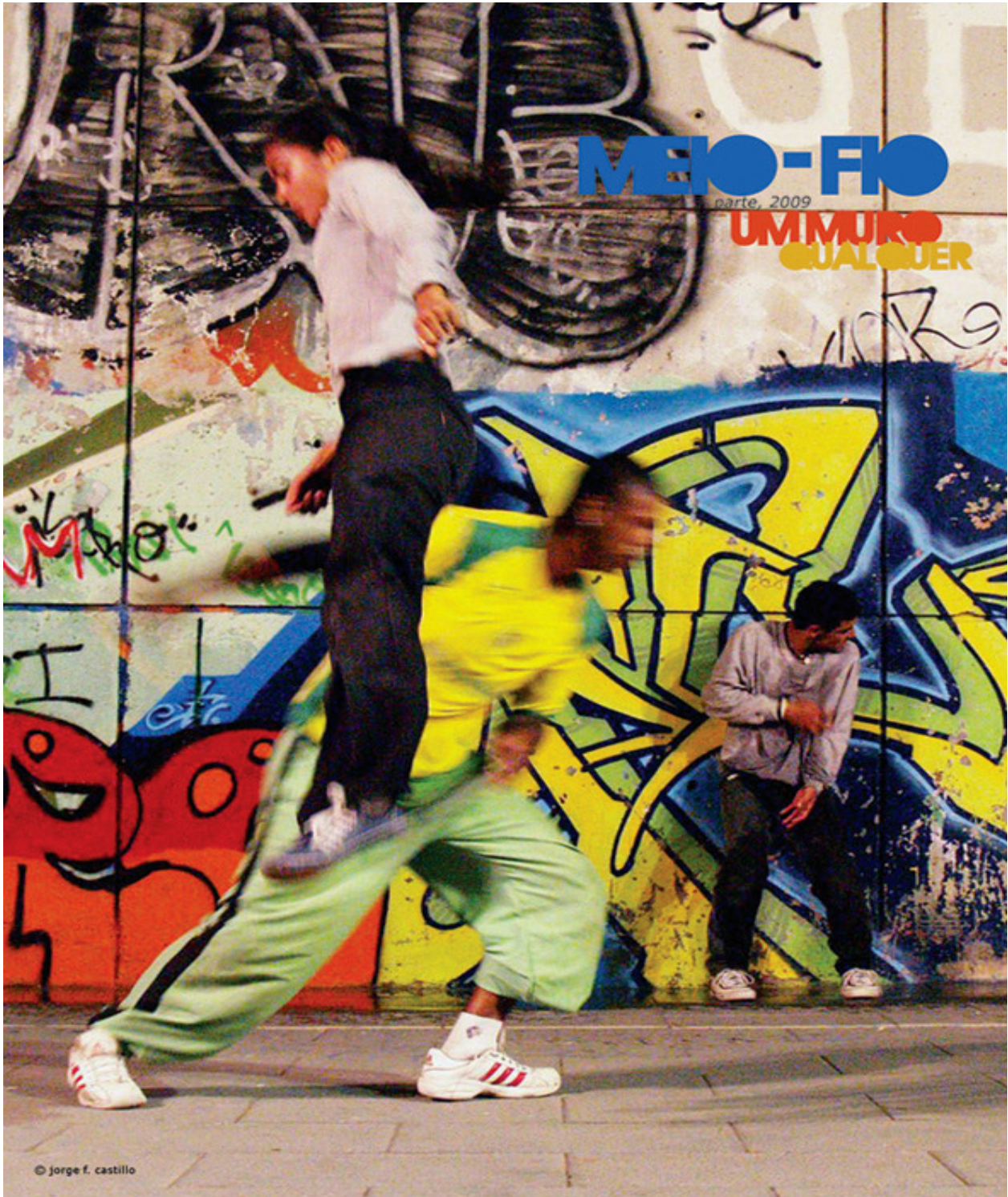
MEMBROS
CIA DE DANÇA

Os jovens através deste espetáculo têm a possibilidade de reivindicar direitos, chamar a sociedade à reflexão e como guerreiros lutar por novos tempos onde direitos não sejam violados e a cidadania possa ser exercida de forma plena. Sobre este espetáculo, um jovem participante observa que a arte é um espaço de luta e as armas são construídas a partir de cada cena. Para ele,

Assim como os grandes guerreiros vestem suas armaduras pra sair em combate ou para defender o castelo dos inimigos, nós também possuímos nossa armadura. Para mim cada apresentação é como uma batalha de uma grande guerra. (AZEVEDO, 2001, p.78).

A imagem a seguir representa um dos momentos do espetáculo “meio-fio”.

FIGURA 5



Como terceiro ato da trilogia, a *Membros* apresenta o espetáculo “Febre”. No sentido literal, segundo o dicionário Aurélio, febre seria a “*elevação da temperatura corporal por efeito de doença; pirexia. 2. exaltação do espírito*”; Para a “*Membros*, o espetáculo Febre é uma “pesquisa que busca deslocar o corpo em estado físico para a produção de um corpo social”. E para os mesmos o desafio seria então representar através da dança o estado febril, a convulsão. Para o Grupo, o espetáculo “Febre” surge a partir da reflexão feita pelos jovens: “não conseguimos curar as dores do mundo, decidimos dançá-las”.

Segundo Azevedo (2001),

“Febre é, antes de qualquer aproximação mais aprofundada, uma provocação” A convulsão desta sociedade está no corpo de cada jovem que vive o palco como dança. Ali eles estão prontos para morrer pela arte que os escolheu. IMPIEDOSO, POÉTICO, CARNAL, assim é “FEBRE” – a aproximação do caos, íntimo descaso com vidas encontradas nas cidades brasileiras, nas cidades pelo mundo. É história de muitos e de um entre muitos. (AZEVEDO, 2009, p.136).

É com essa trilogia, “Raio X”, “Meio-Fio” e “Febre” que a *Membros Cia de Dança*, sendo um dos eixos temáticos do CIEM H2 deixa sua marca na vida dos jovens contribuindo para a formação destes enquanto pessoa e ator político na sociedade onde estão inseridos. A companhia de dança, assim como o CIEM H2, encaminham seus trabalhos considerando que o corpo pode ser um impactante instrumento político, se seus movimentos provocam um olhar reflexivo sobre uma realidade social.

O Grupo, identificando-se “corpo político que dança”, provoca os jovens ao questionamento e a reflexão sobre a realidade ao redor. Segundo, Azevedo apud Pereira (2009),

O corpo político que dança tem como desafio colocar uma questão para o mundo, sendo ao mesmo tempo mídia dessa questão. Quanto mais se modula essa condição de mídia, em cena, esse corpo se aproxima mais da dança ou de outras linguagens que dela se avizinham. (AZEVEDO, apud, PEREIRA, 2001, p. 328).

Além da dança como instrumento político, o CIEM H2 apresenta como segundo eixo de ação a música. Cabe destacar neste trabalho a Banda “Art^o 1^o”, constituída pelos integrantes do Grupo Cultural.

Sendo parte do projeto do CIEM H2, a banda “Artº 1º” reúne jovens entre 18 e 24 anos que produzem suas próprias letras a partir de um olhar sobre o mundo e sobre a realidade na qual estão inseridos. Vale ressaltar que segundo os jovens o título Artº 1º tem duplo sentido: primeiro faz menção aos artigos da Constituição onde diz que cada cidadão tem direito e deveres, por outro lado, indica que a arte é manifestação prioritária na expressão do ser humano. O diretor da banda, Paulo Azevedo, ainda faz uma provocação aos ouvintes: “*Estejam atentos para esses talentosos jovens de hoje, homens e mulheres de amanhã, para sempre sensíveis em fazer da música um registro ético, estético, histórico e político*”²⁰.

Como exemplo de reflexão pela arte, podemos citar a música “carne marginal” de autoria dos jovens integrantes da banda Artº 1º e Paulo Azevedo.

A música “carne marginal” traz a seguinte mensagem:

Ainda há gente com fome/Ainda há gente sem nome/Tem gente morrendo de fome/Tem gente morrendo sem nome/Olho pro céu e vejo tudo em preto e branco/ De roupas sujas faço da traça meu clichê/Outros gritos em silêncio, uma farsa/Sou do povo, não sou da gangue de gravata/Ainda há mente sem cura/Ainda há raça com muros/Ainda há crianças sem teto/Ainda há erro sem certo/No peito ainda há amor/Tenho saudade de tudo que ainda não vivi/Sinto falta do que ainda não perdi/Tenho lembranças de coisas que vão acontecer/ Já não importa mais/Não quero saber/Será que vale a pena lutar/Pela paz que um dia há de chegar?/Será que vale a pena buscar/ Um futuro que não chegará/ Cuspo, mordo, me violento/Sou vira-lata sim senhor/Quem vai pagar pra mim doutor?/Cuspo, mordo, me violento/Como seu lixo sim senhor/Quem vai pagar?/Será que vale a pena lutar/ Pela paz que um dia vai chegar?/ Será que vale a pena buscar/ Um futuro que não chegará/ Cuspo, mordo, me violento/ Sou vira-lata, sim senhor/ Quem vai pagar pra mim doutor?/Cuspo, mordo, me violento/como seu lixo sim senhor/Quem vai pagar pra mim? (Banda Artº 1º).



Expressando indignação sobre situações como fome, pobreza, miséria, exclusão e desigualdade de classe, os jovens protestam contra situações que a letra demonstra ser causa de revolta e violência, como revela o trecho “*cuspo, mordo, me violento*”. Através

²⁰ Observação extraída do cd ART. 1º intitulado “a arte de um sobre muitos” que teve como dedicatória a referida frase.

da produção artístico-musical têm possibilidade de refletirem sobre sua realidade e construir novos caminhos resignificando sua história e tentando transformá-la.

É na perspectiva do protesto e denúncia das mazelas sociais que o CIEM H2, deixa, seja através da música, da dança ou do grafite (o tripé do Hip Hop) sua marca na sociedade contribuindo para um despertar de consciência crítica entre os jovens. Para um integrante do CIEM H2 / Membros, a arte e a cultura tem a função de,

Contribuir para que seu espaço de convívio possa ser agradável a outros. A arte nos permite observar detalhes do viver por outra estética, quando deslocamos a vida para a cena podemos observá-la por outro prisma e assim acredito que até da violência pode extrair poesia.

Outro exemplo marcante que pode ser ressaltado é a música “Como Sempre” também de autoria dos jovens da banda Art^o 1^o. Esta revela as marcas de violência e discriminação presentes na sociedade e que precisam ser combatidas.

A letra fala de um jovem que,

“Pow” maior virada/ Cheguei de madrugada/Olhei pra janela para ver o que se passa/ O morro tá tranqüilo/ Eu paro, penso, reflito,/ Aqui comigo/ Ta muito calmo, ele nunca teve assim/ Fecho a janela já é hora de dormir/ Sim!/ Só se for mané/ o dia vai chegando/ Em Deus tenho fé/ Já é de manhã/ E algo incomoda/ O telefone toca/ O som que me acorda?/ Qual é?/Tu sabe o que rolou no morrão?/ Mais uma morte injusta/ Mataram nosso irmão/ Pode crer muitos vêm/ Muitos vão/ A favela ta sinistra/ Não é fácil não/ Era nove horas/ Ele voltava pra casa/ E mal sabia ele/ Que a PM espreitava/ Foi tapa na cabeça/ Braço torcido/ Esculacharam o cara/ Chamaram de bandido/ Nem deu tempo de abrir/ E mostrar o documento/ Pediram o suborno/ Duro no momento/Ih! Mano/ Ai já viu/ Duro pra PM/ É alvo de fuzil/ Arrastaram para o beco/ Jogaram no chão/ Chamaram de safado, neguinho, ladrão/ Ele já sabia/ Já pressentia/ Ia morrer não ia ver o outro dia/ Dois tiros no peito caído no chão/ Agonizou até a morte/ Não merecia não/ No final não deu em nada/Blá, blá, blá, gueri, gueri/ Apenas mais um corpo pra perícia no IML/ Tristeza, alegria, bom humor e maldade/ Pobreza, raiva, compaixão e bondade/ É fácil de se ver/ se mostram num rolê pela comunidade/ Vai chagando a tarde/ Vou pra quadra/ Bater uma pelada/ Momento de descontração/ Os manos esquecem problemas/ Só alegria então/ Fugindo da realidade/ Por um momento/ Tentando escapar/ Sei lá/ Do sentimento/ Que toma o corpo/ Rasgando por dentro/ Na espera de algo melhor/ A noite chega novamente fria e implacável/ O vento que arrepiá a espinha/ É inevitável/ Depois das onze/ Não se confia em ninguém/ A chapa fica quente/ Olho por olho, dente por dente/ E segue em frente/ Meio preocupado/ Viajando sim/ Mas nunca desligado/ Antes de dormir/ Sempre uma prece/ Uma oração pra mim/ E pra quem merece. (Banda Art^o 1^o)

Denunciando a realidade de muitos jovens, vítimas da violência policial e da violência na periferia, os autores (também jovens) demarcam a revolta buscando com isso

desabafar acerca de uma questão que permeia o cotidiano da juventude brasileira. A música vem então representar um caminho para que os jovens possam refletir (através da produção das letras) sobre essa realidade e buscar alternativas de combate e superação da mesma.

A partir dos relatos e experiências dos jovens podemos apontar para a defesa de uma política social que atue nesta perspectiva. Utilizando-se do instrumento da arte e da cultura, tão significativos na vida dos jovens, é possível que possamos construir não apenas políticas para os jovens e sim com os jovens. Políticas sociais que possam refletir seus interesses e anseios além de aproximar-se da linguagem dos mesmos. Através da arte e da cultura podemos resgatar os caminhos trilhados em prol da construção de ações para a juventude no Brasil tomando como referência aspectos significativos para este segmento. Como já vimos, a arte apresenta um potencial impar no despertar para novas consciências e novos olhares sobre o mundo e esta deve ser uma referência a ser considerada na luta pela construção de políticas sociais para a juventude.

Queremos lembrar que além dos objetivos de ferramenta educacional, de posicionamento político e possibilidade de construção de identidades, as atividades realizadas e propostas pelo CIEM H2 tem contribuído como forma de trabalho e renda inserindo os jovens no mercado de trabalho. As ações realizadas têm possibilitado aos jovens almejarem cada vez mais espaço de atuação no mercado cultural. E isto tem se dado através da profissionalização possibilitando que os mesmos possam manter-se financeiramente através da arte, como já ocorre principalmente com a Companhia de Dança Membros.

É por este meio que os jovens do CIEM H2 sonham em viver o Hip Hop, não só como movimento político, mas considerando a dança para além do “corpo político que dança” como observam. Hoje, estes jovens desejam afirmar o Hip Hop como profissão de acordo com o significado por eles conquistado e atribuído. Para isso consideram que a arte, como mencionado em entrevista, deve ser, *“aplicada diretamente na formação, em todas as etapas do processo educacional, ampliando o mercado profissional, e gerando consciência crítica para a análise e melhoria da sociedade”*.

Para ampliar o olhar do leitor trazemos também neste momento alguns elementos importantes de análise sobre o movimento cultural defendido pelo CIEM H2. Refletir sobre o movimento Hip Hop e analisar os elementos que o constitui torna-se importante no

sentido de considerarmos de que forma este pode interferir positivamente na vida dos jovens.

3.1 CIEM H2: movimento Hip Hop e sua marca de protesto

A música é uma arma, está em todos os lugares. Se ela tem esse poder de mover esse sistema, ela tem também o poder de elucidar. Essa é a proposta política para o rap.” (Milton Sales)

Não por acaso que os idealizadores do Grupo Cultural aqui pesquisado escolheram o Hip Hop como estratégia de atuação na sociedade. O movimento traz em sua história a marca da luta em defesa dos direitos e a dimensão política de suas ações. Tais características possibilitam um campo rico de reflexões e de diálogo tendo como instrumento a arte em sua dimensão mais crítica.

Para compreendermos melhor a essência do Grupo mencionado nos propomos a fazer uma breve reflexão sobre a construção histórica do movimento Hip Hop e sua constituição enquanto ação política.

Os praticantes do Hip Hop, os chamados hip hoppers aceitam o conceito de movimento social quando perguntados sobre o que “o que é o hip hop”, porém a primeira definição que surge é “uma cultura de rua formada por quatro elementos artísticos: o break, o rap, o grafite e o DJ e o MC”.

A imagem abaixo ilustra bem os elementos que constituem o Hip Hop.

FIGURA 6



Não obstante a esse entendimento, a definição conceitual do Hip Hop ainda é problemática. Rappers²¹, b.boys²², grafiteiros²³, DJs e estudiosos acadêmicos classificam e avaliam o movimento considerando sua importância para a juventude, principalmente a excluída, mas ainda não fica evidente se é um movimento social ou cultural de rua o que para Rocha e Domenich (2001) a indefinição abre espaço para o uso aleatório de ambas as aplicações.

²¹ Rappers é o nome dado aos praticantes do Rap. Sendo um ritmo de música parecido com o hip hop, o Rap engloba principalmente rimas e é um dos cinco pilares da cultura hip hop.

²² B. Boys é o nome dado aos dançarinos e praticantes do break. O termo e a abreviação de Break Boying e foi criado no Bronx (bairro de negros e hispânicos de Nova York), na década de 70, pelo DJ Kool Herc.

²³ Grafiteiros são os praticantes do grafite. Sendo expressão plástica, o grafite representa desenhos, apelidos ou mensagens sobre qualquer assunto, feitas com spray, rolinho e pincel em muros ou paredes.

Segundo Rocha e Domenich,

O termo Hip Hop, que numa tradução literal significa movimentar os quadris (to hip, em inglês) e saltar (to hop), foi criado pelo DJ Afrika Bambaataa, em 1968, para nomear os encontros dos dançarinos de break, DJs (disc-jóqueis) e MCs (mestres-de-cerimônias) nas festas de rua no bairro do Bronx, em Nova York. Bambaataa percebeu que a dança seria uma forma eficiente e pacífica de expressar os sentimentos de revolta e de exclusão, uma maneira de diminuir as brigas de gangues do gueto e, conseqüentemente, o clima de violência. (ROCHA E DOMENICH, 2001. p. 17).

No que se refere à dança, o hip hop possui uma variedade de estilos, nomeadamente *breaking*, *locking*, *popping*, e *krumping*. O Breaking, locking e popping foram desenvolvidos na década de 1970 por negros e Latino-americanos. O krumping surgiu na década de 1990, em comunidades Afro-americanas, em Los Angeles. O diferencial do hip hop e outras formas de dança é a característica peculiar dos movimentos de improvisação (freestyle) e que os dançarinos de hip hop frequentemente envolvem-se em disputas nas competições de dança. Sessões de Freestyle e disputas geralmente são realizadas numa *cipher*, um espaço de dança circular que se forma naturalmente uma vez que a dança começa.

Sobre sua trajetória histórica, podemos dizer que o Hip-Hop é datado do final da década de 1960 e foi influenciado pelo movimento proveniente da Jamaica, com cantores como Bob Marley debatendo em suas letras questões sociais e políticas. Líderes do movimento negro da época também influenciaram o gênero, como Marcus Gavey, Martin Luther King e Malcon X.

Nas décadas de 1960 e 1970 os Estados Unidos e grande parte no mundo viviam o auge do rock'n roll. No entanto para os negros, pobres e moradores dos guetos americanos este ritmo não representava o seu cotidiano. Naquele momento era o funk e o soul, vertentes do jazz e do blues, que “faziam a cabeça” desse público e contribuía desta forma para a conscientização da comunidade negra. Segundo Tella (1999),

O povo negro norte-americano desencadeou um processo no qual a diversão nos bailes blacks dos anos 70 só se completava se fosse transformada em espaço de conscientização. Esse foi o período dos cabelos afro e black power, dos sapatos conhecidos como pisantes (solas altas e multicoloridos), das calças boca larga, das danças de James Brown, tudo mais ou menos ligado às expressões: Black is

Beautiful ou O Negro é Lindo. Segundo Hermano Viana, [...] os bailes mesclavam internacionalismo com raízes, moda e consciência [...] (TELLA, 1999, p. 58).

No Brasil, o Hip-Hop surgiu nas periferias de São Paulo na década de 1980 com forte influência norte-americana e alguns poucos expoentes nacionais, como o grupo de rap Racionais MC's que contribuiu para o impulso do movimento em nosso país. Considerado fenômeno de venda nos anos 90 o grupo tornou-se referência e influência para outros grupos contribuindo para disseminação do Hip Hop em todo o Brasil.

A literatura nos lembra a trajetória do movimento Hip Hop evidenciando a participação dos jovens negros da época neste processo transformando arte e cultura em possibilidade de luta e resistência. Segundo o autor,

No início dos anos 90 eclode na metrópole paulistana um movimento social denominado hip hop, em que o rap é a figura central. Jovens de várias zonas da Região Metropolitana articulavam-se para inaugurar um período de criação em que uma arte juvenil transforma-se em prática política. Era a juventude negra que, influenciada por sua ancestralidade, soube dar continuidade a formas simbólicas de resistência. Soube apropriar-se dos recursos adivinhos de várias culturas negras (como a música), transformando essa modalidade artística em um discurso elaborado e consistente. Foi capaz de reivindicar direitos sociais, apontar as dificuldades da vida na pobreza. Condenar as práticas de discriminação étnica (ANDRADE, 1999, p. 09).

Com importante discurso político, o Hip Hop se afirmou como um legado que, segundo Filho (2004), *seria uma manifestação ligada principalmente a jovens negros da periferia e que, historicamente, se vêem excluídos da sociedade*. Desta forma o movimento passa a possibilitar aos jovens a expressão de sua visão de mundo e suas perspectivas de vida através da música, da dança e do grafite.

Diversos estudos há tempos vêm procurando discutir e compreender o sentido do Hip Hop e suas manifestações como produtores de reflexão e conhecimento. Procura-se cada vez mais compreender como um movimento artístico pode agregar tanto possibilidade de diversão quanto manifestações que podem também ser espaços de sociabilidade, porém com perfil pedagógico, promovendo espaços de discussão, de diálogo e de conscientização.

Sendo espaço de diálogo e reflexão, o movimento agrega também conhecimento sobre questões étnicas e raciais em virtude de sua origem e desenvolvimento histórico.

Fazendo parte de um contexto mais amplo, o movimento traz em sua história e memória a trajetória dos negros pobres no Brasil onde a literatura aponta que a maioria dos moradores das periferias brasileiras é afro-descendente, e que convivem com a desigualdade social e o preconceito

Neste sentido, para Hershman (1997), o Hip Hop tem contribuído para a construção de um novo olhar sobre parte das reivindicações do movimento negro. Através de letras de rap o movimento aborda questões e conflitos do cotidiano da população pobre, como a repressão e a violência policial, a dura realidade dos morros, favelas, o racismo, a homofobia, revelando assim um Brasil ainda autoritário, desigual e hierarquizado.

Da mesma forma, o CIEM H2 procura através das letras, dos movimentos, da estética e do grafite, produzidos pelos próprios jovens, provocar a reflexão do expectador e ouvinte para questões tão urgentes de nossa sociedade, além de possibilitar aos jovens novas formas de pertencimento frente à realidade social na qual estão inseridos. Tomando como referência Carril (2003), podemos ressaltar que,

As letras [de rap] contendo denúncias e recuperando a voz do negro na periferia repercutem na elevação da autoestima do jovem, uma vez que lhe permitem elaborar uma interpretação sobre a sua realidade social, de se ver e se compreender parte de uma história e de se territorializar no espaço de forma representativa, dada pela recuperação da autoestima, pelo sentimento de pertencer a algo, de forma concreta por fazer parte de uma posse, e transmitir a sua mensagem a outros pares, o que lhes permite ser ouvidos. CARRIL (2003, p. 196-197).

O Grupo pesquisado tem buscado debater e pensar estratégias para questões que envolvem a juventude atual, ou seja, aqueles jovens das periferias, das favelas, dos subúrbios que têm estado na mídia em virtude de exporem problemas como delinquência, ócio, violência, etc..

Neste sentido o Grupo vem mostrar que é possível associar o jovem atual a outras realidades, sendo estes sujeitos capazes de produzir conhecimento, educação, trabalho, novas formas de pensar o mundo, como já citado nos relatos dos jovens. Para isso tem-se na arte e na cultura o principal meio para conquistas desses fins.

Recuperando a história do Hip Hop podemos pensar como, ainda hoje, o movimento tem contribuído para os jovens do mundo atual. Jovens segregados das possibilidades de acesso a trabalho, renda, educação, vítimas das mais diversas formas de violência e discriminação podem engajar-se no movimento e criar novas formas de

resistência e luta. É possível que boa parte dos jovens da atualidade, que reiteradamente são associados à violência e delinqüência, construa novas formas de existência através de uma política sociocultural que lhes mostre outros caminhos percorridos através do lúdico, no caso pesquisado, da dança, da música e do grafite, ou seja, do hip hop.

O Grupo CIEM H2 tem revelado que o movimento Hip Hop ainda pode contribuir como arma de luta para os jovens e forma de superação de condições de vida sendo alternativas a diversas formas de expressão da questão social.

Em entrevista realizada com um jovem de 19 anos, integrante de um dos projetos do CIEMH2, o “Verbo Funky” o mesmo revela suas experiências anteriores à inserção no movimento Hip Hop, seu envolvimento com drogas, o abandono dos estudos, os conflitos familiares, etc.. Para o jovem, o Grupo tornou-se um marco em sua vida sendo parâmetro de superação dessas experiências consideradas frustrantes.

O Hip Hop mudou minha vida, meu caráter, minha conduta. Hoje pessoas que me conheciam olham para o Hip Hop com outros olhos porque viram a mudança a partir da minha entrada nessa cultura. E ainda assim muitos criticam minha vida e a Cultura Hip Hop.

O relato do jovem acima revela o quanto o movimento cultural possibilitou a construção de alternativas de existência, mostrando caminhos diferentes dos trilhados por ele durante sua infância e adolescência. A arte mostrou-lhe outro universo inserindo-o num caminho onde uma identidade pôde ser construída a partir de novos valores e experiências de vida.

Como já citado neste trabalho, podemos observar o quanto o CIEM H2 tem contribuído também para a formação profissional dos jovens. Através do projeto “Verbo Funky” os jovens tem oportunidade de profissionalizarem-se e investirem na produção do conhecimento acerca do movimento hip hop através de aulas teóricas e práticas.



Segundo o CIEM H2 o projeto Verbo Funky,

se estrutura a partir da valorização de danças da cultura denominada “Old School” e “Funky Style”. O grupo investiga as linguagens provenientes destes universos, dissecando suas possibilidades e estabelecendo circuitos entre as mesmas. A composição do trabalho pode ser mais bem visualizada em dois momentos: aulas (abertas ao público) e ensaios direcionados apenas a membros do grupo.

Através de cada projeto que realiza, o CIEM H2 oportuniza aos jovens, espaço de construção de identidades valorizando a consciência política sobre as questões sociais. Paralelo a essa proposta e não menos importante incentiva a formação profissional criando assim possibilidades e alternativas de renda aos participantes das ações através da escola de formação. O Grupo valoriza a cultura e a arte considerando que esta pode ser uma das diversas formas de trabalho e carreira que os jovens podem escolher para o presente e futuro.

Durante a pesquisa pudemos observar que a proposta da instituição vai ao encontro dos interesses dos jovens uma vez que estes buscam esta qualificação. Essa realidade fica evidente na entrevista com um integrante, de 19 anos, do projeto “Verbo Funky”. *“Pretendo ter formação para começar a dar aula e me formar, continuando no Verbo. Pretendo crescer junto com o Grupo até sermos profissionais e sermos remunerados por isso, apresentando espetáculos no Brasil e exterior”.*

Ressalta-se que o objetivo da profissionalização esteve presente em 100% dos relatos dos entrevistados onde os mesmos também reconhecem o grande desafio que isso representa uma vez que a sociedade e principalmente os familiares esperam deles outro tipo de escolha profissional, como aquela que venha atender o mercado da extração do petróleo no município. Sobre este tema um jovem relata, *“é muito frustrante para nossos pais. Quando falei que queria dançar e viver da dança e não fazer faculdade de engenharia minha mãe levou um susto”.*

Apesar do desejo da profissionalização os jovens reconhecem que a sociedade não valoriza os movimentos culturais, principalmente o hip hop que segundo eles é carregado de preconceitos. Em entrevista um jovem de 22 anos relata: *“Vejo que a cultura é mal visada pela sociedade, vejo que é meu papel mostrar para sociedade o que é essa cultura (hip hop), e como vive alguém que participa desse movimento”.*

Na construção de nossas análises fica evidente a contribuição do CIEMH2 através do movimento Hip Hop, na formação da identidade destes jovens. Seus relatos são carregados de senso crítico, de perspectiva de transformação social através da construção de novas sociabilidades e novas formas de vida. Contudo os jovens

reconhecem o grande desafio presente em nossa sociedade que não valoriza de forma plena as diversas manifestações culturais e artísticas como forma de posicionamento político e defesa de ideologias.

O CIEM H2 reconhece que o seu grande desafio que o Grupo é lutar pela valorização da arte e da cultura como ferramentas educacionais, como oportunidade de trabalho para os jovens e os diversos valores que ela agrega. Este desafio é posto também na relação da instituição com as famílias que em sua maioria não reconhecem a importância das ações desenvolvidas na vida de seus filhos. Segundo relato da coordenadora e coreógrafa, a família é resistente em reconhecer a importância do trabalho, e as opiniões são carregadas de preconceitos. Em entrevista, a coreógrafa relembra um episódio em que uma mãe diz: “prefiro ver meu filho usando drogas a ficar dançando aí”, relembra também um episódio em que outra mãe diz: “não quero meu filho pulando igual macaco”.

Esses fatos nos mostram como a cultura de rua, como o hip hop, ainda é marcada por estereótipos e preconceitos a ponto dessas famílias, por exemplo, não reconhecerem o significado que a arte tem para o jovem e o que ela representa na construção da identidade destes sujeitos, mesmo causando mudanças reais de comportamento, de atitude, etc... Além disso, é previsível que numa sociedade de consumo como a nossa, onde as profissões mais almejadas em geral são as mais rentáveis, as famílias preferem que seus filhos estejam inseridos numa empresa petrolífera, no caso particular de Macaé.

Diante destes fatos, os jovens vêem seus sonhos negados pela família e pela sociedade que ainda tem muito a avançar no sentido do reconhecimento das políticas e ações socioculturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exame histórico das políticas para a juventude evidencia alguns importantes avanços na valorização de ações considerando como sujeitos de direitos os destinatários destas. Os caminhos percorridos hoje no país, para a concretização de uma Política Nacional de Juventude representa um avanço no que tange ao fortalecimento do sistema de garantia de direitos para este público e podemos comemorar esta conquista.

Não obstante, podemos apontar que esta política ainda está em construção. É preciso avançar no sentido do estabelecimento de metas e diretrizes mais claras considerando a necessidade de intersetorialidade das políticas de juventude que devem primar pelo fortalecimento das políticas de educação, cultura, esporte, trabalho e etc. numa ação articulada.

No que tange a política sociocultural evidenciada neste trabalho, esforços ainda precisam ser feitos de modo a estabelecer uma política de Estado que valorize e considere o papel da arte e da cultura como ferramenta educacional e instrumento de ação política para a formação dos jovens enquanto sujeitos sociais.

Considerando a experiência do Grupo Cultural pesquisado neste trabalho, podemos apontar para a constituição de uma ação estratégica para os rumos das políticas socioculturais em nosso país. Apesar das conquistas legais já apontadas ainda não há a efetivação de uma política nacional que promova ações concretas valorizando a cultura e a arte como política social de intervenção juntos aos jovens.

No que se refere à política local, vimos no município de Macaé apenas ações pontuais realizadas por algumas organizações sejam públicas ou privadas sem uma articulação maior considerando a intersetorialidade das políticas.

Esse dado é corroborado pela pesquisa realizada pelo CMDCCA de Macaé e já citada neste trabalho que aponta para os tímidos investimentos públicos em políticas socioculturais, sendo esta representada com grande expressividade por uma organização não-governamental e que foi aqui objeto de pesquisa.

Apesar de não termos enfatizado neste trabalho a relação Estado x sociedade civil na execução de políticas públicas, evidenciamos com isso uma realidade local que

necessita de revisão dos rumos. Consideramos essencial a realização de maiores investimentos do setor público na garantia de direitos para a juventude contribuindo assim para a universalidade do acesso aos serviços oferecidos a este público.

A partir das diretrizes apontadas pela Política Nacional de Juventude, pelas Conferências de Cultura, e também pela Política Nacional de Assistência social como vistas anteriormente, temos hoje metas estabelecidas e a serem cumpridas no que tange a uma política sociocultural em nosso país e também no município de Macaé. Desta forma, a valorização de expressões artísticas enquanto ferramenta de intervenção social deve primar pelo fortalecimento da juventude enquanto sujeitos sociais conscientes, críticos e autores de sua história. Além disso, tais políticas podem, a exemplo também da instituição pesquisa, tornar-se alternativa a construção de novas formas de trabalho contribuindo para a inserção destes jovens no mercado cultural.

Para tanto, é preciso que a sociedade e o poder público, em conjunto, construam mecanismos de valorização da cultura enquanto uma política universal buscando formas de acesso a esses bens por toda população.

Os resultados da pesquisa, obtidos a partir dos aspectos subjetivos desta política segundo o olhar da juventude, nos trazem importantes apontamentos. As políticas socioculturais a partir da valorização da estética e da arte tendem a conquistar o universo juvenil e proporcionar aos jovens novos espaços de sociabilidade, de construção de identidades e consciência política frente às questões que vivenciam. Mais do que expressar sentimentos de revolta, os espetáculos realizados pelo Grupo aqui pesquisado proporcionam aos integrantes um novo olhar sobre o mundo onde a visão crítica da realidade pode ser veículo de transformação social. A arte pode proporcionar as futuras gerações um despertar para um mundo mais justo onde a violência, a miséria, a fome, etc possa ser combatida sem armas e sem rebeliões.

Para além da construção de identidades e formas de sociabilidade, as ações socioculturais podem ser instrumento de construção de novas formas de trabalho oportunizando ao jovem a inserção no mercado de trabalho através da profissionalização.

Para que as políticas socioculturais ganhem amplitude é preciso que investimentos sejam feitos através da construção de uma política que acompanhe o jovem desde sua formação básica na escola, nos espaços de convivência e demais instrumentos de ação junto a este público. Através disso, a arte e a cultura será certamente cada vez mais

utilizada como ferramenta educacional sendo espaço de diálogo, reflexão, contribuindo assim para a emancipação social dos sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Miguel. **Crítica política das políticas de juventude**. In: Freitas, Maria Virgínia de. Papa, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas: Juventude em pauta. 2ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

ABRAMO, Helena Wendel, BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

ABRAMOVAY, Miriam Castro; Mary G. **Caleidoscópio das violências nas escolas**. Brasília: Missão Criança, 2006

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América latina**: desafios para políticas públicas /Miriam Abramovay et alii. – Brasília: UNESCO, BID. p.192.2002.

_____. **Gangues, Galeras, Chegados e rappers**: Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ALVIM, Rosilene; GOUVEIA, Patrícia (Org.). **Juventude anos 90: Conceitos, imagens, contextos**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

ANDRADE, Elaine Nunes de. “Hip hop: movimento negro juvenil”. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (org.). **Rap e educação, rap é educação**. São Paulo, Summus, 1999.

AZEVEDO, Paulo. **Membros**. Organizadores, Paulo Azevedo e Taís Vieira. 1ª ed. Macaé: Editora CIEM H2, 2009

BANGO, J. **Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios**. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. Revista São Paulo em perspectiva. São Paulo, 2001.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, R. (org). Pierre Bourdieu – Sociologia. São Paulo Ática, 1983.

_____.(2000): *Cuestiones de sociología*. Madrid: Istmo.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª Região – Rio de Janeiro. **Coletânea de leis e resoluções**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lidador, 2005.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. População jovem no Brasil: a dimensão demográfica. Disponível em: site: <http://www.ibge.gov.br>. acesso em 22/06/2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Senso demográfico 2000. Disponível em: site: <http://www.ibge.gov.br>. acesso em 14/06/2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Senso demográfico 2010. Disponível em: site: <http://www.ibge.gov.br>. acesso em 02/01/2011.

_____. Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.org.br>. Acesso em 05/12/2010 às 11h40min.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em www.mds.gov.br. Acesso em 04/04/2011.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm. Acesso em 09/01/10.

_____. Secretaria Geral da Presidência da República. Conselho Nacional de Juventude. Disponível em www.juventude.gov.br. Acesso em 09/02/2011.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 15 de fevereiro de 2011.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. **Cultura do lazer e o tempo livre dos jovens brasileiros**. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Bartoni. Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

CARRANO, P. C. R. (2003). **Juventudes e Cidades Educadoras**. Petrópolis, RJ: Vozes.

CARRIL, L.F.B. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. 2003. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma do fazer políticas: Políticas de/para/com juventude. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v.19, n.2, 2002.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. "Cultura, identidades e cidadania: experiências com adolescentes em situação de risco". Em: **jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**, vol. 2, Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. 1998.

CASTRO, Mary Garcia (Coord.). **Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situações de pobreza**. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellog, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

COSTA, Selma Frossard. **O Serviço Social e o Terceiro Setor**. Serviço Social em Revista, v. 07, n. 02, Londrina/PR: UEL, 2005.

DAYRELL, Juarez. **A música entra em cena: o Rap e o Funk na socialização da juventude em Belo Horizonte**. São Paulo. Faculdade de Educação da USP. 2001.

_____. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil, Esfera Pública, Terceiro Setor: a dança dos conceitos**. Revista Serviço Social e Sociedade nº 81. São Paulo, Ed. Cortez, 2005.

FERNANDES, Rubem César. *Privado, Porém Público - O Terceiro Setor na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes; LULIANELLI, Jorge Atilio Silva. **Jovens em tempo real**. São Paulo: DP&A Editora. 2003.

FUSARI, M.F.R., FERRAZ, M.H.C.T. *A arte na educação escolar*. São Paulo: Cortez, 1992.

HERSCHMANN, Micael. **Articulações entre o campo da política, da cultura e da comunicação**. In: Freitas, Maria Virgínia de. Papa, Fernanda de Carvalho. Políticas Públicas: Juventude em pauta. 2ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

IAMAMOTO. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**- Ensaios críticos. 5ª ed. Ed. Cortez. São Paulo: 2000.

_____. e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983

LUKÁCS, Georg. **Arte e Sociedade: Escritos estéticos 1932-1967**/ organização, apresentação e introdução Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Neto. -. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. **Introdução a uma estética marxista**. Sobre a particularidade como categoria da estética. 2ª ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1970.

MALVASI, P.A. ONGs, **Vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas**. Interface – Comunic., Saúde, Educ., 2008. ISSN 1414-3283. ISSN online 1807-5762. 2008.

MELUCCI, Albert. **Juventude, tempo e movimentos sociais.** In *Juventude e Contemporaneidade*. São Paulo: ANPED, *Revista Brasileira de Educação*- Numero Especial, nº 5-6. 1997.

MINAYO, M. C. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Vozes, 1996.

NETO, José Paulo. **Ética e crise dos projetos de Transformação Social.** In: BONETTI (org.). *Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis.*São Paulo:Cortez Editora,1996.

ONU. Braga Youth Action Plan. Disponível em: www.un.org.br. Consultado em 17/02/11.

POCHMANN, Márcio. **A inserção ocupacional e os empregos dos jovens.** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1998.

POLITICA NACIONAL DE JUVENTUDE: Diretrizes e perspectivas/Regina Célia Reyes Novaes, Daniel Tojeira Cara, Danilo Moreira da Silva, Fernanda de Carvalho Papa (orgs) - São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrch Ebert, 2005.

ROCHA, Janaina, DOMENICH, Mirella, CASSEANO, Patrícia. **Hip Hop: A periferia grita.** São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado-providência.** Goiânia: UFG, 1997.

SPOSITO, Marília. **Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil.** (Org.) FREITAS, Maria Virgínia de. PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas Públicas: Juventude em pauta.* 2ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____.(coord.), (2003). **Juventude e políticas públicas no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, nº 24, p. 2, set-dez.

TELLA, Marco A. P. Rap, memória e identidade. In: ANDRADE, Elaine Nunes de. (org) **Rap e educação, rap é educação.** São Paulo: Summus, 1999.

Webgrafia:

www.blog.ciemh2.com

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS JOVENS

I - IDENTIFICAÇÃO:

1. Nome:
2. Endereço:
3. Idade:
4. Sexo:
5. Escolaridade:

II – RELAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO:

1. Há quanto tempo está na Organização?
2. De que forma conheceu o Grupo?
3. De qual projeto participa?
4. Contribui na elaboração dos projetos do Grupo?

III – RELAÇÃO COM A FAMÍLIA

1. Sua família participa das atividades do Grupo?
2. Sua família apóia sua participação no Grupo?
3. Qual a renda familiar?
4. Reside com a família?

IV – RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

1. Você participa de outros movimentos?
2. A comunidade na qual está inserido reconhece sua arte?
3. Como identifica a política sociocultural do município de Macaé?
4. O município oferece projetos socioculturais para inserção do jovem?

V - ASPECTOS SUBJETIVOS

1. Qual sua opinião a respeito da produção artística e da estética para sua formação enquanto sujeito?
2. Em sua opinião, há alguma contribuição da arte e da cultura na estratégia de enfrentamento das situações de violência, pobreza, desemprego, por que passam os jovens?
3. Caso sim, de que forma a arte e a cultura podem contribuir para isso?

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS COORDENADORES

I - IDENTIFICAÇÃO:

1. Nome:
2. Escolaridade:

II – RELAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO:

1. Com que recursos a Instituição se mantém?
2. Quantos projetos realizam?
3. Quais os desafios a manutenção da Instituição?

III – RELAÇÃO COM A FAMÍLIA

1. As famílias participam das atividades da Instituição?
2. Que apoio a família oferece a manutenção da Instituição?

IV – RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

1. Você participa de outros movimentos?
2. A comunidade na qual está inserido reconhece sua arte?
3. Como identifica a política sociocultural do município de Macaé?
4. O município oferece projetos socioculturais para inserção do jovem?

V - ASPECTOS SUBJETIVOS

1. Qual sua opinião a respeito da produção artística e da estética para a formação dos jovens enquanto sujeitos sociais?
2. Em sua opinião, há alguma contribuição da arte e da cultura na estratégia de enfrentamento das situações de violência, pobreza, desemprego, por que passam os jovens?
3. Caso sim, de que forma a arte e a cultura podem contribuir para isso?



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
MESTRADO EM POLÍTICAS SOCIAIS**

Termo de Consentimento

Eu,..... fui informado de que o objetivo desta pesquisa é estudar A JUVENTUDE ENTRA EM CENA: O PAPEL DA POLÍTICA SOCIOCULTURAL E A EXPERIENCIA DO CIEM H2 EM MACAÉ-RJ, sendo instrumento para dissertação de Mestrado em Política Social da Universidade Federal Fluminense.

Recebi informações específicas sobre a utilização deste material, que constará de participação em entrevista.

Estou ciente que as falas na entrevista serão gravadas em áudio e posteriormente transcritas.

O conteúdo da entrevista poderá ser utilizado e publicado, em parte ou na totalidade, preservando a identidade do participante.

Também fui informado que mesmo após da entrevista, posso a qualquer momento, recusar-me responder, sem que isto venha a meu prejuízo, pois trata-se de livre participação.

Todas as minhas dúvidas foram respondidas com clareza.
